



JOICE FERNANDA DE SOUZA OLIVEIRA

**FORASTEIROS NO OESTE PAULISTA:
ESCRAVOS NO COMÉRCIO INTERNO DE CATIVOS E SUAS
EXPERIÊNCIAS EM CAMPINAS, 1850-1888.**

**CAMPINAS
2013**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

JOICE FERNANDA DE SOUZA OLIVEIRA

**FORASTEIROS NO OESTE PAULISTA: ESCRAVOS NO COMÉRCIO INTERNO
DE CATIVOS E SUAS EXPERIÊNCIAS EM CAMPINAS, 1850-1888.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra em História, na Área de concentração História Social.

Orientador: Professor Dr. Robert W. A. Slenes.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA JOICE FERNANDA DE SOUZA OLIVEIRA E, ORIENTADA PELO PROFESSOR DR. ROBERT SLENES.

Prof. Dr. Robert Slenes.

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Marta dos Santos - CRB 8/5892

OL4f Oliveira, Joice Fernanda de Souza, 1988-
Forasteiros no oeste paulista : escravos no comércio interno de cativos e suas experiências em Campinas, 1850-1888 / Joice Fernanda de Souza Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Escravos - Campinas (SP) - 1850-1888. 2. Comercio de escravos. 3. Narrativas de escravos. I. Slenes, Robert Wayne Andrew, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Outsiders in the paulista West : : bondspeople in the internal slave trade and their experiences in Campinas, 1850-1888

Palavras-chave em inglês:

Slaves - Campinas (SP) - 1850-1888

Slave trade

Slave narratives

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Robert Wayne Andrew Slenes [Orientador]

Silvia Hunold Lara

Alida Metcalf

Data de defesa: 04-11-2013

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 04 de novembro de 2013, considerou a candidata Joice Fernanda de Souza Oliveira aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

Handwritten signature of Robert Wayne Andrew Slenes in black ink, written over a horizontal line.

Profa. Dra. Alida Metcalf

Handwritten signature of Alida C. Metcalf in black ink, written over a horizontal line.

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara

Handwritten signature of Silvia Hunold Lara in black ink, written over a horizontal line.

Profa. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires

A blank horizontal line provided for the signature of Prof. Dra. Maria de Fátima Novaes Pires.

Prof. Dr. Sidney Chalhoub

A blank horizontal line provided for the signature of Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

RESUMO

A pesquisa ora apresentada investiga a experiência de escravos comercializados para Campinas, no período de 1850-1888. Nesse estudo, as principais questões analisadas se referem às relações familiares, às relações de trabalho, à distribuição de ocupações especializadas, às incidências de fuga e às possibilidades de alforria. Para alcançar este objetivo, realizamos micro histórias de três comunidades escravas, utilizando o método de ligação nominativa de fontes para seguir pessoas no tempo e entre séries documentais diferentes. As três escravarias campineiras escolhidas se diferem a partir de seu histórico (se antigas ou de formação recente) e da “velocidade” de sua aquisição de novos cativos (lenta ou rápida) no comércio interno. Nesses cenários investigamos a comunidade escrava em sua totalidade, comparando a experiência de escravos residentes de longa com a vivência dos forasteiros. A partir desse trabalho observamos alguns traços comuns na trajetória dos forasteiros no novo cativo, mas principalmente, constatamos a heterogeneidade da experiência daqueles deslocados pelo comércio interno.

Palavras-chave: Experiência escrava - comércio interno - Campinas.

ABSTRACT

The research presented investigates the experience of bondspeople brought to the city of Campinas - a plantation center in the "historical West" of São Paulo - through the internal trade in slaves that grew rapidly after the end of the traffic in Africans (1850) and reached its height in the 1870s. My story finishes in 1888, the year of abolition. I focus my research on various aspects of slave experience - family relationships (especially marriage and baptism),

labor relations, the distribution of specialized occupations, the incidence of flight and possibilities of manumissions - always contrasting the experiences of the descendants of the Africans "founders" of the slave quarters in the first half of the century, with the new "outsiders" post-1850. I construct "micro-histories" - of a small numbers of properties (three, ranging from old to "newly established"), using the method of nominative record-linkage to follow people over time and between different documentary series. From this work, I identify some common aspects in the trajectory of outsiders in the new captive, but mainly I apprehend the heterogeneity of experience of those displaced by the internal trade.

Key words: Slave experience - internal trade - Campinas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: Estranhos no ninho: Forasteiros e gerações escravas.....	17
1.1.Estranhos no ninho: Forasteiros e gerações escravas	17
1.2 Da Fazenda Velha ao Sítio do Saltinho: A formação da comunidade escrava.....	22
1.3 Forasteiros na Comunidade do Saltinho.....	54
CAPÍTULO 2: Terra de Forasteiros.....	81
2.1 Açúcar e comércio escravo: Os primeiros passos da família Sousa Aranha.....	81
2.2 Negócios de família: Senhores Sousa Aranha no Comércio interno de escravos.....	89
2.3 Forasteiros no Sítio de São Pedro.....	108
CAPÍTULO 3: Forasteiros no fazer e desfazer das comunidades escravas.....	127
3.1. Sucessos e fracassos da família Vilella.....	127
3.2. Uma escravaria, diversas comunidades.....	137
3.3. Uma enxurrada de forasteiros.....	149
3.4. Os devotos de “Sinhara”	158
3.5 A vida longe do Capão Alto.....	167
3.6 A música na experiência escrava.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	187
Fontes manuscritas.....	187
Bibliografia.....	189

*Aos meus pais, Maurício e Adriana, meus maiores
exemplos e orgulhos!*

*Obrigada por todo amor e dedicação com que me
criaram.*

AGRADECIMENTOS

Para todas as páginas escritas neste trabalho busquei as palavras certas para expressar meus argumentos e revelar toda a minha pesquisa. Foram quase três anos de mestrado e de muito trabalho. A vida acadêmica não é fácil, mas em todos os momentos dessa dura empreitada pude contar com o apoio e o amor de muitas pessoas. Por isso, nesse momento, busco o melhor léxico para demonstrar minha gratidão às pessoas que tornaram a realização desse trabalho possível.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, por financiar minha pesquisa e por me proporcionar a oportunidade de estudar na Rice University, através da bolsa BEPE.

Agradeço, imensamente, ao professor Dr. Robert Slenes que desde meus primeiros anos de graduação, já me ouvia falar sobre minhas ideias, mostrava-me caminhos e aguçava minha vontade de realizar pesquisa histórica; por ter me orientado nessa dissertação, por ter me dado o privilégio de aprender tanto, de compartilhar seus saberes, pelas várias horas que dedicou às nossas reuniões, por toda a paciência e compreensão. Muito obrigada Bob! Agradeço à professora Dra. Silvia Lara, pela participação na minha banca de qualificação e de defesa, pelos seus comentários sempre tão precisos, os quais transformaram o resultado final desse estudo.

A minha trajetória no mestrado foi, fortemente, marcada pelos seis meses de estágio de pesquisa na Rice University. Durante esse período, fui orientada pela professora Dra. Alida Metcalf, historiadora e professora incrível que me ensinou muito e contribuiu

imensamente para a minha pesquisa. Além de ter me acolhido, carinhosamente, em sua casa e ter me inserido ao convívio de sua família. Thank you very much Professor Alida!

Aproveito para agradecer a todos que me acolheram na Rice University. Aos funcionários da OISS, em especial à Mayra, aos funcionários e professores do departamento de História. Agradeço ainda todos os amigos que lá encontrei e que tornaram ainda mais incríveis meus dias em Houston.

Durante os meses em Houston estreitei minha amizade com Ludmila! Minha grande amiga com quem passei o maior calor de minha vida, no fim do verão texano! Com quem dividi todos os “perrengues”, os momentos de diversão, de aprendizado e de saudade de nossa terra e de nossos familiares e amigos.

Na terra do Tio Sam, encontrei uma família um pouco brasileira, mexicana e americana. Eliza, Ibraim e Oli me adotaram como parte de sua família. Agradeço muito por todo amor que me dedicaram.

Aos amigos do Brasil, agradeço à Cris, Laura e ao Israel com quem compartilhei as aulas do mestrado e com quem tive ótimas conversas que sempre ajudaram a aliviar a correria da vida acadêmica. Ainda, agradeço à Flávia Peral, por toda ajuda com a FAPESP. A Rafael da Cunha Scheffer, por toda ajuda com a pesquisa e pela sua amizade.

Agradeço aos amigos do Centro de Memória da Unicamp, sempre tão prestativos e me ajudaram nas buscas dos sujeitos dessa pesquisa. Agradeço em especial à Aline Assencio, por seu carinho e por ter me ajudado tanto.

Agradeço à Fabiana do Museu do Tropeiro, na cidade de Castro, por toda a ajuda e gentileza.

Em especial agradeço à minha família que tem acompanhado de perto toda minha trajetória acadêmica. À Maria de Fátima, minha sogra, por todo o carinho e pela ajuda jurídica para eu que pudesse ter acesso a documentos históricos. A José Claudio, meu sogro, que compartilha comigo seu conhecimento e me contagia com sua paixão pelo saber. À Vó Nita e ao Vô José por todo amor!

Aos meus pais, Adriana e Mauricio, os maiores orgulhos da minha vida. Por toda dedicação e amor com que me criaram e me fizeram chegar até aqui. À minha mãe, que depois de criar seus filhos, voltou a estudar e está se formando em enfermagem. Agradeço a ela por toda sua ternura e amor que amenizou os momentos mais difíceis, sempre presente e disposta a me oferecer seu colo e seus carinhos. A meu pai, cuja determinação e força sempre foram exemplos para mim, meu muito obrigada por toda força e coragem! Meu irmão Roger, meu irmãozinho que cresceu tanto nesses anos em que estive fora, agradeço pela cumplicidade e pelo carinho com que sempre me recebe quando retorno para nossa casa. À minha tia Conceição, por seu amor e por suas orações.

Por fim agradeço a Daniel. Meu companheiro, meu amigo, meu interlocutor e meu amor! Agradeço por toda paciência e dedicação durante todos esses anos, em especial durante esses difíceis meses de escrita da dissertação. Agradeço por ter lido cada uma das linhas aqui escritas, por conhecer e discutir as histórias aqui contadas. Obrigada por dividir comigo sua vida, seus planos, seus desejos e por todo amor que me dedica diariamente.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Família das escravas alforriadas por Anna Rufina de Almeida, 1875.....	53
IMAGEM 2: Laços de compadrio do forasteiro Jeremias, 1873-1878	69
IMAGEM 3: Ruínas da Capela de Nossa Senhora do Carmo, sob a qual há um cemitério de escravos.....	159
IMAGEM 4: Ruínas de uma das senzalas, que existiam na fazenda.	162
IMAGEM 5: Casa Grande da Fazenda do Capão Alto construída no ano de 1871, na cidade Castro, após a venda dos escravos	165
IMAGEM 6: Laços de compadrio do forasteiro Virgílio, 1874-1877.....	170
IMAGEM 7: Partitura da Quadriglia de Carlos Gomes, em homenagem a Francisco Teixeira Vilella.....	178

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Distribuição, por sexo e por ano, dos escravos de Antonio Teixeira de Camargo e Anna Rufina de Almeida, 1817-1842.....	27
QUADRO 2 - Casados e solteiros entre os escravos adultos residentes na propriedade de Antonio Teixeira e Anna Rufina, 1817-1842.....	29
QUADRO 3 – Distribuição, por sexo e por ano, dos escravos do primeiro e segundo casamento de Dona Anna Rufina, 1817-1887.....	36
QUADRO 4- Distribuição de batismos de escravos e ingênuos, por sexo e por década, 1852-1880.....	38
QUADRO 5: Condição dos padrinhos dos escravos da comunidade do Saltinho, 1852-1880.	41
QUADRO 6: Casados e solteiros entre os padrinhos escolhidos na comunidade do saltinho, 1852-1880.	43
QUADRO 7: Distribuição do trabalho na comunidade do saltinho, 1875.....	48
QUADRO 8: Distribuição dos ofícios especializados na comunidade do Saltinho, de acordo com o sexo, idade e valor dos escravos, 1875.....	49
QUADRO 9: Distribuição de escravos nas propriedades do casal Sousa Aranha, 1860.....	85
QUADRO 10: Distribuição de batismos de escravos e ingênuos, por sexo e por década, 1850-1879.....	86
QUADRO 11: Compras do casal Sousa Aranha no comércio interno de escravos.....	87
QUADRO 12: Escravos comprados pela família Sousa Aranha, 1850-1879.....	92
QUADRO 13: Distribuição por sexo de escravos comprados pela família Sousa Aranha, 1865-1880.....	96
QUADRO 14: Distribuição por sexo e idade dos escravos comprados pela família Sousa Aranha, 1865-1880.....	98
QUADRO 15: Nacionalidade dos escravos comprados pela família Sousa Aranha, 1865-1880.....	100
QUADRO 16: Naturalidade dos escravos comprados pela família Sousa Aranha, 1865-1880.....	103

QUADRO 17: Distribuição, por sexo e por ano, dos escravos de Antonio Manoel Teixeira 1817-1852.....	129
QUADRO 18: Distribuição, por sexo, dos escravos vendidos por Jaime Telles, 1851.....	131
QUADRO 19: Distribuição de escravos nas propriedades de Francisco Teixeira Vilella e Dona Maria Josepha, 1873.....	138
QUADRO 20: Distribuição de escravos casados, viúvos e solteiros nas comunidades de Francisco Teixeira Vilella e Dona Maria Josepha, 1873.....	140
QUADRO 21: Perfil etário dos escravos, nas comunidades de Francisco Teixeira Vilella e Dona Maria Josepha, 1873.....	141
QUADRO 22: Batismos de escravos e ingênuos, nas comunidades de Santa Maria e do morro alto Francisco Teixeira Vilella e Dona Maria Josepha, 1852-1879.....	142
QUADRO 23: Condição dos padrinhos dos escravos das comunidades de Santa Maria e do Morro Alto, 1852-1879.....	143
QUADRO 24: Batismos de crianças legítimas e naturais, nas comunidades de Santa Maria e do Morro Alto, 1852-1879.....	145
QUADRO 25: Distribuição do trabalho nas comunidades de Francisco Teixeira Vilella e Dona Maria Josepha, 1852-1879.....	145
QUADRO 26: Distribuição dos ofícios especializados entre os escravos de Vilella, de acordo com o sexo, idade e o valor dos escravos, 1873.....	146
QUADRO 27: Distribuição de alforrias dos escravos de Vilella e Dona Maria Josepha, de acordo com o sexo e com o período, 1850-1888.....	147
QUADRO 28: Forasteiros adquiridos por Vilella, em 1863-1864.....	149
QUADRO 29: Grupos de forasteiros adquiridos por Vilella, 1863-1864.....	151
QUADRO 30: Forasteiros da fazenda do Capão Alto comprados pelo comendador Francisco Teixeira Vilella.....	166
QUADRO 31: condição dos padrinhos dos filhos e filhas das escravas procedentes do Capão Alto, 1868-1879.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS

CMU –Centro de Memória da Unicamp

TJC – Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas

CRC – Fundo da Coletoria de Rendas de Campinas

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

PE – Fundo Peter Eisenberg

“As feridas dos açoites provavelmente cicatrizavam com o tempo; as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação, eram as chagas eternamente abertas no cativoiro.”

Sidney Chalhoub

INTRODUÇÃO

Ao folhear os velhos e poeirentos livros da coletoria de rendas de Campinas, encontramos milhares de homens e mulheres negociados naquele município ao longo da segunda metade do século XIX. A cada página virada, surgiam Joãos, Josés, Marias, Joanas e tantas outras pessoas que foram submetidas ao comércio interno, à precificação, à transferência de proprietário e à contabilização como “mercadorias humanas”. Esses indivíduos levados à Campinas ajudaram a compor os mais de 400 mil¹ escravos comercializados no Império brasileiro após o fim definitivo do tráfico atlântico de africanos.

Conforme a leitura desses documentos avançava, dezenas de questões brotavam, a curiosidade sobre a história dessas pessoas aumentava e a indagação feita, inicialmente, por Richard Graham permanecia latente: “o que o tráfico significou para os seres humanos que foram traficados”?² Por isso, investigar essa questão tornou-se o objetivo da presente pesquisa, que busca resgatar a individualidade dos escravos comercializados no mercado interno a fim de compreender suas experiências no novo cativeiro.

A priori, faz-se necessário entender a dinâmica do comércio interno no Império brasileiro. Para isso, recorreremos à historiografia, que tem produzido importantes estudos sobre o tema desde a década de 1970.³ Vejamos o que ela nos conta.

¹Precisar o número de escravos transferidos, ao longo de todo o período do comércio interno é uma tarefa muito difícil, sendo objeto de análise de importantes estudiosos. Sobre essa questão, a minuciosa análise do historiador Robert Slenes, infere que, entre os anos de 1850 a 1881, cerca de 220 mil escravos foram comercializados através do comércio, inter-regional para o sudeste, número que pode chegar a aproximadamente 440 mil cativos se considerarmos as vendas intraprovinciais. Ver: SLENES, Robert. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Doutorado em História, Stanford: Stanford University, 1976.

² GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, nº 27, 2002, pp. 121-160.

³Em 1971, Herbert Klein discutiu o comércio de escravos com foco nas entradas de cativos no porto do Rio de Janeiro, em 1852. A partir dos registros policiais referentes à entrada de escravos, o estudo de Klein apresentou dados sobre a transferência marítima de cativos do Nordeste para o Sudeste do Império brasileiro. Ver: KLEIN,

O comércio interno surgiu frente à escassez de mão de obra escrava, provocada pelo fim do tráfico atlântico no ano de 1850. Nesse momento, os negociantes de cativos das regiões brasileiras em crescimento econômico se voltaram para o mercado interno para garantir a reposição da força de trabalho. A produção de café no sudeste do Império, exemplarmente, experimentava tal ascensão, de modo que demandava, amiúde, mais e mais mão de obra cativa. A proibição do comércio ultramarino fez com que os cafeicultores recorressem, então, à compra de escravos já estabelecidos no país. Expandia-se, assim, algo que, de fato, não era novo: a transferência intra e interprovincial de cativos.

Nas primeiras décadas após o fim do tráfico atlântico, os negociantes privilegiavam o comércio intraprovincial, uma vez que os custos das transferências interprovinciais eram muito altos. A partir da 1870 houve uma mudança nas condições de oferta de mão de obra escrava, de modo que o comércio interprovincial ganhou força e alcançou o seu auge. De acordo com Robert Slenes a principal causa do aumento do comércio interprovincial nos anos de 1870 foi a queda dos preços de açúcar e, antes disso, dos preços de algodão na segunda metade dos anos de 1860, diminuindo a demanda por escravos nessas atividades agrícolas⁴. Somada à queda dos preços de açúcar e algodão, para Erivaldo Neves, em seu estudo sobre Caetité, no sertão baiano, o aumento das vendas de escravos para outras províncias foi uma reação ligada à crise nordestina e à grande seca de 1877-1879.⁵

Herbert S. "The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852". *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971).

⁴ SLENES, Robert. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado em História, Stanford: Stanford University, 1976. Ver também CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1985.

⁵ Conclusão obtida a partir da análise do movimento de transferência de mão de obra cativa da policultura da cidade baiana Caetité para a monocultura do café na fronteira agrícola do oeste paulista, na década de 1870. NEVES, Erivaldo, "Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto do sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista". *Revista Afro - Ásia*, Salvador, n. 24, pp. 97-128, p. 103. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n24_p97.pdf>

Vale ressaltar como importante característica desses tempos de comércio interno, que o escravos negociados do norte para o sul do país não eram, em geral, originários das *plantantios* açucareiras. A esse respeito, Robert Slenes constatou que os cativos enviados das províncias nordestinas para as regiões cafeeiras eram procedentes das pequenas e médias propriedades agrícolas e das áreas urbanas⁶. A partir da análise de dados disponibilizados pela polícia do porto da província da Bahia em 1854, Slenes identificou que 59% dos cativos baianos enviados para o Sudeste eram oriundos de vilas e cidades.⁷

Destarte, as províncias do norte e nordeste se tornaram portas de saída de escravos, de onde partiram milhares de forasteiros rumo às lavouras cafeeiras no sudeste brasileiro. Não somente elas, mas também as províncias do Sul foram importantes fornecedoras de cativos comercializados para as lavouras cafeeiras. De acordo com Rafael da Cunha Scheffer, o declínio no preço do charque nos anos 1870 teria incentivado a venda de cativos do Rio Grande do Sul, “o que fez dessa província nessas décadas a segunda maior exportadora de escravos do Brasil”.⁸

É preciso lembrar que, devido à grande quantidade de escravos africanos no país, muitos dos que foram transferidos de uma província para outra logo no pós-1850 já haviam passado pela experiência do comércio atlântico. Conquanto, com o tempo e o consequente

⁶ SLENES, Robert. SLENES, Robert. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado em História, Stanford: Stanford University, 1976. Ver também CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1985.

⁷ *Idem*.

⁸ De acordo com Scheffer esse argumento foi desenvolvido a partir dos estudos historiográfico de Herbert Klein, Robert Slenes e Beatriz Corsetti. Ver: SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 23. Em recente análise, Scheffer investiga as dinâmicas dessa atividade a partir da porta de saída no Rio Grande do Sul em direção à Campinas o ponto chegada. O autor analisou como ocorreram as transferências, sua organização e impacto tanto em localidades de saída/exportadoras de escravos quanto nas receptoras/importadoras dessa mão de obra Ver: SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012.

envelhecimento dos africanos, o número de crioulos - escravos nascidos no Brasil - cresceu e se tornou predominante no comércio interno. Sem dúvida, as maiores possibilidades de comercialização amplificaram o medo e as experiências negativas dos escravos brasileiros. Tratados como estrangeiros em sua própria terra, os cativos aqui nascidos se tornaram forasteiros, submetidos a novas realidades do sistema escravista brasileiro e colocados, ainda mais intensamente, à margem da sociedade.

Ainda, no que diz respeito ao perfil dos escravos comercializados, a historiografia constatou o predomínio de homens e jovens. Esse caráter pode ser explicado tanto pelas dificuldades das transferências de um local para o outro, como pela preferência dos compradores. Realizadas, muitas vezes, durante vários dias e sob péssimas condições, as viagens do comércio interno exigiam cativos fortes, capazes de resisti-las.⁹ Ademais, os fazendeiros demandavam, especialmente, cativos jovens e fortes, aptos a suportar o trabalho no eito.

Consoante aos estudos anteriormente apresentados, constatamos que muito já se sabe sobre esse período da história da escravidão brasileira. Sem dúvida, foram (e ainda são) realizados importantes estudos a respeito das complexidades do comércio interno no Brasil. No entanto, o impacto dessa atividade na vida dos cativos transferidos de uma localidade para a outra e a experiência desses indivíduos nas suas novas realidades ainda são questões pouco estudadas pela historiografia.

⁹Segundo Jonathan Prichett e Herman Freudenberg a preferência por cativos mais valiosos se daria como uma forma de compensar o custo de seu envio pelo maior preço cobrado, permitindo assim aos comerciantes ampliarem suas margens de lucro.” FREUDENBERG, Herman e PRICHETT, Jonathan. “The Domestic United States Slave Trade: New Evidences”. *Journal of Interdisciplinar History*, 31:3 (Winter 1991): 447-77 *Apud* SLENES, Robert. “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market”. *In*: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370.

Alguns estudos, todavia, têm se aventurado por esses novos caminhos, sobretudo direcionando seus olhares para os locais de saída dos escravos. Em recente trabalho, Maria de Fátima Novaes Pires investigou a trajetória de escravos, forros e ex-escravos nas Comarcas de Rio de Contas e Caetitê.¹⁰ Na primeira parte de sua análise, a autora narra histórias de cativos que encontraram na fuga a maneira de resistir ao comércio interno. A autora observou também que, diante do aumento das transferências interprovinciais de escravos, houve uma intensificação na luta pela alforria, haja vista que o medo de ser vendido e separado de seus familiares era uma constante na vida daqueles indivíduos.

Assim como na Bahia, o comércio interno se tornou uma ameaça para os cativos da província do Ceará. Ao analisar a experiência dos escravos naquela província, José Hilário Ferreira Sobrinho observou que a intensificação do comércio interprovincial na década de 1870 causou grande insegurança entre os cativos que passaram a lutar mais especificamente contra o comércio interno do que contra o sistema escravista. O autor identificou a criação de diversas formas de resistência elaboradas pelos escravos em suas ações de resistência à comercialização, de modo que a fuga representou o principal artifício de combate. Nesse ponto Ferreira narra histórias de centenas de cativos que (...) tinham consciência do que representava o comércio interprovincial: o desenraizamento, entendido como deixar a terra e suas conquistas, como o não pertencimento ao grupo.”¹¹

Essas histórias contam sobre as angústias e as vivências de escravos nas províncias de saída do comércio interno. Todavia, os estudos sobre a experiência dos cativos nos pontos de chegada ainda são praticamente inexistentes. A questão do comércio interno nos

¹⁰PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida. Tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima- BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

¹¹FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “*Catirina, minha Nêga, tão querendo te vende...*” *Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881)*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011, p. 219.

municípios receptores de escravos é mencionada em alguns importantes estudos, entretanto não houve, ainda, um enfoque que privilegiasse a trajetória dos forasteiros nessas localidades.

Dentre as importantes pesquisas que apontam a interação dos cativos com a realidade a eles imposta pelo comércio interno, encontramos o trabalho de Maria Helena Machado. Com o objetivo de compreender as relações sociais entre os escravos no século XIX, Maria Helena Machado realiza um estudo sobre os crimes cometidos por cativos nas lavouras das regiões de Campinas e Taubaté entre 1830-1880.¹² Em sua análise, a autora dedica especial atenção às relações de trabalho, argumentando que as questões ligadas à labuta eram decisivas no cotidiano escravo e no processo de adaptação e de rebeldia dos escravos forasteiros. Contudo, Machado não se atenta aos demais aspectos distintos da experiência escrava e do processo de adaptação dos cativos procedentes do comércio interno.¹³

Cristiany Rocha, por sua vez, investiga as gerações de escravo nas fazendas campineiras. Por meio da ligação nominativa de fontes, perscruta as relações familiares desenvolvidas entre os cativos, observando a formação das redes de parentesco e de solidariedade. No último capítulo de sua tese, a historiadora analisa a condição dos escravos desenraizados, observando principalmente os conflitos nos quais eles estavam envolvidos. No entanto, Rocha não está preocupada especificamente com a experiência dos escravos submetidos ao comércio interno e com o impacto dessa atividade nas escravarias.¹⁴

Partindo desses e de outros trabalhos essenciais, propomos, neste estudo, uma análise da experiência dos escravos comercializados para e na cidade de Campinas, porta de entrada

¹²MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

¹³ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

¹⁴ROCHA, Cristiany. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno, Campinas, século XIX*. Tese de Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2004.

de milhares de cativos oriundo do comércio interno. Consideraremos que os escravos comercializados no período pós 1850 foram subjugados ao chamado comércio interno e foram, de alguma maneira, colocados na situação de forasteiros, para tanto algumas ressalvas são necessárias. *A priori*, é preciso entender que a experiência desses indivíduos variava de acordo com o comércio a que eram submetidos. Como vimos anteriormente, nas décadas de 1850 e 1860, o comércio nos âmbitos locais e intraprovinciais eram os mais comuns, sendo assim houve, naquele período, um grande número de transferências de cativos já residentes em Campinas e nos municípios da província de São Paulo. Se por um lado, para esse escravos talvez existisse o alento de manter contato com seus antigos familiares e com antigos companheiros que por desventura ficaram para trás, por outro lado, ao chegarem em uma nova propriedade, eles se tornaram forasteiros e precisavam se adaptar às novas regras senhoriais e ao convívio com seus companheiros

Já para aqueles que vinham de outras províncias, principalmente a partir de 1870, o cenário era, provavelmente, o mais desolador: eram retirados de suas terras, viajavam milhares de léguas rumo a um novo trabalho, a um novo cativo e eram obrigados a deixar para trás família, amigos e as possibilidades de liberdade. Ao chegar à Campinas, com remotas chances de revisitar seus laços anteriores, esses forasteiros eram subjugados a uma nova experiência escrava, na qual as dificuldades de adaptação ao trabalho, às imposições senhoriais e à organização da comunidade precisavam ser diariamente enfrentadas.

Para compreender a complexidade dessas diferentes experiências, buscamos uma avaliação mais extensa dos elos sociais entre os escravos, que concentre os diversos fatores capazes de influenciar a configuração das relações dentro das senzalas e a adaptação dos forasteiros: os laços familiares, as relações de trabalho, a incidência de fugas e o acesso às

ocupações especializadas e à alforria. Ademais, mantemos em vista, também, a experiência dos escravos já residentes nas comunidades receptoras.

Desse modo, o problema histórico que move nosso estudo é a tentativa de compreender se havia ou não a integração dos forasteiros nas comunidades escravas – e, por conseguinte, observar as características dessas comunidades e as transformações provocadas pela chegada de indivíduos provenientes do comércio interno. Com esse norte, analisamos a escravaria em sua totalidade, cotejando a experiência de cativos residentes de longa data nas fazendas com a vivência dos cativos procedentes do comércio interno.

Sendo assim, a variável tempo torna-se ainda mais crucial nessa análise histórica. Haja vista que o tempo de formação das comunidades e o tempo de permanência dos forasteiros no grupo poderiam ser decisivos no processo de adaptação dos mesmos. No que diz respeito ao cenário escolhido, Campinas, quando o comércio interno surgiu como uma resposta à escassez de mão de obra escrava, o município se tornou uma importante produtora de café do oeste paulista. Ao longo da segunda metade do XIX, Campinas detinha um grande número de fazendas e, conforme a primeira matrícula geral de escravos feita em âmbito nacional, no ano de 1872, reunia a maior população escrava de todos os municípios paulistas, com aproximadamente 14 mil cativos.¹⁵

Dentre os diversos problemas causados pelo comércio interno na vida desses forasteiros, possivelmente a agressão à família cativa foi um dos mais graves. Os escravos, sobretudo os de pequenas propriedades e de centros urbanos, estiveram mais expostos à comercialização, tendo vivenciado, com mais frequência, a experiência da separação de um

¹⁵ROCHA, Cristiany Miranda. *História de Famílias Escravas. Campinas, Século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

parente próximo.¹⁶ A ruptura de laços familiares acontecia, como já mencionado, devido às preferências de compra dos senhores, que inicialmente escolhiam apenas os jovens escravos, fazendo com que esses indivíduos fossem arrancados de suas origens e tivessem seus laços consanguíneos e de parentesco quebrados.¹⁷

Somado ao grande impacto em sua vida familiar, o escravo comercializado era submetido a uma nova rotina e por isso precisava estabelecer novas relações de trabalho. O caso dos cativos envolvidos no crime contra o negociante Veludo, narrado por Sidney Chalhoub, evidencia que a questão do trabalho era de suma importância para os indivíduos negociados através do comércio interno.¹⁸ De acordo com as informações do processo-crime, os escravos que estavam no depósito Veludo, ao saberem que seriam vendidos para uma fazenda, organizaram um plano para atentar contra a vida do comerciante, numa tentativa de impedir a negociação e interferir em seus próprios destinos.

Esse episódio demonstra que os escravos tinham consciência das condições de trabalho nas fazendas cafeeiras e não desejavam ser submetidos ao regime imposto nestas propriedades. Considerando que eram, em sua maioria, provenientes de pequenas

¹⁶SLENES, Robert. "The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market". In: JOHNSON, Walter (Ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, pp. 325-370, p.352.

¹⁷ Importantes estudos demonstram o quão essencial era o estabelecimento da família para os escravos, considerando que através dos laços adquiridos por meio do casamento e do compadrio era possível alcançar alguns privilégios e melhorias nas condições de vida. Além do apoio e da companhia dos parentes, a família permitia a manutenção e a transmissão da cultura, o acesso à moradia individual e ao cultivo de uma pequena roça. A venda dos produtos cultivados, por sua vez, aumentava as chances de acumular o pecúlio e, por conseguinte, alcançar a liberdade. Concomitante ao casamento, o compadrio era essencial na formação da família e da comunidade escrava, visto que incorporava "compadres e malungos (companheiros do mesmo barco)", permitindo o estabelecimento de laços de amizades e solidariedade entre os cativos. Apesar de ser um parentesco ritual com base espiritual, possuía uma primordial função social, uma vez que garantia proteção ou auxílio material dos padrinhos aos seus afilhados. Ver: SLENES, Robert. "Senhores e Subalternos no Oeste Paulista" in: ALENCASTRO, Luis Felipe [org.] *História da Vida Privada no Brasil: Império*, pp 235-290, p.239; ROCHA, Cristiany. *op. cit.* 2004

¹⁸CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

propriedades ou de regiões urbanas, esses cativos não estavam acostumados com o árduo trabalho das *plantations*, nas quais o ritmo de produção, de fiscalização e de disciplina era intenso. Pelo contrário, podiam estar acostumados a ritmos de trabalhos mais leves e no caso dos escravos urbanos, até mesmo, a uma certa autonomia.¹⁹

Ao serem transferidos de um proprietário a outro, os escravos podiam perder também o acesso às ocupações especializadas, algo bastante valorizado por eles. Robert Slenes observa que antes de 1850, os escravos crioulos – que representavam um número relativamente baixo – parecem ter sido preferidos por seus senhores na distribuição de ofícios especializados e alforrias, o que significava uma possibilidade de mobilidade social para esses indivíduos, mesmo que esses terminassem suas vidas como escravos.²⁰ Contudo, ao serem levados para as lavouras cafeeiras, eram majoritariamente, destinados ao trabalho no eito, perdendo os privilégios que os trabalhos especializados podiam proporcionar.

Ademais, o comércio interno distanciava, ainda mais, o sonho da liberdade dos forasteiros. Ao passo que, dificilmente, os senhores concediam a alforria aos escravos adquiridos no mercado interno. Além disso, para aqueles que chegavam a um novo cativo, sem laços de amizade e de parentesco e com poucas possibilidades de conseguir um ofício especializado, as chances de comprar a própria liberdade eram deveras minguadas.

Todos esses aspectos são cruciais para compreender a experiência dos forasteiros no novo cativo. Ao adentrarem Campinas, os forasteiros já carregavam a “(...) condição de

¹⁹ALGRANTI, Leila. *O feitor Ausente, estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988, p 50. Leila Algranti, em seu estudo sobre a escravidão urbana nas primeiras décadas do século XIX, afirma que os cativos que viviam nas cidades viviam: “Longe do controle do senhor, criavam um ambiente próprio e desfrutavam de momentos de liberdade. Nesses momentos, no entanto, tudo lhes fazia lembrar sua condição servil, pois um forte esquema policial encarregava-se de seguir lhes os passos.”.

²⁰SLENES, Robert. “The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market”. *op.cit.*

desenraizado, ou seja, de cativo arrancado de sua comunidade de origem, privado da convivência de possíveis familiares e/ou amigos, ainda por cima introduzidos num outro tipo e ritmo de trabalho(...).²¹ A partir de então, era preciso criar novas estratégias de sobrevivências e meios para se adaptar à nova realidade.

Todavia ainda é preciso considerar que o processo de adaptação dos cativos procedentes do comércio interno poderia se dar de maneira diferente em fazendas recém-formadas e em fazendas estabelecidas de longa data, ou seja, naquelas em que a comunidade escrava atingira um alto grau de consolidação das redes de parentesco e solidariedade entre os escravos. Nesse segundo caso, as chances de inserção do forasteiro poderiam ser limitadas, exatamente pelos laços de identificação já estabelecidos na comunidade. Por outro lado, nas propriedades de formação recente, em que havia poucos núcleos familiares e a maioria da escravaria era composta por homens adultos e solteiros, nas quais havia poucas possibilidades de constituir famílias e criar uma rede de parentesco.

Feita esta ressalva, escolhemos três escravarias distintas, a partir das quais seguimos a trajetória dos forasteiros os quais para lá foram levados. Nas páginas que seguem, analisamos escravarias campineiras, escolhidas a partir de seu histórico (se antigas ou de formação recente) e da “velocidade” de sua aquisição de novos cativos (lenta ou rápida) no comércio interno. Em todos os casos, iniciamos os estudos a partir dos proprietários, mapeando suas trajetórias de vida e observando como as suas escolhas interferiram na vida dos cativos e na configuração da comunidade escrava. Nessa análise, perscrutamos também a história dos grupos de cativos existentes naquelas propriedade antes da chegada dos forasteiros. A intenção é compreender a configuração do grupo no qual os forasteiros foram

²¹ROCHA, Cristiany, *op.cit.* p. 251.

inseridos e, dessa maneira, comparar a trajetória dos escravos já residentes com a vivência dos forasteiros.

Para tanto, importantes escolhas foram tomadas. Para adentrar às senzalas aqui estudadas e conhecer as histórias dos personagens aqui descritos, foi preciso escolher a referência documental inicial. Para tanto, a família escrava foi a porta de entrada para a documentação que nos permitiu seguir mais de perto a experiência dos cativos, seja daqueles já residentes, seja dos forasteiros que rumaram às comunidades em questão. Desse modo, as relações familiares, o modo como elas contribuíram para a formação de uma comunidade escrava, a importância das mesmas para inserção dos forasteiros e como o comércio interno poderia prejudicar a manutenção da família escrava, se sobressaem ao longo da narrativa. O olhar mais detido às famílias, demonstra que, em muitos momentos, ela foi de grande suporte para os escravos, exercendo suma importância para a formação de comunidades.

Conquanto, notamos também que nem sempre a família significou algo positivo para os escravos e que uma comunidade formada por antigas famílias não era sinônimo de harmonia. Além disso, constatamos que a família escrava não era o único modo de formar uma comunidade de cativos. Para estender nossa compreensão, fizemos também incursões guiadas pela análise dos ofícios exercidos pelos cativos, das fugas, dos crimes e doutras tantas fontes que enriquecessem ainda mais a história dos personagens assistidos. Ademais, analisamos, rapidamente, documentos que pudessem elucidar sobre as questões étnicas, as tradições africanas, a língua, as crenças e toda a herança daqueles indivíduos.

Portanto, nesse estudo propomos estudos desenvolvidos a partir de uma prática historiográfica, essencialmente baseada na redução da escala de observação e em um estudo intenso do material documental, denominada micro história. Este método permite ao

historiador apreender fatos e obter conclusões que uma análise macro não possibilitaria visualizar. Além disso, revela indivíduos heterogêneos inseridos na complexa trama fina da história, sujeitos cuja trajetória pode ser contada a partir dos tantos vestígios encontrados nas diversas fontes e, estando conectados sugerem “escolhas, estratégias, paixões e incertezas”.²²

Nessa empreitada, o nome é o ponto de partida de nossa perscrutação. Entendemos o nome como um fio condutor para chegar à imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido, permitindo-nos encontrar os sujeitos em diversos contextos sociais, o que abriria novos campos à investigação histórica.²³ Sendo assim, a reconstrução das experiências dos escravos ocorre por meio da ligação nominativa de fontes que, através do nome e do cruzamento dos documentos, possibilita seguirmos pessoas no tempo e entre séries documentais diferentes, como: registros de batismo e de casamentos, processos-crimes, libelos cíveis, inventários, testamentos e em muitos outros documentos.

Vale lembrar que o historiador está submetido às seleções documentais produzidas pelo tempo e pela displicência dos homens, e que suas fontes “já tinham sido fruto de uma seleção social mais sistemática”.²⁴ Por isso, reconstruir trajetórias individuais é um trabalho delicado, no qual existirão lacunas, imprecisões, pontos obscuros e ausências. Afinal, o historiador só pode perscrutar “a parte visível do iceberg”.²⁵

²²LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 89.

²³GINZBURG, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. Ginzburg adapta aqui, para a história social, um procedimento caro à história demográfica: a “ligação nominativa de fontes”, usada para a reconstituição de famílias no tempo. Um dos primeiros estudos sobre a micro história é o artigo de Giovanni Levi, “*Sobre a Micro-História*”, publicado em 1978. Ver também: LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

²⁴LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 89.

²⁵MACFARLANE, Alan. *Reconstructing Historical Communities*. Cambridge: University Press, 2008.

Pois bem, no capítulo 1, conhecemos a experiência dos forasteiros levados para a comunidade do Saltinho, propriedade de Felipe Antonio Franco. Esse caso foi parcialmente estudado por Robert Slenes, que centrou sua análise sobre o período entre 1872 e 1875.²⁶ Motivados por essa pesquisa e buscando avançar na investigação, acompanhamos a formação da escravaria desde o início do século XIX até os anos 1880, com ênfase no período pós-1850, quando ocorreu a incorporação de forasteiros, de maneira relativamente modesta. Nessa etapa inicial do trabalho, é possível observar a inserção de forasteiros numa comunidade estabelecida ao longo de décadas e que na segunda metade do século XIX já se encontrava consolidada.

Em seguida, investigaremos a formação de uma comunidade escrava formada quase que exclusivamente por forasteiros. Para isso, perscrutamos, no capítulo 2, a chegada de forasteiros ao sítio de São Pedro, propriedade do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha. Aproveitamos também, nesse capítulo, para conhecer um pouco da dinâmica do comércio interno na cidade de Campinas e compreender as singularidades de uma comunidade formada, majoritariamente, por homens.

O último capítulo apresenta um caso bastante peculiar. Nele nos deparamos com a formação de diversas comunidades a partir de uma única escravaria. Apesar de se tratar, igualmente, de uma fazenda de formação antiga, houve em seu histórico a chegada de mais 300 forasteiros em menos de uma década, sendo que 186 deles eram provenientes da fazenda

²⁶ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011 [1999], pp 122-123; SLENES, Robert. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In: *História da Vida Privada no Brasil*, 4 Vols. (org. geral: Fernando A. Novais), Vol. II: *Império: A Corte e a Modernidade Nacional* (org. do volume: Luiz Felipe de Alencastro). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp 268-271.

do Capão Alto, no Paraná. Compreender a experiência desse grupo de forasteiros paranaense é, sobretudo, o objetivo da etapa final desse estudo.

Por fim, ressaltamos que as páginas subsequentes contam histórias de forasteiros que, apesar de possuírem em comum o trauma do desenraizamento e a necessidade de refazerem suas vidas, construíram trajetórias bastante heterogêneas no novo cativoiro.

CAPÍTULO 1

Estranhos no ninho: Forasteiros e gerações escravas.

Assim toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.²⁷

1.1 Os primórdios da comunidade: As ações senhoriais na constituição da comunidade escrava.

A complexidade da escravidão brasileira foi marcada pela ação de diferentes atores sociais, tais como escravos, senhores, libertos e pessoas livres. As escolhas e decisões tomadas por cada grupo e por cada indivíduo influenciaram, direta ou indiretamente, na continuidade da instituição escravista e nas trajetórias de vida dos sujeitos históricos. Assim sendo, analisaremos as ações dos diversos agentes envolvidos na formação e desenvolvimento de uma comunidade escrava, que se constituiu ao longo de 70 anos para, posteriormente, compreendermos como ocorreu a inserção de forasteiros naquele grupo.

Para iniciar, mapearemos a trajetória de vida dos proprietários dos escravos, observando as escolhas feitas por eles, as quais quase sempre interferiram na vida dos cativos e na configuração da comunidade escrava. Então, vejamos brevemente algumas dessas histórias, que tem, sobretudo, como fio condutor a vida de Anna Rufina de Almeida.

No ano de 1814, Anna Rufina de Almeida, filha do Sargento-mor Antonio José de Almeida e Dona Theodora Leite Martins, casou-se com seu parente Antonio Teixeira de

²⁷LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. In BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992, p 135.

Camargo, natural da vila de São Carlos²⁸ e filho de Felipe Nery Teixeira e Dona Maria Leite de Camargo.²⁹

O casal viveu junto na Fazenda Velha de Santo Antonio do Triunfo durante 23 anos, até que em 1837, Antonio Teixeira de Camargo faleceu, com 48 anos.³⁰ A viúva permaneceu sozinha durante quinze anos, cuidando da metade dos bens do casal, que a ela pertencia e da herança de seu filho Sabino,³¹ ainda menor de idade.³² De acordo com a historiadora Alida Metcalf, os homens ao ficarem viúvos tendiam a se casar rapidamente, causando poucas mudanças na estrutura familiar. Já entre as viúvas, o segundo casamento era menos comum.³³ Dona Anna Rufina³⁴ fez parte da parcela que se casou novamente. No dia 3 de janeiro de

²⁸ Testamento de Antonio Teixeira Camargo, 1º ofício, Processo 09752, TJC, CMU/UNICAMP.

²⁹ De acordo com o registro de habitantes da Vila de São Carlo, do ano de 1818, é possível inferir, que no momento de Casamento Dona Anna Rufina tinha 14 anos e seu noivo, Antonio Teixeira de Camargo, tinha 25 anos. Fonte: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Bicudos_3.htm acessado em 04/10/12; lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1817, Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

³⁰ O senhor Antonio Teixeira de Camargo deixou sua esposa e mais quatro filhos.

³¹ No ano da morte de seu pai, Sabino tinha entre 14 e 15 anos.

³² Inventário *post mortem* de Antonio Teixeira Camargo, 3º ofício, Processo 6684, TJC, CMU/UNICAMP.

³³ METCALF, Alida. "Women and Means: Women and Family Property in Colonial Brazil." *Journal of Social History*, Vol. 24, No. 2 (Winter, 1990), pp. 277-298 <http://www.jstor.org/discover/10.2307/3787499?uid=2&uid=4&sid=21101367872157> Acessado em 09/10/2012.

³⁴ Anna Rufina e suas contemporâneas eram tidas como pessoas vulneráveis e por esse motivo, deveriam permanecer sob o poder de seus pais até o casamento, quando então se tornariam responsáveis do marido. Contudo, são inúmeras as histórias de mulheres que administraram o patrimônio familiar. Ao reconstruir a vida de algumas senhoras no período colonial, a historiadora Alida Metcalf demonstrou que elas podiam exercer grande autoridade sobre a sua família e sobre a sua propriedade, principalmente, aquelas que eram casadas, ao assumir as rédeas senhoriais diante da ausência temporária ou da morte de seus maridos. Em Campinas, ao longo do período de 1865-1880, foram registradas 8416 negociações de escravos, das quais aproximadamente 11% delas foram realizadas por mulheres, como compradoras, ou vendedoras ou ainda como procuradoras. Esses dados foram adquiridos a partir da Base de Dados denominada Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880, que foi elaborada por mim ao longo da pesquisa. Nela estão reunidos todos os registros de meia sisa do período de 1865-1880, com exceção dos anos fiscais 1869-1870; 1870-1871; 1871-1872; pois os livros onde foram registrados desapareceram ao longo do tempo. São 8416 entradas, que registram os nomes do vendedor e do comprador e dados mais precisos sobre o escravo comercializado como, por exemplo, nome, idade, nacionalidade, naturalidade estado civil dos escravos.

Ademais, nos registros de casamento e batizados de cativos e ingênuos da cidade Campinas, ao longo da segunda metade do século XIX, é possível identificar muitas senhoras responsáveis pela sua escravaria. A história de uma senhora de grande poder e responsável pela propriedade familiar é narrada por Sandra Graham, em sua obra, *Caetana diz não*, na qual a historiadora conta a trajetória de Dona Inácia Delfina Werneck, que administrava os bens de sua família e em seu testamento tomou providências para garantir o futuro de uma

1852, aos 51 anos de idade, a senhora se uniu em matrimônio com Felipe Antonio Franco.³⁵ Possivelmente, esse casamento deve ter representado um ótimo consórcio³⁶ e uma grande oportunidade de ascensão social e econômica para o esposo, uma vez que Franco³⁷ se tornou proprietário de terras, bem como dono de uma grande escravaria.

Três anos após o matrimônio, o casal comprou o Sítio do Saltinho, que ficava próximo à Fazenda Velha. A aquisição parecia um ótimo negócio, não fosse pela necessidade de atravessar terras alheias para ir de uma propriedade à outra. Pois, passados onze anos da compra dessa propriedade, a família Toledo Piza - a mesma que vendera o dito sítio ao casal - acionou a justiça, com a alegação de uso indevido de suas terras pelo senhor Felipe Antonio Franco.³⁸ Diante de tal acusação, os réus responderam que, no momento da aquisição da terra, a utilização daquele caminho havia sido incluída nos termos de compra. Alegaram que aquela passagem era de extrema importância para eles, dado que comunicava a Fazenda com a Estrada de Limeira e era usada pelos escravos no transporte das mercadorias. Ademais, reivindicaram que o caminho dava acesso à fazenda de Santo Antonio de Triunfo e, sem o atalho, o casal precisaria ir até a cidade para depois seguir para a sua casa, na dita fazenda.

família escrava. GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁹ Livro V de Casamento de Livres, folha 78. Cúria Metropolitana de Campinas, Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

³⁶Da mesma forma, para tantos outros senhores no Brasil Imperial, o casamento, “fazia parte de uma estratégia de enriquecimento previamente pensada.” Segundo Juarez França a origem e a manutenção das maiores fortunas dos fazendeiros do oeste paulista estavam diretamente ligadas ao casamento” FRANÇOIA, Juarez. “Senhores de escravos: trajetória e solidariedade no oeste paulista, 1845/1880”. Dissertação de mestrado em história, UNICAMP, 2010.

³⁷Não consegui obter informações sobre o senhor Felipe Antonio Franco antes do casamento com a senhora Dona Anna Rufina e, justamente diante da falta de informações na documentação, acredito que ele não era um senhor de muitas posses antes unir-se à senhora Rufina.

³⁸[*Interdictum uti possidetis*](#), 2º Ofício, Processo 1466 TJC, CMU/ UNICAMP.

Não houve entretanto acordo entre o casal e os autores.³⁹ Por isso, os réus deixaram de caminhar por aquelas terras e, como alternativa, começaram a fazer a travessia pelo Sítio do Foguete, então propriedade do Capitão Manoel Joaquim de Moraes, que concedeu à Anna Rufina e Felipe Antonio tal benefício.⁴⁰ A partir desse imbróglio judicial, surgiu uma interessante informação sobre a vida e o cotidiano dos senhores e que mais adiante nos ajudará a compreender alguns aspectos da comunidade escrava. Aparentemente, os senhores não residiam na mesma propriedade em que os seus cativos, eles se deslocavam, constantemente, entre a Fazenda de Santo Triunfo e o Sítio do Saltinho para cuidar dos negócios, mas moravam na casa grande localizada na Fazenda Velha,⁴¹ por isso aquele atalho era tão importante.

Coincidentemente, o segundo casamento de Dona Anna Rufina também durou 23 anos, até a sua morte, em 1875. No momento do falecimento da senhora, seus filhos também jaziam mortos e, por isso, seus herdeiros, que a princípio somavam quatro filhos, passaram para dezoito, entre netos e bisnetos, os quais iniciaram, no dia 12 de julho de 1876, uma reclamação contestando a divisão dos bens do inventário da falecida senhora. Eles exigiam a prestação de contas do inventariante, com a descrição dos bens adquiridos antes e depois do matrimônio,

³⁹Este caso foi um exemplo dos inúmeros conflitos pela posse de terras que ocorreram no Brasil durante o século XIX, que envolveram os membros da elite agrária e senhorial. Discórdias que continuaram a existir mesmo após a criação da Lei de Terras, em 1850. Contudo, esse episódio parece ir além da disputa por uma nesga de terra. Poderia ter sido uma tentativa dos autores, que descontentes com a perda de parte da propriedade, de prejudicar o novo proprietário, no caso, o senhor Felipe Antonio Franco. Também é curioso neste caso, que muitos anos depois, após a morte de Felipe Antonio Franco, sua viúva, a senhora Ana Leopoldina Franco, casou-se com João Rodovalho Piza, possivelmente, pertencente à família dos autores da ação. Essa é uma hipótese, que não foi possível corroborar, contudo existe a possibilidade de mais de uma década depois, a família Piza ter recuperado seus bens e ainda ter ficado com o grande patrimônio do senhor Felipe Antonio Franco.

⁴⁰ Após anos o casal também comprou o sítio do Foguete, provavelmente para evitar novos imbróglis judiciais. *Interdictum uti possidetis*, 2º Ofício, Processo 1466, TJC, CMU/ UNICAMP.

⁴¹ A partir de 1855, os escravos passaram a residir no Sítio do Saltinho, onde viviam sob os cuidados do feitor. *Interdictum uti possidetis*, 2º Ofício, Processo 1466, TJC, CMU/ UNICAMP.

pois alegavam que Felipe Antonio Franco não era o “cabeça do casal”, mas apenas o administrador dos bens de Dona Anna Rufina e de propriedades alheias.⁴²

Os pertences reclamados pelos herdeiros da senhora eram numerosos: a Fazenda Velha de Santo Antonio do Triunfo; o Sítio do Saltinho o Sítio das Obras; o Sítio do Foguete; a Casa grande na Rua do Imperador, n. 22, avaliada em 7:075\$785 réis; duas casas na Rua do Imperador (a número 18, no valor de 8:000\$000 réis e a de esquina no valor de 3:000\$000 réis); a produção de cana de açúcar e de café; o montante em dinheiro de 45:564\$000 réis; e os 161 escravos.⁴³

Diante da reclamação dos herdeiros, procedeu-se a descrição dos bens da finada senhora, antes e depois do 2º casamento.⁴⁴ Identificou-se que o monte – mor da finada senhora era de 420:393\$497 réis, dos quais 349:867\$353 pertenciam aos bens comunicáveis do casal e que incluíam 85 escravos adquiridos após o 2º casamento.⁴⁵ Após tal esclarecimento e diante do argumento do réu e inventariante Felipe Antonio Franco de que estava “no gozo de todos os seus direitos”,⁴⁶ o juiz indeferiu a petição dos herdeiros e deu início aos Autos de Partilha.

47

Após décadas de casamento com Dona Anna Rufina, Felipe Antonio Franco ficou viúvo e sem herdeiros. Depois de sete anos de viuvez, Felipe se casou com Dona Anna

⁴²Inventário *post mortem* de Dona Anna Rufina de Almeida, 3ºOfício, Processo 7256, folha 186, TJC, CMU/ UNICAMP.

⁴³ Inventário *post mortem* de Dona Anna Rufina de Almeida, 3ºOfício, Processo 7256, folha 137, TJC, CMU/ UNICAMP.

⁴⁴ Inventário de Dona Anna Rufina de Almeida, 3ºOfício, Processo 7256, TJC, CMU/ UNICAMP, p.129.

⁴⁵ Inventário de Dona Anna Rufina de Almeida, 3ºOfício, Processo 7256, TJC, CMU/ UNICAMP, p.132 verso.

⁴⁶ *Idem*.

⁴⁷Entre os herdeiros foi dividida a soma de 200:989\$223, incluindo 97 escravos. Enquanto que o inventariante herdou 221:268\$218 réis, incluindo 84 escravos. Inventário de Dona Anna Rufina de Almeida, 3ºOfício, Processo 7256, folha 219, TJC, CMU/ UNICAMP.

Leopoldina, com quem teve um filho e faleceu no ano de 1887, às vésperas da abolição da escravidão.

Pois bem, durante 73 anos, Dona Anna Rufina, Antonio Teixeira de Camargo (o primeiro marido) e Felipe Antonio Franco (o segundo) construíram suas vidas e tomaram importantes decisões que interferiram na vida dos escravos. A partir de agora, cientes dessas trajetórias, adentraremos as senzalas e tentaremos esmiuçar as histórias dos indivíduos que viveram na Fazenda Velha e depois no Sítio do Saltinho, para então, finalmente, buscarmos entender como ocorreu a inserção dos forasteiros naquelas propriedades e sob o domínio desses senhores.

1.2 Da Fazenda Velha ao Sítio do Saltinho: A formação da comunidade escrava.

A trajetória escrava, que agora se inicia, é bastante longa: foram 73 anos, desde a chegada do primeiro grupo de cativos à Fazenda Velha até os anos finais da escravidão, quando a comunidade escrava viu a abolição avançar pelos portões do Sítio do Saltinho. Buscaremos, nesta etapa, entender a complexidade do processo de formação e de desenvolvimento de uma comunidade escrava. Para facilitar o estudo, dividiremos a análise em dois momentos distintos:⁴⁸ primeiro, o período entre o casamento de Antonio Teixeira de Camargo e Dona Anna Rufina, em 1817⁴⁹ e a partilha dos bens do senhor, em 1842. O

⁴⁸As divisões foram estabelecidas a partir da vida dos senhores, pois as informações temporais são mais precisas.

⁴⁹ Apesar do casamento de Antonio Teixeira de Camargo e Donna Anna Rufina ter acontecido em 1814, não temos informações sobre eles e sua escravaria até 1817.

segundo período, compreende a decisão de Dona Anna Rufina de se casar novamente, em 1852, até a morte de seu segundo marido, Felipe Antonio Franco, em 1887.⁵⁰

No ano de 1817, viviam na Fazenda Velha 33 escravos⁵¹ que, ao longo dos anos, teceram seus laços de parentesco e de amizade até formarem uma comunidade escrava. Eles eram distribuídos em 18 homens maiores de 15 anos - com idade média de 36 anos - e em 7 mulheres maiores de 15 anos - com a idade média de 31 aos.⁵² Como podemos verificar, nesse momento, a proporção entre homens e mulheres era de aproximadamente 3 homens para cada mulher, diferença que resultou num baixo número de casamentos e numa grande quantidade de homens solteiros.⁵³

Entre os homens adultos, apenas quatro conseguiram uma companheira e oficializaram a união: Narcizo, africano de 54 anos havia se casado com Antonia, africana de 31 anos; José, africano de 41 anos se casou com Gertrudes de 26 anos; Matheus, africano de 39 anos se casou com Joana de 27 anos; José, africano de 36 anos se casou com Anna de 29 anos. Observa-se que os quatro noivos eram maiores de 30 anos e de sete a quinze anos mais velhos do que suas companheiras. Talvez pela idade mais avançada, eles possuísem o respeito de seus companheiros de senzala e do seu senhor, de modo que poderiam prover

⁵⁰ Sobre os 11 anos em que ficou viúva, praticamente, não há informações sobre a senhora e sobre os seus escravos, ademais o foco da presente análise está no segundo momento, de 1853-1887.

⁵¹ É provável que parte dos cativos tenha sido doada pelos pais de Antonio e/ ou fizesse parte do dote de Anna Rufina (ou as duas hipóteses concomitantes).

⁵² Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1817. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

⁵³ A significativa disparidade no número de homens e mulheres foi constante ao longo da escravidão brasileira e refletia a lógica do tráfico atlântico e do sistema escravista, que privilegiava a aquisição de homens, jovens capazes de realizar o trabalho nos engenhos e nas lavouras. De acordo com Slenes, no ano de 1801, na cidade Campinas, a razão de masculinidade era de 192, ou seja, havia 192 homens para cada 100 mulheres. Diferença que se mantém elevada ao longo de todo o século XIX. SLENES, Robert. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ªed. Corrigida, Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 79.

melhores condições no cativo para as escravas, as quais, diante do grande *pool* de possíveis maridos, podem ter considerado esse aspecto ao escolher o esposo.⁵⁴

Narcizo, Antonio e os dois cativos de nome José, também eram africanos e, juntos com seus conterrâneos, somavam ao menos 15 cativos⁵⁵ que passaram pela experiência do tráfico atlântico e tornaram-se moradores da Vila de São Carlos e da Fazenda Velha.⁵⁶ O grande número de africanos, certamente, influenciou toda a trajetória daquele grupo, pois, como argumenta Thornton,⁵⁷ os indivíduos que enfrentaram a diáspora africana carregavam sua herança social e cultural, fatores determinantes no recomeço de suas vidas e, apesar da crueldade do tráfico atlântico e da brutalidade da escravidão, não foram impedidos de desenvolverem comunidades onde conseguiram tanto manter e preservar sua cultura, como criar e transmitir às próximas gerações uma nova experiência, constituída a partir dos processos de ressignificação cultural. Assim também, argumenta Blassingame:

The slave's culture or social heritage and way of life determined the norms of conduct, defined roles and behavioral patterns, and provided a network of individual and group relationships and values which molded personality in the

⁵⁴ Em estudo sobre a preferência dos escravos ao escolher um companheiro, mas especificamente em relação à idade, Manolo Florentino e Góes identificam que, assim como na África, no Brasil os homens mais velhos teriam dominado o “mercado de casamentos e teriam imposto sua preferência por mulheres jovens. Esse mesmo cenário é visto por outra ótica pelo historiador Robert Slenes. Segundo o autor, seria mais plausível que a africana recém-chegada ao Brasil, sem os parentes homens que determinassem sua escolha nupcial, “rapidamente se daria conta de que o “melhor partido” (...) não seria o malungo bonito da mesma idade, mas o homem com mais experiência do Brasil: o cativo “ladino” (...).” SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Op. cit.*, p. 91.

⁵⁵ A lista de habitantes de 1818 não revela a nacionalidade dos cativos, através do cruzamento das listas de 1817, com a lista de 1835 identificamos a origem de alguns daqueles cativos residentes desde o início da formação da senzala.

⁵⁶ Estes escravos faziam parte dos 70,1% dos cativos, maiores de 15 anos, procedente do continente africano e que residiam na cidade Campinas, no ano de 1801. SLENES, Robert. *Na senzala uma flor. Op.cit.* p. 79.

⁵⁷ THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004. Outros importantes estudos sobre esse tema também foram realizados por: MINTZ, Sidney & PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003. SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

quaters. (...) His culture was reflected in socialization, family patters, religion, and recreation.⁵⁸

Não foi possível identificar a região de origem dos escravos que moravam na Fazenda Velha, em 1817. No entanto, a historiografia tem demonstrado que os cativos trazidos para o sudeste do Brasil, desde o fim do século XVII até o fim definitivo do tráfico atlântico em 1850, eram procedentes da atual Angola e da região do “Congo- Norte”. Os historiadores também têm identificado que esses africanos eram pertencentes às sociedades falantes de línguas Bantu e se estruturavam “em torno de família concebida como linhagem, isto é, como um grupo de parentesco que traça sua origem a partir de ancestrais comuns”.⁵⁹

A partir do crescimento das linhagens dos africanos fundadores, bem como da compra de outros escravos, aquele primeiro grupo cresceu significativamente e, através do estabelecimento de laços de parentesco e de solidariedade, formaram uma comunidade escrava na Fazenda Velha.⁶⁰ De acordo com a lista de habitantes da Vila de São Carlos, entre 1817 e 1835, ou seja, em 18 anos, a comunidade escrava da fazenda teria crescido 36%, enquanto que entre 1835 e 1837,⁶¹ ou seja, em apenas 2 anos, teria aumentado mais 53%, passando de 45 para 69 escravos. Tal informação parece estranha, principalmente ao lembrar que nesse biênio (1835-1837) a importação de africanos estava proibida no Brasil. Ademais, o escravo mais jovem da senzala tinha nove anos, de modo que o crescimento do grupo não pode ser decorrente de reprodução natural. Podemos, então, considerar duas hipóteses: a

⁵⁸BLASSINGAME, John W. *The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South*. Edição revisada e ampliada, Oxford University Press, 1979, p.106.

⁵⁹SLENES, Robert. Op.cit. 2011, p. 151.

⁶⁰ Entre quatros primeiros casais, que deram início a suas linhagens e à formação das primeiras famílias nucleares da fazenda do Saltinho, estavam Matheus e Joana, que já viviam juntos no ano de 1817 e ao longo de suas vidas tiveram ao menos duas filhas e três netos, que estavam presentes na matrícula de 1872.

⁶¹ Ano da avaliação do inventário de Antonio Teixeira de Camargo.

primeira é que o senhor Antonio Teixeira de Camargo teria comprado novos escravos no mercado interno e pago um alto preço por eles ou, a segunda possibilidade, é que os tivesse comprado no mercado ilegal.⁶²

Vale mencionar, a possibilidade da lista de 1835⁶³ estar incompleta - assim como a de 1829 que registra apenas os escravos do sexo masculino.⁶⁴ De qualquer modo, no ano da morte do senhor (1837) foram avaliados 69 escravos, o que fazia de Antonio Teixeira de Camargo e Anna Rufina grandes detentores de cativos daquele período.⁶⁵ A tabela abaixo demonstra que, no intervalo entre 1817 e 1837, a comunidade cresceu significativamente e revelando como nos anos entre a morte do senhor e a partilha dos bens houve um pequeno declínio na quantidade de escravos, provavelmente, decorrente da falta de novas aquisições de cativos pela viúva – pois durante esse período, o inventariante não podia nem comprar ou vender alguma parte do espólio, a não ser com uma permissão especial do juiz e com a anuência de todos os herdeiros - e pela maior taxa de mortalidade em relação à taxa de natalidade.

⁶²Sidney Chalhoub, em sua recente obra *A Força da escravidão - ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, analisa o descaso diante da Lei Eusébio de Queirós e o forte comércio ilegal de africanos no Brasil. O historiador demonstra como o Estado foi conveniente com o contrabando de cerca de 700 mil escravos trazidos da África após 1831. É possível que alguns dos escravos do casal Antonio e Anna Rufina tenham contribuído para esta soma. CHALHOUB, Sidney. *Força da escravidão - ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁶³ Robert Slenes constatou que os recenseamentos na província de São Paulo desaparecem a partir de meados da década de 1830, fenômeno que refletia a redefinição do imposto cobrado na produção das propriedades após a Independência - imposto antes baseado nos dados dos recenseamentos, mas que passou a ser aplicado nos produtos comercializados para outras províncias (nos postos fiscais nas fronteiras entre províncias), o que eliminou uma das justificativas para os censos. Mas talvez refletisse também a oposição dos proprietários, que receavam registrar os escravos africanos no censo, dada a ilegalidade do tráfico. SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888. Tese de Doutorado, Stanford University, 1976.*

⁶⁴ A lista de 1829 registrou apenas 20 escravos, todos do sexo masculino. Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1829. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

⁶⁵ Como demonstra o minucioso estudo de Lizandra Ferraz, ao constatar que, entre 1836-1845 na cidade de Campinas, 80% dos inventariantes eram proprietários de escravos, sendo que 14,3% desses senhores representavam os grandes proprietários, com 41 ou mais cativos, tal qual o casal Antonio Teixeira e Anna Rufina. FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: Formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, Campinas: UNICAMP, 2010.

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO, POR SEXO E POR ANO, DOS ESCRAVOS DE ANTONIO TEIXEIRA DE CAMARGO E ANNA RUFINA DE ALMEIDA, 1817-1842.

	1817 (censo)	1835 (censo)	1837 (inventário)	1842 (partilha)
--	-----------------	-----------------	----------------------	--------------------

Todos os escravos

	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homem	19	57,5	31	69,9	45	65,2	43	66,2
Mulher	14	42,5	14	31,1	24	34,8	22	33,8
Total	33	100	45	100	69	100	65	100

*Escravos adultos**

	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homem	18	72	27	71	37	74	39	73,5
Mulher	7	28	11	29	13	26	14	26,5
Total	25	100	38	100	50	100	53**	100

Fonte: Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1817, 1818 e 1835. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP; Inventário de Antonio Teixeira Camargo, 3º ofício, Processo 6684, TJC, CMU/UNICAMP.

* Escravos maiores de 15 anos.

** Consta nesta lista o escravo Candido, que estava fugido desde 19 de abril de 1842.

Nota-se ainda que, ao longo do tempo o número de homens e mulheres adultos dobrou e manteve a proporção entre os sexos, em aproximadamente 3 homens para cada mulher, tal desequilíbrio dificultou a formação de muitos casais, pois em 1842 havia apenas sete novos casais na fazenda, os quais não constavam na lista de 1817. Portanto, é possível que nesses 25 anos, formaram-se e legitimaram-se apenas sete novos casais,⁶⁶ compostos por Caetana e João da Cruz; Anna e Mathias Ferreiro; Maria e Manoel; Rosa e Luis; Delfina e Ignacio carapina; Justa e Jose Tropeiro; Luiza e Antonio Tropeiro.

⁶⁶É bastante provável, que se formaram outros casais e que diante do intervalo da documentação não tenham sido registrados. Ademais, alguns casais formados entre 1818 e 1842 devem ter desaparecidos dos recenseamentos por causa da morte dos dois cônjuges.

Para os escravos, o casamento e o estabelecimento de famílias era essencial, considerando que através dos laços adquiridos por meio do matrimônio e do compadrio era possível alcançar alguns privilégios e melhorias nas condições de vida.⁶⁷ Além do apoio e da companhia dos parentes, a família permitia a manutenção e a transmissão da cultura, o acesso à moradia individual e ao cultivo de uma pequena roça. Sobre a importância da família escrava, o historiador Eduardo França argumenta que:

(...) a formação das famílias significou a construção de laços de solidariedade entre os escravos. Ajuda mútua, suporte material e espiritual. A família funcionava como receptora de angústias e expectativas comuns e como fortificante para a luta cotidiana. Ela tornou-se um dos mecanismos de defesa e sua estruturação impôs-se como estratégia de resistência à desumanização e à indignidade do cativo.⁶⁸

De acordo com a historiadora Alida Metcalf, havia no Brasil escravista três tipos de famílias escravas: nuclear, matrifocal e os escravos solitários (*solitary*).⁶⁹ O casamento (legitimado ou não pela Igreja) era, na maioria das vezes, o primeiro passo na formação da família nuclear.⁷⁰ Desse modo, os onze casais constituídos ao longo do 25 anos de residência na Fazenda Velha, sob o domínio do casal Antonio Teixeira e Anna Rufina, foram responsáveis pela formação de famílias nucleares, ou seja, aquelas compostas por marido, esposa e filhos. Contudo, diante do grande desequilíbrio entre os sexos dos cativos, grande

⁶⁷Importantes estudos demonstram o quão essencial era o estabelecimento da família escrava e das relações de solidariedade entre os escravos. Por exemplo, na obra *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*, em estudo longitudinal sobre a família escrava em Campinas, Robert Slenes observa que esse “complexo de grande lavoura em Campinas (centrado primeiro no açúcar, depois no café) criou sérios empecilhos para a formação de grupos de parentesco, nucleares e extensos, entre os escravos, mas não a ponto de deixar os cativos destituídos de instituições e normas familiares”.

⁶⁸PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995, p.131.

⁶⁹ METCALF, Alida. *Family and frontier in colonial Brazil. Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Austin: University of Texas Press, 2005.

⁷⁰Em muitos casos, os relacionamentos escravos nunca eram formalizados, os cativos viviam em casamentos consensuais e os filhos dessas relações eram considerados naturais, ou seja, tidos fora do casamento.

parte dos adultos, principalmente os homens, permaneceu solteira, como é possível observar na tabela abaixo:

QUADRO 2: CASADOS E SOLTEIROS ENTRE OS ESCRAVOS ADULTOS RESIDENTES NA PROPRIEDADE DE ANTONIO TEIXEIRA E ANNA RUFINA, 1817-1842.

	1817		1837		1842	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>Homens adultos</i>						
Homem casado	4	22	7	19	6	15,4
Homem solteiro	14	78	30	81	33*	84,6
Total	18	100	37	100	39	100
<i>Mulheres adultas</i>						
Mulher casada	4	57	7	53,8	6	43
Mulher solteira	3	43	6	46,2	8	57
Total	7	100	13	100	14	100

Fonte: Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1817, 1818 e 1835. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP; Inventário de Antonio Teixeira Camargo, 3º ofício, Processo 6684, TJC, CMU/UNICAMP.

* Consta nesta lista o escravo Candido, que estava fugido desde 19 de abril de 1842.

A porcentagem de escravos “solitários” se conservou alta nos três períodos analisados, em que aproximadamente 80% dos homens não tinham uma esposa e, normalmente, não possuíam laços consanguíneos. Contudo, viviam juntos com seus companheiros, nos quais buscavam apoio, conforto e com quem criavam laços de amizade e companheirismo, bem como ressalta Metcalf “Just as members of “families” depended on their kin for Love, support, and compassion, so, too, did these solitary slaves seek such things

from each other.”⁷¹ Além é claro, da possibilidade de se integrarem a famílias extensas, através do compadrio e dos laços de solidariedade.

Tal qual a constituição de famílias, o acesso às ocupações especializadas também podia proporcionar melhores condições de vida no cativeiro, através de trabalhos menos árduos, da proximidade com a casa grande e de alguns privilégios do senhor. Entre os escravos da comunidade da Fazenda Velha, que possuíam ofícios especializados, estavam Jose, Antonio, Mathias, Ignacio, Miguel e Gabriel, que trabalhavam como carapina, tropeiro e ferreiro. Eles receberam as melhores avaliações na partilha dos bens, sendo Miguel Ferreiro e Gabriel Carapina avaliados em 600\$000 réis cada.

Provavelmente, esses escravos tenham aprendido essas ocupações na própria fazenda,⁷² onde os mais velhos ensinavam as artes do ofício para os mais jovens. Por exemplo, o africano Matheus, ferreiro, tinha 70 anos quando seu senhor morreu. Já estando doente, o escravo recebeu uma das piores avaliações, 25\$000 réis, mas provavelmente foi quem ensinou o ofício para o também africano Miguel, ferreiro de 25 anos e avaliado por 600\$000 réis.

Ademais, para os cativos, o acesso a ofícios especializado podia ainda significar um caminho para a liberdade, através da acumulação do pecúlio e da compra da alforria. No entanto, na Fazenda Velha, nenhum escravo com ofício especializado conseguiu comprar a alforria, a única escrava que conseguiu acumular algumas economias e comprar sua liberdade foi a mulata Brigida. Ela pagou 89\$000 réis pela sua carta de alforria, que foi assinada pelo

⁷¹METCALF, Alida. *Op.cit*, p. 173.

⁷²Para o senhor Antonio Teixeira Camargo essa poderia ser uma prática extremamente útil, já que teria escravos capacitados sem precisar recorrer ao mercado de cativos e pagar caro por isso.

seu senhor Antonio Teixeira de Camargo no dia 10 de fevereiro de 1818, na Vila de São Carlos.

Já outros três escravos viram a sua alforria chegar concomitantemente à morte de seu senhor e, ainda que fosse uma liberdade condicional e precária, ela havia sido conquistada. Em testamento Antonio Teixeira de Camargo libertou:

(...)[A]Mâncio filho da escrava Justa com a condição de meu testamenteiro mandá-lo ensinar algum ofício com sujeição, e só depois de saber ofício poderá sair da companhia de meu testamenteiro, podendo meu testamenteiro ajustá-lo com o mestre de ofício e mesmo castigá-lo sendo preciso para sua educação; Gertrudes com a condição de servir três anos depois de meu falecimento e então se lhe passará carta de liberdade; Antônia esta logo que eu faleça se lhe passará carta de liberdade. (...).⁷³

A exigência do senhor que o escravo Amâncio deveria aprender um ofício antes de ser liberto, fortalece a hipótese de que os escravos aprendiam ocupações especializadas na própria fazenda com seus companheiros. Amâncio parece ter demorado bastante para conseguir sua carta de alforria, já que em 12 de junho de 1857, ele e Libania, ambos descritos como escravos do senhor Felipe Antonio Franco, apadrinharam o escravo Isidoro, filho de Joaquim e Joaquina, ambos escravos de Vicente Ferreira.⁷⁴ Décadas depois, Amâncio reaparece, mais duas vezes, nos registros de batismo, dessa vez descrito como o liberto *Amâncio Antonio Teixeira de Camargo*, cujo nome fazia referência ao seu antigo senhor.⁷⁵

⁷³Testamento de Antonio Teixeira Camargo, 1º ofício, Processo 09752, TJC, CMU/UNICAMP.

⁷⁴Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, folha 189, AEL/UNICAMP.

⁷⁵A situação vivida por Amâncio foi recorrente entre os escravos que recebiam a promessa de liberdade através da alforria condicional. Eles precisavam cumprir as exigências de seus senhores e ainda torcer para que a promessa fosse cumprida, ou ainda que se senhor não morresse e o acordo fosse esquecido pelos herdeiros, provavelmente como o que ocorreu com Amâncio, ao ser herdado por Felipe Antonio Franco.

Tal qual Amâncio, Gertrudes também recebeu a alforria condicional, uma forma de liberdade bastante precária,⁷⁶ já que esses escravos deveriam ser mantidos sob as rédeas senhorias e poderiam ser reinseridos no cativeiro a qualquer momento. Como é possível observar na declaração do senhor Antonio Teixeira:⁷⁷

Declaro que os escravo que libertei em minha vida e os que deixo neste meu testamento viverão com minha mulher onde poderão trabalhar para se sustentarem [ilegível] alguns deles [derem?] no vício de embebedar-se, furtar ou andar mendigando podendo trabalhar, e aqueles que não podendo trabalhar minha mulher quiser sustentá-los e eles desprezarem voltarão por esses fatos ao cativeiro, e qualquer de meus herdeiros tem o direito de os chamar ao cativeiro por assim ser minha vontade.⁷⁸

Se para esses estes três escravos a morte do senhor trouxe a alegria da liberdade, para a comunidade escrava da Fazenda Velha, em desenvolvimento há 18 anos, o falecimento⁷⁹ de Antonio Teixeira de Camargo talvez tenha significado o primeiro grande golpe. Pois, em testamento, Antonio Teixeira de Camargo concedeu alguns escravos para seus filhos: para Theodora doou os escravos Joaquim, Luiza, Rafael, Tomé, Thomás e Vistória (sic); para Joaquim doou o escravo Cesário. Ainda no testamento fica explícito o prejuízo sofrido pelas duas famílias, diante das recomendações deixadas pelo finado senhor Antonio Teixeira:

Deixo a minha escrava Caetana mulher de Silvestre em legado a minha filha Theodora e o filho da dita escrava de nome Crispim deixo em legado a minha neta

⁷⁶ Sobre a precarização da liberdade ver: CHALHOUB, Sidney. “Costumes senhoriais: Escravização e precarização da liberdade no Brasil Império”. In AZEVEDO, Elciene, et al. *Trabalhadores na cidade: Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

⁷⁷ É possível que alguns desses escravos alforriados se tornassem agregados na casa do senhor Camargo, já que muitos não teriam para onde ir e como se sustentar após receber a carta de alforria.

⁷⁸ Testamento de Antonio Teixeira Camargo, 1º ofício, Processo 09752, TJC, CMU.

⁷⁹ O falecimento do senhor e a consequente divisão dos bens representava um momento de grande tensão, principalmente para aqueles escravos que tinham famílias, uma vez que havia um grande risco de separação de cônjuges e de pais e filhos.

Ana filha de minha filha Theodora. Deixo a minha crioulinha Rita filha da escrava Rosa a minha neta Faustina filha de minha filha Maria em legado.⁸⁰

Nessa doação, o escravo Silvestre foi separado de sua mulher Caetana e seu filho Crispim, ambos levados para viver com Theodora, filha do finado senhor. A menina Rita também teve sua família desfeita, não sabemos se sua mãe já havia morrido, pois ela não consta na partilha, mas seu pai (que acreditamos ser o cativo Luis, casado com a cativa Rosa, em 1835) ainda residia na fazenda. Todavia, esse laço não foi respeitado e a menina foi levada pela neta do falecido Antonio. Além dos danos às famílias, a morte e a partilha dos escravos devem ter quebrado muitos laços de amizade e solidariedade já existentes na comunidade.

Ocorre que, conforme nos mostra Cristiany Rocha, mesmo antes da lei de 28 de setembro de 1871 – a qual proibiu a separação de escravos cônjuges e filhos menores de 12 anos – já era disseminada a prática entre os senhores de manter os núcleos familiares.⁸¹ No entanto, parece que o senhor Antonio Teixeira destoava um pouco do comportamento de seus contemporâneos e não se importou com a manutenção de algumas famílias escravas e muito menos com os laços de amizade e companheirismo criados entre os cativos.

Durante os onze anos de viuvez de Dona Anna Rufina, poucos fatos da vida dos escravos foram registrados nos documentos. Sabemos, que no dia 19 de abril de 1842 fugiu

⁸⁰ Testamento de Antonio Teixeira Camargo, 1º ofício, Processo 09752, TJC, CMU.

⁸¹ A partir de estudos de casos, sobre famílias escravas em Campinas, Cristiany Rocha investigou até que ponto a morte do senhor ameaçava a estabilidade das famílias cativas, seja através da divisão entre os herdeiros, ou através da venda para quitação de dívidas. A autora observou, que mesmo antes da lei de 28 de setembro de 1871 - que proibia a separação de cônjuges e filhos menores de 12 anos - havia por parte dos senhores uma prática de preservação dos casais, bem como manter os filhos menores de 12 anos juntos aos pais. De acordo com Rocha: (...) ao que parece, muito antes da lei de 1871 proibir a separação de casais e de pais e filhos menores de 12 anos (em qualquer tipo de transmissão de propriedade) [Lei de 15 de setembro de 1869], a prática entre os senhores de escravos de Campinas já era a de preservar esses núcleos familiares nas partilhas, sobretudo os casais. A historiadora conclui que a lei de 1872 apenas formalizou uma prática já existente desde a primeira metade do século XIX, entre os senhores campineiros. ROCHA, Cristiany. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africanos e interno, Campinas, século XIX*. Tese Doutorado em História, Campinas: UNICAMP, 2004, p. 57.

o escravo Candido, africano de mais ou menos 21 anos. Talvez, o escravo tenha ouvido pelos cantos da fazenda, que o momento da partilha havia chegado e, temendo sofrer, mais um vez, o trauma de ter seus laços de amizade e de solidariedade desfeitos, ele tenha preferido a fuga.⁸²

A fuga de Candido parece não ter mobilizado muito a senhora Dona Anna Rufina, que precisava se familiarizar com suas novas responsabilidades e todos os afazeres da administração do seu patrimônio. No entanto, logo após seu casamento com Felipe Antonio Franco, parece ter surgido uma pista do escravo fugido. Então, em 1852 o casal iniciou processo de Traslado de Justificação civil,⁸³ no qual informava a fuga do escravo Candido no ano de 1842⁸⁴ e alegava que o cativo Candido:

(...) nunca foi alienado por forma alguma e desde sua fuga nunca mais houve notícia dele se não agora e conta por ela [Dona Anna Rufina] achar-se vendido ao major Joaquim Alves Gordim Sereto .Que o escravo indicado quando fugiu ainda estava imberbe , devia regular vinte anos de idade pouco mais ou menos, era bem preto, baixo, bastante ativo, e tinha no peito um sinal em forma de boia procedente de ponta de correa ou relho.⁸⁵

Diante dessa suspeita o casal pedia a inquirição e o julgamento para decidir se o dito escravo vendido ao senhor Joaquim Alves Gordim era, de fato, o cativo Candido. Após ouvir as testemunhas que não se lembravam das características do escravo, o juiz não realizou a inquirição e encerrou o processo e o dito escravo Candido nunca mais retornou à Fazenda velha.

⁸²Inventário *post mortem* de Antonio Teixeira Camargo, 3º ofício, Processo 6684, TJC, CMU/UNICAMP.

⁸³Traslado de Justificação civil, 1º ofício, Processo 3132, TJC, folha 4 CMU/UNICAMP.

⁸⁴*Idem.*

⁸⁵*Idem.*

Durante a administração de senhora Dona Anna Rufina, os escravos continuaram a legitimizar seus matrimônios, visto que entre 1844 e 1851 foram registrados mais sete casamentos. Prática que parece não ter sido alterada com a chegada do novo senhor Felipe Antonio Franco, em 1852. Parece que muitas coisas não foram modificadas com o casamento da senhora, a grande mudança parece ter ocorrido no ano de 1855, quando todos os escravos da comunidade, que já tinham estabelecido sua comunidade na Fazenda Velha, foram levados para o Sítio do Saltinho, propriedade que fora arrematada em praça pública junto com os cafezais, casas e mais pertenças⁸⁶ de Joaquim Jose de Tholedo Piza.⁸⁷

No intervalo entre o segundo casamento de Dona Anna Rufina (1852) e a morte de seu segundo marido (1887),⁸⁸ a comunidade escrava cresceu significativamente, atingindo a soma de 161 escravos na matrícula geral de 1872.⁸⁹ Enquanto isso, o desequilíbrio entre os sexos diminuiu, alcançando a proporção de menos de 2 homens para cada mulher, como é possível observar na tabela abaixo:

⁸⁶ Apesar de não termos encontrado a escritura dessa negociação, acreditamos que alguns escravos foram comprados juntos com o sítio. Visto que na matrícula de 1872, os escravos Mariano e a escrava Maria foram registradas com o sobrenome Toledo, talvez fossem cativos do senhor Joaquim Toledo.

⁸⁷ *Interdictum uti possidetis*, 2ºOfício, Processo 1466 TJC, CMU/ UNICAMP.

⁸⁸ Em 1875, a senhora Dona Anna Rufina faleceu e seis anos depois, o viúvo Felipe Antonio Franco casou-se novamente com Dona Ana Leopoldina.

⁸⁹ Inventário *post-mortem* de Anna Rufina de Almeida. 3ºOfício, Processo 7256, TJC, CMU, UNICAMP.

QUADRO 3: DISTRIBUIÇÃO, POR SEXO E POR ANO, DOS ESCRAVOS DO PRIMEIRO E SEGUNDO CASAMENTO DE DONA ANNA RUFINA, 1817-1887.

	1817 censo	1835 censo	1837 inventário	1842 partilha	1872 matrícula	1887 inventário
--	---------------	---------------	--------------------	------------------	-------------------	--------------------

Todos os escravos

	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Homem	19	57,5	31	69,9	45	65,2	43	66,2	99	61,5	40	59
Mulher	14	42,5	14	31,1	24	34,8	22	33,8	62	38,5	28	41
Total	33	100	45	100	69	100	65	100	161	100	68	100

*Escravos adultos**

	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Homem	18	72	27	69	34	74	39	73,5	66	59	40	59
Mulher	07	28	12	31	12	26	14	26,5	46	41	28	41
Total	25	100	39	100	46	100	53	100	112	100	68	100

Fonte: Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1817, 1818 e 1835. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP; Inventário de Antonio Teixeira Camargo, 3° ofício, Processo 6684, TJC, CMU/UNICAMP. Lista de Matrícula de 1872, que está presente no inventário post-mortem de Anna Rufina de Almeida. 3°Ofício, Processo 7256, TJC, CMU, UNICAMP. Inventário de Felipe Antonio Franco. 1° Ofício, Processo 3710, TJC, CMU, UNICAMP.

A maior paridade entre os sexos contribuiu para a formação de novos casais na agora chamada Comunidade do Saltinho. Entre 1853 e 1887 foram legitimados 41 novos casamentos,⁹⁰ dos quais 7 ocorreram no oratório particular da fazenda. Segundo Robert Slenes, os médios e os grandes senhores de Campinas incentivavam o casamento religioso de seus escravos. Mas, como a maioria dos matrimônios ocorria na cidade – na Igreja matriz do município e não na propriedade - era necessário certo esforço do senhor que, muitas vezes, esperava formar um grupo de casamentos e batismos para, então, deslocar seus escravos até

⁹⁰Livros de Registros de Casamento da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Nossa Senhora da Cruz. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

a cidade. Desse modo, ter um oratório na fazenda facilitava muito para os senhores e poderia garantir aos escravos que sua união fosse legitimada rapidamente.

Apesar do menor desequilíbrio entre os sexos na comunidade do Saltinho, na segunda metade do século XIX, é provável que as mulheres ainda assim tivessem maior poder de barganha no momento de escolher seu companheiro. Esta suposição ganha força ao constatar que entre as escravas acima de 15 anos, 82% eram casadas ou viúvas, enquanto que entre os escravos adultos esse número era de 47%. Tal fenômeno era comum na cidade de Campinas e em outros municípios de *plantation* no Brasil, segundo Slenes nos maiores fogos campineiros, em que havia uma alta razão de masculinidade, as mulheres tinham “(...) uma escolha bem maior de potenciais maridos, o que era conducente a maiores taxas de casamento (pela igreja).”⁹¹ De acordo com dados apresentados pelo autor, em fogos com mais de 10 cativos, no ano de 1872, 67% das mulheres acima de 15 anos já haviam sido casadas alguma vez, enquanto que entre os homens esse número correspondia a 30,4% dos indivíduos.⁹²

Ainda em relação à tese de que o desequilíbrio entre o número de homens e mulheres nas propriedades prejudicava “a possibilidade de os escravos formarem famílias e explica a suposta baixa taxa de matrimônio entre os escravos” Sandra Graham alerta que (...) “as escolhas de uma escrava não estavam necessariamente limitadas aos cativos (...). A escassez de possíveis esposas escravas pode ser a razão do celibato dos cativos, ou de se unirem a não-escravas, mas não explica o comportamento das cativas”.⁹³

⁹¹SLENES, Robert, “A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura.” *In População e família*, Vol. 1, n. 1, São Paulo, jan-jun, 1998, p 25.

⁹²SLENES, Robert, *Na senzala, uma flor. op.cit.*

⁹³GRAHAM, Sandra, Lauderdale. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 59.

A tabela 3 explicita ainda que, entre os anos de 1842 e 1872 o número de escravos mais que dobrou na Comunidade escrava. Esse crescimento aconteceu principalmente pelo nascimento de novos cativos. Na matrícula de 1872 foram registradas 50 crianças com idade menor de 15 anos,⁹⁴ quantidade que estava diretamente relacionada ao tempo de formação e de desenvolvimento da comunidade escrava, o que teria garantido aos cativos que há mais tempo nela residiam, a chance de se enraizarem, de formar seus laços familiares e terem seus filhos,⁹⁵ como é possível observar na tabela abaixo:

QUADRO 4: DISTRIBUIÇÃO DE BATISMOS DE ESCRAVOS E INGÊNUOS, POR SEXO E POR DÉCADA, 1852-1880.

	1852-1860		1861-1871		1872-1880	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homem	18	54	24	52	17	37
Mulher	15	46	22	48	29	63
Total	33	100	46	100	46	100

Fonte: Livros de registros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Santa Cruz, 1850-1880. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

De acordo com os registros de batismos, entre os anos de 1852-1880,⁹⁶ 125 crianças foram batizadas.⁹⁷ No período entre 1852 e 1871 (até a promulgação da Lei do Ventre livre), foram batizados 79 cativos pertencentes a Felipe A. Franco, sendo 42 meninos e 37 meninas. Já após a promulgação da Lei do ventre Livre até 1880, foram mais 17 meninos e 29 meninas,

⁹⁴Lista de Matrícula de 1872, que está presente no inventário post-mortem de Anna Rufina de Almeida. 3ºOfício, Processo 7256, TJC, CMU, UNICAMP.

⁹⁵Principalmente, no período pós-1850, a reprodução natural dos escravos era essencial para os senhores que já não tinham a sua fonte inesgotável de mão de obra, que era o continente africano.

⁹⁶A partir do ano de 1871 o senhor Felipe Antonio Franco passou a batizar seus escravos na recém-fundada paróquia de Santa Cruz. Os registros de batismo da paróquia de Santa Cruz estão ilegíveis a partir de 1881.

⁹⁷Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Cúria Metropolitana de Campinas. Livros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas, 1850-1888. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

somando 46 ingênuos.⁹⁸ Observa-se que, nos dois primeiros períodos, houve uma porcentagem bastante equilibrada entre os sexos dos escravos batizados, o que representava algo positivo para o futuro daquela comunidade, uma vez que poderia garantir mais casamentos e o crescimento do grupo, caso aqueles indivíduos permanecessem escravos.

O número de batizados não traduz a quantidade de crianças que nasceram nesse período, pois a mortalidade infantil nas senzalas brasileiras era muito alta. Na realidade, era considerada vitoriosa a criança, que conseguisse completar um ano de vida, pois muitas doenças afligiam os escravos em sua primeira infância, como por exemplo mal dos sete dias, sarna, impingem, sarampo e lombrigas.⁹⁹ Além disso, a alimentação e o cuidado infantil eram inadequados, diminuindo, deveras, as chances de sobrevivência. Como afirmam os historiadores Manolo Florentino e José Roberto Góes, “a infância dos cativos não era apenas brincadeira”,¹⁰⁰ porque, assim como seus pais, a criança era criada sob a égide dos castigos e torturas para aprender a ser escravo.

Em aproximadamente 90% dos batismos da comunidade escrava, as crianças foram registradas como legítimas, ou seja, com o nome do pai e da mãe. Este é mais um aspecto que demonstra que legitimar os casamentos na Igreja era uma prática comum entre os escravos daquela comunidade, garantindo às crianças o direito de ter o nome de seu pai e de sua mãe em um documento - o que poderia prevenir uma futura tentativa do senhor de separá-las de suas famílias. Os casos nos quais constam só o nome da mãe somam 12 registros, referentes a 7 mulheres diferentes, as quais, provavelmente, ainda não tinham legitimado seus

⁹⁸ Livro de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Cúria Metropolitana de Campinas. Livros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campina, 1850-1888.

⁹⁹ PRIORE, Mary Del. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

¹⁰⁰ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. “Crianças escravas, crianças dos escravos”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000, p 184.

matrimônios, dado que anos depois elas reaparecem acompanhadas se seus maridos batizando outros filhos.¹⁰¹

O olhar atento sobre os assentos de batismos nos permite visualizar a formação de redes familiares, os quais extrapolavam as ligações consanguíneas e construía redes de sociabilidade entre os cativos. Ao batizar seus filhos os indivíduos estabeleciam laços de compadrio, prática que segundo Stuart Schwartz “criava uma série de laços de parentesco espiritual entre o afilhado/afilhada e seu padrinho e madrinha, além de laços entre os pais e os padrinhos, que passavam a tratar-se por compadre e comadre (...)”.¹⁰²

O compadrio era uma prática muito importante para os escravos e existia, como afirma o historiador Stanley Stein, em reforço às relações familiares e de amizade já estabelecidas entre os escravos:

Em reforço das relações familiares existiam os laços de compadrio. Esses formavam um triângulo com os filhos, os pais, e os padrinhos. Parentes ou amigos íntimos podiam tornar-se padrinhos. Sua responsabilidade pelos afilhados e sua autoridade sobre eles eram comparáveis às dos pais; em consequência, na época do batismo, os pais escolhiam os padrinhos de seus filhos com cuidadosa deliberação. A proteção dos padrinhos se estendia aos afilhados quando os pais não estavam em condições de cuidar dos filhos. Além disso, sendo comuns os casamentos na mesma família, as relações de compadrio frequentemente se acrescentavam aos laços familiares. O padrinho, fosse ele parente ou amigo, não somente se achava ligado ao afilhado, mas formava simultaneamente novos laços com os pais da criança, que ficavam sendo compadres.¹⁰³

¹⁰¹ Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹⁰² SCHWARTZ, Stuart. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p. 330.

¹⁰³ STEIN, STANLEY. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 178.

Na comunidade do Saltinho, a grande maioria dos escravos utilizou o compadrio para estreitar os laços com seus companheiros de senzala. Entre 1852-1871, aproximadamente 59,4 dos pais escolheram ao menos um dos padrinhos entre os seus companheiros de senzala, para apadrinhar seus filhos. Já entre 1872-1880, o número de ingênuos que tiveram, pelo menos, um dos padrinhos escravos residentes na Fazenda do Saltinho aumentou para 71,7, como é possível observar na tabela abaixo:

QUADRO 5: CONDIÇÃO DOS PADRINHOS DOS ESCRAVOS DA COMUNIDADE DO SALTINHO, 1852-1880.

	1852-1871		1872-1880	
	Nº	%	Nº	%
Ambos livres	12	15,2	9	19,6
Livre + escravo de Felipe A. Franco	5	6,3	1	2,2
Livre + escravo de outro senhor	5	6,3	0	0
Ambos libertos	2	2,5	0	0
Liberto + escravo de Felipe A. Franco	8	10	0	0
Liberto + escravo de outro senhor	1	1,3	0	0
Escravo de Felipe A. Franco + escravo de outro senhor	5	6,3	4	8,7
Ambos escravos de Felipe A. Franco	29	36,8	28	60,8
Ambos escravos de outro senhor	11	14	3	6,5
Desconhecido	1	1,3	1	2,2
Total	79	100	46	100

Fonte: Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Cúria Metropolitana de Campinas. Livros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas, 1850-1888. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

A criação de laços de compadrio entre os escravos da mesma fazenda era essencial para a formação da comunidade escrava. Dessa maneira, os pais da criança estavam

cultivando laços horizontais com seus companheiros de cativeiro. Ademais, como argumenta Cristiany Rocha:

O estabelecimento do compadrio com escravos e libertos, ou seja, pessoas com experiências próximas àquelas vivenciadas pelos pais das crianças batizadas, provavelmente se mostrava tanto mais interessante, quanto confiável, se pensarmos numa espécie de solidariedade fundamentada nos sofrimentos e expectativas compartilhadas por aqueles compadres e afilhados.¹⁰⁴

Gabriel, neto dos fundadores da comunidade escrava Joana e Matheus, apadrinhou outras sete crianças. Benjamim, Calisto, Theolinda, Eulalia eram filhos ou netos daqueles casais fundadores da comunidade escrava, possivelmente tinham o respeito e o carinho de seus companheiros e também aparecem diversas vezes nos registros de batismos. Jeremias, forasteiro, mesmo não sendo descendente direto dos fundadores, parecia ser bastante respeitado e querido na comunidade, pois apadrinhou seis crianças, mas nos ateremos a esse escravo mais adiante.

Também é interessante observar na tabela que, no período anterior à Lei do Ventre Livre, 36,8% das crianças foram apadrinhadas por padrinho e madrinha da comunidade do Saltinho, ao passo que após a promulgação da lei de 1871, 60,8% das crianças tiveram padrinho e madrinha escolhidos entre os residentes da comunidade do Saltinho. Será que a lei proporcionou maior tranquilidade aos pais das crianças, que não sentiam mais a necessidade de eleger padrinhos livres ou libertos ou escravos de fora de sua comunidade e conseqüentemente, puderam estreitar os laços de solidariedade com seus companheiros de senzala?

¹⁰⁴ROCHA, Cristiany. *Gerações da senzala*, op.cit. p. 96.

Ainda no intervalo entre 1852 e 1880, das cinquenta e sete crianças cujos padrinhos foram escolhidos entre os residentes da comunidade, 75,4% tiveram padrinho e madrinha casados¹⁰⁵ e mais 17,5% tinham madrinha casada (e padrinho solteiro ou desconhecido), como é possível observar na tabela abaixo:

QUADRO 6: CASADOS E SOLTEIROS ENTRE OS PADRINHOS ESCOLHIDOS NA COMUNIDADE DO SALTINHO, 1852-1880.

	Nº	%
Ambos casados	43	75,4
Padrinho solteiro + madrinha casada	9	15,8
Padrinho desconhecido + madrinha casada	1	1,7
Ambos solteiros	1	1,7
Ambos desconhecidos	3	5,4

Fonte: Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Cúria Metropolitana de Campinas. Livros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas, 1850-1888. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

Os casais escravos que apadrinhavam as crianças na comunidade do Saltinho variaram bastante ao longo dos anos. No entanto, alguns nomes se repetem. É o exemplo do casal Izidora e seu marido liberto Salvador, os quais batizaram sete crianças, provavelmente por Salvador ser liberto e ter uma condição melhor na comunidade.¹⁰⁶ Já que, ao escolher os padrinhos dos cativos, os pais da criança observavam a situação do possível padrinho diante dos outros escravos e diante dos seus senhores, por isso, poderiam preferir libertos ou escravos respeitados na comunidade e pelo senhor. Dessa forma, os pais:

¹⁰⁵ Não necessariamente marido e mulher.

¹⁰⁶ Livro de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Cúria Metropolitana de Campinas. Livros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas.

Procuravam planejar o futuro de seus filhos, no sentido de lhes fornecer um parente com condições de ampará-los sentimentalmente e materialmente. Traçavam, portanto, estratégias que visavam, entre outras coisas, diminuir as agruras da vida no cativeiro e, em última instância, aumentar as chances de alcançar a liberdade.¹⁰⁷

Portanto, é possível que os pais das crianças na comunidade do Saltinho, ao escolherem seus compadres, preferissem criar laços com indivíduos que já tinham seus laços familiares estabelecidos e, conseqüentemente, excluía a maioria dos solteiros dessa rede de solidariedade. Dentre os dez padrinhos solteiros registrados nos livros de batismos, estavam: Benjamim, escrivão da fazenda, quem apadrinhou três crianças; Benedito domador; Victurino ferreiro; Theodoro Pajem.¹⁰⁸ Ou seja, apesar de serem solteiros, os cativos tinham qualificações capazes de torná-los indivíduos interessantes para desenvolver laços de compadrio.

Sendo assim, observamos que além da condição social outros critérios eram considerados pelos escravos no momento da escolha de compadres, inclusive a ocupação. Assim também constatou Robert Slenes, em análise sobre os critérios utilizados pelos escravos para selecionar os padrinhos para seus filhos no período de 1869-1875 (os anos em torno da matrícula de 1872) na fazenda de Felipe Antonio Franco e de Francisco Egidio, ao observar que em ambas as propriedades, os cativos qualificados tinham a preferência das escolhas. E, ao estendermos a análise na fazenda de Felipe Antonio Franco para o intervalo entre 1852-1880, essa preferência se confirma, pois na matrícula de 1872, havia na

¹⁰⁷ROCHA, Cristiany. *Gerações da senzala*, op.cit. p. 77.

¹⁰⁸Lista de Matrícula de 1872 presente no inventário post-mortem de Anna Rufina de Almeida. 3ºOfício, Processo 7256, TJC, CMU, UNICAMP.

comunidade 45 escravos com ofício especializados dentre os quais aproximadamente 64% foram escolhidos para apadrinhar crianças.

O número de escravos de outros senhores apadrinhando crianças da comunidade do Saltinho também foi alterado em relação ao período anterior e posterior a Lei do Ventre Livre, sendo que, no primeiro período, em 21,6% dos batismos ao menos um dos padrinhos era escravo de outro senhor e no segundo momento esse número caiu para 15,7%. Será que o senhor Felipe Antonio Franco passou a dificultar o relacionamento entre seus escravos e cativos de outras fazendas? Tal atitude teria sido bastante prejudicial à comunidade, uma vez que, segundo Ricardo Pirola, o compadrio entre escravos de fazendas diferentes era uma forma de unir a comunidade escrava além das “cercas” das fazendas.¹⁰⁹ Ou esta mudança teria sido decorrente de escolhas dos próprios cativos que decidiram estreitar seus laços dentro da comunidade?

Os nomes dos senhores que permitiam a seus escravos se tornarem compadres dos escravos de Felipe Antonio Franco variavam bastante. O batismo do escravo Valencio de 1 mês e 28 dias, filho de Diogo e Ana Maria, chama atenção por dois motivos. Primeiro que seus padrinhos foram Sergio e Rita, descritos como “libertos do Dr. Antonio Joaquim de Sampaio”,¹¹⁰ Parece-nos que, mesmo após receber a carta de alforria, o indivíduo, o ex-escravo, continuava sendo propriedade de alguém; ao menos no discurso, a relação de posse continuava a existir. Em segundo lugar, o nome do senhor Antonio Joaquim aguçou nossa

¹⁰⁹A partir do estudo das relações de compadrio entre os escravos envolvidos no plano de revolta de 1832, o autor observa “o compadrio foi fundamental para ligar cativos pertencentes a diferentes fazendas e também para ajudar a criar uma grande rede de parentesco que unia vários revoltosos de 1832”. PIROLA, Ricardo Figueiredo, *Senzala Insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 121.

¹¹⁰Livros de Batismos da Paróquia de Santa Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

memória e, ao revermos a documentação, encontramos esse mesmo indivíduo apadrinhando um casal no dia 03 de janeiro de 1852, como é descrito no registro a seguir:

Aos três de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e dois nesta matriz de Campinas (...) não havendo nenhum impedimento fez receber em matrimônio na forma da Igreja Felipe Antonio Franco, ignoro sua naturalidade e Dona Ana Rufina de Almeida, viúva por óbito de Antonio Teixeira Camargo. Serviram de testemunha presentes Doutor Antonio Joaquim de Sampaio Peichoto e Jose Francisco de Paula. Todos desta cidade.¹¹¹

Este registro explicita a aproximação entre o senhor Felipe Antonio Franco e os senhores que permitiam seus escravos apadrinharem crianças da comunidade do Saltinho. É possível que, em alguns casos, o próprio Felipe tenha escolhido padrinhos livres para os seus escravos recém-nascidos, ou permitido o relacionamento de seus escravos com cativos de fora do sítio, como uma maneira de estreitar seus laços de solidariedade senhorial. Ou ainda, os escravos entediavam que se tornar compadre de um alguém próximo ao seu senhor poderia ajudá-los em um momento de infortúnio.

Ainda, entre 1852-1871, aproximadamente 28% dos batizados tinham ao menos um dos padrinhos livre.¹¹² Enquanto, entre 1871-1880 esse número cai para 21,8%. É difícil precisar o motivo da mudança do comportamento dos escravos, apesar da queda não ter sido muito grande, é plausível que a lei do ventre livre tenha diminuído a preocupação com o futuro dos ingênuos, que já estavam livres da escravidão e talvez isso tenha aguçado as esperanças de a liberdade, em breve, chegar para todos. Dessa maneira, os cativos tenham

¹¹¹Livro de Casamento de livres. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹¹²Em seu estudo sobre o plano de revolta escrava de 1832, em Campinas, Ricardo Pirola enfatiza a importância para um escravo ter um padrinho livre. Destarte, num momento de necessidade, o padrinho poderia interceder não apenas por seu afilhado, mas também pela família do mesmo. Pirola, Ricardo. *Op. Cit.*

preferido fortalecer os laços de parentesco e de amizade existentes na comunidade do Saltinho através do compadrio.

Observando os nomes dos padrinhos livres, percebemos como esses quase não se repetem. Supomos que essas pessoas fossem parentes, amigos ou outros senhores próximos a Felipe, indivíduos circulantes pela Fazenda Velha e pelo Sítio do Saltinho. O registro de Celestino nos ajuda a corroborar essa hipótese:

Aos primeiro de novembro de mil oitocentos e oitenta e seis, na Matriz desta Paróquia, o Padre Antonio Manuel Camargo de Lacerda, com autorização minha, batizou ao solenemente a Celestino, filho de Bruno e Andreza, escravos de Felipe Antonio Franco. Foram padrinhos Antonio Candido de Tholedo Leite e Candida Leite de Tholedo Piza.¹¹³

Os sobrenomes desses padrinhos nos faz voltar ao ano de 1871, quando houve a briga judicial entre os vizinhos Tholedo Piza e Franco. Parece que, 15 anos depois, a desavença estava superada e os vizinhos mantinham uma relação amistosa, permitindo o estabelecimento do compadrio entre as partes.

Além do casamento e dos laços de compadrio, o acesso às ocupações especializadas era algo bastante valorizado pelos escravos,¹¹⁴ pois garantia, muitas vezes, trabalhos menos árduos do que na lavoura ou, ainda, livrava-os da vigilância constante dos feitores. Essas ocupações podiam também proporcionar aos cativos maiores chances de realizar outros trabalhos, pelos quais seriam pagos, contribuindo para a compra de sua alforria, ou a de algum familiar.

¹¹³ Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹¹⁴ Robert Slenes observa que antes de 1850, os escravos crioulos – que representavam um número relativamente baixo – parecem ter sido preferidos por seus senhores na distribuição de ofícios especializados e alforrias, o que significava uma possibilidade de mobilidade social para esses indivíduos, mesmo que esses terminassem suas vidas como escravos. SLENES, Robert. “The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market.” *op.cit.*

No ano de falecimento de Dona Anna Rufina (1875) foram avaliados 145 escravos, sendo 85 homens entre os quais aproximadamente 78% trabalhavam na lavoura e 60 mulheres, das quais 63% trabalhavam no eito, como é possível analisar na tabela a seguir.

QUADRO 7: DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO NA COMUNIDADE DO SALTINHO, 1875.

<i>Homem</i>		
	Nº	%
Trabalhadores da Lavoura	66	78
Trabalhadores especializados	19	22
Total	85	100
<i>Mulher</i>		
	Nº	%
Trabalhadoras da Lavoura	38	63
Trabalhadoras especializadas	22	37
Total	60	100

Fonte: Lista de Matrícula de 1872, que está presente no inventário post-mortem de Anna Rufina de Almeida. 3ºOfício, Processo 7256, TJC, CMU, UNICAMP.

O trabalho era tão importante na experiência de vida dos escravos que os historiadores Francisco Vidal Luna e Herbert Klein afirmam que “A vida dos escravos na América Latina definia-se primeiramente pelo trabalho.”¹¹⁵ De acordo com esses autores, em fazendas de café e açúcar, o trabalho em turmas nas lavouras era feito apenas pela metade da escravaria. “Outro terço, mais ou menos, trabalhava em ofícios artesanais e ocupações deixavam o cativo livre da supervisão direta de brancos ou do feitor.”¹¹⁶

De acordo com o inventário nas terras do Saltinho, cultivava-se cana-de-açúcar e café, trabalhos bastante árduos que exauriam os cativos. Os trabalhadores do eito receberam,

¹¹⁵LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. São Paulo, Edusp: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2010, p.234.

¹¹⁶ *Idem*.

ademais, avaliações menores em relação aos escravos de ocupação especializada. Os homens que trabalhavam na lavoura tiveram a avaliação média de 1:338.075 réis e as mulheres foram valoradas pelo preço médio de 1:302.86 réis. É claro que esses valores consideravam também as idades e as condições físicas dos escravos, de qualquer modo, tais avaliações ficaram muito abaixo em relação a grande parte dos cativos que possuíam um ofício especializado, como fica evidente na tabela abaixo:

QUADRO 8: DISTRIBUIÇÃO DOS OFÍCIOS ESPECIALIZADOS NA COMUNIDADE DO SALTINHO, DE ACORDO COM O SEXO, IDADE E VALOR DOS ESCRAVOS, 1875.

Ocupação	Quantidade	Idade média	Valor médio (réis)
<i>Homem</i>			
Ferreiro	1	27	2:600.000
Alfaiate	1	33	2:500.000
Feitor	1	35	2:300.000
Domador	1	30	2:300.000
Cozinheiro	4	21	2:300.000
Caseiro	1	27	2:300.000
Tropeiro	1	32	2:200.000
Escrivão da Fazenda	1	18	2:200.000
Pajem	1	12	2:200.000
Carpinteiro	3	39	1:585.000
Carregador de Criança	2	9	1:585.000
Pedreiro	2	45	1:412.000
Marceneiro	1	30	1:200.000
<i>Mulher</i>			
Carregador de Criança	7	11	1:586.000
Costureira	7	25	1:574.000
Cozinheira	8	26	1:559.000

Fonte: Lista de Matrícula de 1872 anexada ao Inventário *post mortem* de Dona Anna Rufina de Almeida, 3ºOfício, Processo 7256, TJC, CMU/ UNICAMP.

Nota-se que, pelo menos 15 mulheres e 5 homens tinham ofícios domésticos, podiam trabalhar na casa grande, instalada na Fazenda Velha, ou em um local reservado¹¹⁷ para eles. De qualquer modo, provavelmente os escravos domésticos passassem a maior parte do tempo longe de seus companheiros e ainda precisam se deslocar constantemente entre a Fazenda e o Saltinho. A tabela ainda revela que os escravos melhor avaliados foram homens e jovens, como é o caso do ferreiro Victorino de 27 anos e forasteiro procedente do Rio de Janeiro. Segundo José Flávio Motta, o sexo, a idade e a qualificação do escravo eram variáveis importantes na determinação do seu preço¹¹⁸ e, portanto, o fato de serem homens jovens e capazes para o trabalho justificaria o alto valor pelo qual foram avaliados. Entre as mulheres é curioso que as melhores avaliações foram dadas a meninas cuja idade média era de apenas 7 anos, juntamente com outros dois garotos de idade média de 9 anos, tinham o ofício de carregadores de crianças.

A princípio este ofício parece um pouco estranho, mas ao constatar que naquela comunidade havia cerca de 50 escravos com menos de 15 anos e que 30% deles estava na faixa etária entre 1-5 anos, presumivelmente, era a eles a atenção destinada pelos carregadores. Então, esse era um sistema em que as crianças mais velhas cuidavam das mais

¹¹⁷ No romance *A escrava Isaura*, as costureiras trabalhavam juntas, numa espécie de sala-oficina, fazendo e remendando a roupa dos escravos. Talvez o mesmo ocorresse no sítio do Saltinho. Em sua obra *Bernardo Guimarães* nos conta que “Na fazenda de Leôncio havia um grande salão toscamente construído, sem forro nem soalho, destinado ao trabalho das escravas que se ocupavam em fiar e tecer lã e algodão. Os móveis deste lugar consistiam em tripeças, tamboretas, bancos, de fiar, dobadeiras, e um grande tear colocado a um canto. Ao longo do salão, defronte de largas janelas guarnecidas de balaústres, que davam para um vasto pátio interior, via-se postada uma fila de fiandeiras. Eram de vinte a trinta negras, crioulas e mulatas, com suas tenras crias ao colo ou pelo chão a brincarem em redor delas. Um conversavam, outras cantarolavam para encurtarem as longas horas de seu fastidioso trabalho. Viam-se ali caras de todas as idades, cores e feitios, desde a velha africana, trombuda e macilenta, até à roliça e luzidia crioula, desde anegra brunida como azeviche até à mulata quase branca.” <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00057a.pdf> Acessado em 10/08/2013

¹¹⁸MOTTA, José Flávio. MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além, o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. Tese de Livre Docência em História São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

novas, enquanto suas mães trabalhavam na lavoura ou na casa grande. Até porque, as escravas tinham pouco tempo para cuidar de suas famílias. Afinal, elas passavam grande parte de seu dia na lavoura, ou cuidando da casa e dos filhos de seus senhores.¹¹⁹

Também chama a atenção o ofício de escrivão da Fazenda exercido pelo escravo Benjamim, filho do Liberto Salvador (que vivia na comunidade como agregado) e da escrava Izidora. Provavelmente, pela condição de Salvador, sua família possuísse certa proximidade com a casa grande, concedendo-lhe acesso a alguns privilégios como, por exemplo, a permissão para Benjamim aprender a ler e a escrever e assim se tornar escrivão da fazenda.

Além dos trabalhos nas fazendas, os escravos podiam ser recrutados para trabalhar em obras públicas. No ano de 1855, diante da epidemia de cólera, o município de Campinas pediu que os senhores disponibilizassem alguns dos seus escravos para fazerem a limpeza da cidade. Ao senhor Felipe Antonio Franco, foram solicitados 20 escravos. No entanto, alegando que acabava de se mudar para nova fazenda— supomos que a fazenda do Saltinho— e tinha muito trabalho a ser feito, negou o pedido e enviou dinheiro para ajudar no pagamento de outros escravos de aluguel. Nessa ocasião 1400 escravos foram cedidos por seus senhores para realizarem a limpeza da cidade.¹²⁰

A grande maioria dos residentes da comunidade do Saltinho permaneceu escrava até a morte ou até a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888. O acesso à liberdade foi bastante limitado naquela comunidade. Além dos escravos que receberam a alforria em testamento do senhor Antonio Teixeira, apenas mais quatro escravos conseguiram a carta de

¹¹⁹ Assim como observa Brenda Stevenson, em seu estudo sobre famílias no Sul dos EUA, “ Even though most slave children were part of matrifocal families, the slave woman’s most important duty was the labor she performed for her master, not her family.” STEVENSON, Brenda. *Life in Black and White: Family and Community in the Slave South*. Oxford University Press, 1996, p.161

¹²⁰ Ofícios enviados à Câmara. Câmara dos vereadores de Campinas, Arquivos da Câmara Municipal de Campinas.

alforria, entre eles o crioulo Salvador,¹²¹ os quais residiam na comunidade desde pelo menos 1835.

Ursula, Gertrudes e Leopoldina também conseguiram a liberdade, as meninas eram filhas de Honorato e de Brigida. Em seu testamento aberto em 1875, Dona Anna Rufina declarou:

Deixo livre as minhas escravas Ursula, Gertrudes e Leopoldina, filhas dos meus escravos Honorato e Brigida. Tudo o mais de minha terça parte deixo como fica dito, ao meu Marido Felipe Antonio Franco, incluindo entre os bens que poderá livremente escolher para completar a terça o escravo Theodoro, filho da minha escrava Joaquina, pois que é minha vontade que dito escravo fique pertencendo ao dito meu marido. Peço ao meu marido que conserve em sua companhia as referidas escravas que deixo livres e dê-lhes a educação que julgar conveniente, e assim mais peço-lhe que quando elas se casarem de a cada uma um dote de quinhentos mil réis da forma e sob as condições que melhor julgar.¹²²

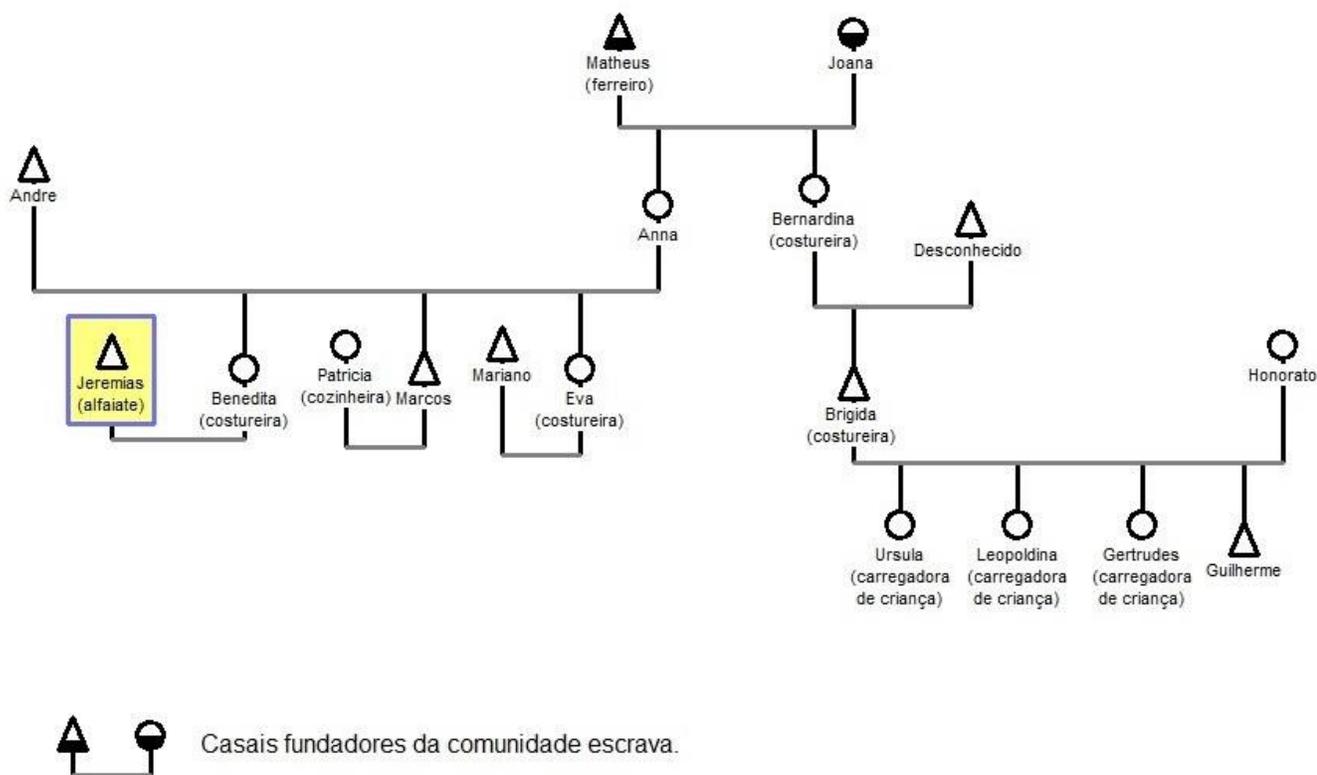
Observarmos tal qual seu primeiro marido, Dona Anna Rufina, também ofereceu uma liberdade “parcial”, visto que desejava que as escravas continuassem sob a proteção de seu marido até que se casassem. As escravas libertas eram descendentes de uma das famílias fundadoras da comunidade- seus bisavós eram Matheus e Joana, um dos primeiros residentes da Fazenda Velha – e tinham privilégios na comunidade, como por exemplo, o acesso a ofícios especializados (figura 1). Talvez Dona Anna Rufina tenha criado laços de afetos com

¹²¹Salvador aparece pela primeira vez nos registros, no ano de 1835, aos 24 anos, crioulo e solteiro. Após a alforria, ele passou a se chamar Salvador Theodoro de Camargo, adotando parte do sobrenome do seu senhor Antonio Teixeira de Camargo. Contudo, não conseguimos identificar como foi que o escravo conseguiu sua manumissão. O costume de acrescentar o sobrenome de seu senhor parecia ser um costume comum entre os escravos; na matrícula dos escravos de Felipe Antonio Franco foram registradas as escravas Maria de Toledo e Mariano de Toledo, provavelmente essas eram escravas adquiridas da família Toledo, quando o senhor Felipe Antonio Franco comprou as terras do Saltinho da margem esquerda. Não conseguimos comprovar essa hipótese, pois não conseguimos acesso aos livros de escrituras do 1º cartório, onde possivelmente, está o registro da compra da propriedade.

¹²² Testamento de Dona Anna Rufina. Livro de Testamento nº 160, p.158 e 159. TJC, CMU/UNICAMP.

essa família, que a acompanhava por mais de 40 anos e, por isso, tenha libertado as escravinhas.

IMAGEM 1: Família das escravas alforriadas por Anna Rufina de Almeida, 1875.



Nesta família, chama bastante à atenção a presença de oito escravos com ofícios especializados, as mulheres, por exemplo, eram, em sua maioria, escravas domésticas. Podemos inferir, que quando Joana (que não sabemos qual era seu ofício) ou Bernardina se

tornaram costureira e ensinaram o ofício para os outros membros de sua família, especialmente para as mulheres, proporcionaram a eles uma jornada de trabalho menos extenuante e talvez um maior contato com a senhora Anna Rufina. Talvez o acesso à ocupação especializada e a proximidade com a senhora tenha garantido alguns benefícios para a família, sendo que o maior deles, a liberdade, foi alcançado pelas três meninas, Ursula, Leopoldina e Gertrudes.

O privilégio da liberdade foi para poucos ao longo da história da comunidade do Saltinho e a nenhum forasteiro foi concedida à alforria em testamento, eles viveram na propriedade de Felipe Antonio Franco até a morte, ou até a chegada da liberdade em 1888. Passemos, finalmente, para as histórias dos forasteiros levados para o Sítio do Saltinho.

1.3 Forasteiros na Comunidade do Saltinho.

Durante vinte e um anos foram levados para o Sítio do Saltinho, pelo menos, 29 forasteiros.¹²³ Ali, eles encontraram uma comunidade constituída ao longo de gerações, cuja história era marcada pela ancestralidade africana e na qual já existiam fortes laços de parentesco e de solidariedade. Por isso, ao mesmo tempo em que lidavam com o trauma do desenraizamento, os forasteiros precisaram compreender as complexidades do novo cotidiano no qual foram inseridos e criar estratégias para se tornarem parte dele.

¹²³Alguns livros da Coletoria de Rendas de Campinas foram perdidos ao longo do tempo e por isso, faltam os livros de registros correspondentes aos anos fiscais de 1871-1872, 1872-1873 e 1873-1874.

Em 1858, a efervescência provocada pelo comércio interno, que já atingia a sociedade brasileira desde o fim definitivo do tráfico atlântico,¹²⁴ ultrapassou as cercas do sítio do Saltinho e transformou a trajetória daquela comunidade.

Em abril daquele ano, o escravo Luis, viúvo de Rosa e pai de Rita,¹²⁵ recebeu a notícia que, após, no mínimo, dezesseis anos de convivência com seus companheiros, ele teria que deixá-los Tudo em razão de seu novo senhor, Felipe Antonio Franco, tê-lo trocado pelo escravo João, propriedade de Genovez da França, sem se preocupar com os grandes danos aos laços verticais e horizontais tecidos pelo escravo, durante vários anos.¹²⁶

Enquanto aquele Luis deixava a comunidade, outro Luis adentrava a senzala do sítio do Saltinho. O forasteiro foi comprado do senhor Generozo Alves da Fonseca e não teve informação alguma mencionada no registro de meia sisa.¹²⁷ Infelizmente Luis parece não ter deixado vestígios na documentação durante o tempo em que viveu no sítio do Saltinho, podendo ser um indício de que ele não se casou e também não apadrinhou criança alguma. No entanto, isso não significa que ele não tenha estabelecido laços de amizade com seus companheiros e laços verticais com seu senhor e com outras pessoas livres.

¹²⁴Frente à escassez de mão de obra escrava, provocada pelo fim do comércio e do tráfico atlântico de escravos, os negociantes de cativos das regiões brasileiras em crescimento econômico se voltaram para o mercado interno para garantir a reposição da força de trabalho. Por isso, a constante e crescente necessidade de mão de obra escrava, especialmente para o emprego na produção de café, resultou na intensificação do comércio interno, expandindo algo que, de fato, não era novo: a transferência de cativos tanto inter quanto intra-regional. Conrad afirma que “Até mesmo antes do tráfico africano ter terminado, pequenos números de escravos do nordeste brasileiro já estavam entrando nos mercados de escravos do Rio de Janeiro para irem ao encontro da procura criada pelo cultivo do café. Em 1842, o movimento de escravos entre as províncias já era suficientemente amplo para precisar de regulamentos e, em 1847, uma grande seca, na província do Ceará e em sua volta, já aumentara grandemente o fluxo espontâneo dos escravos do norte para o sul.” CONRAD, *Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. 2^o. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 65.

¹²⁵ Lembremos que Rita foi separada de seu pai na partilha de 1842.

¹²⁶ Registro de Meia Sisa, Livro 27 da Coletoria de Rendas de Campinas, folha 69. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

¹²⁷ Registro de Meia Sisa, Livro 27 da Coletoria de Rendas de Campinas, folha 69. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

A prática de negociar pequenos grupos parece ter sido comum entre os negociantes de escravos. Ao investigar os registros de chegadas de navios ao porto do Rio de Janeiro no ano de 1852, Herbert Klein observou que geralmente os cativos eram enviados em pequenos grupos, de até 4 escravos por navio. De acordo com o autor, a regularidade dos transportes marítimos e os gastos com a manutenção dos cativos, à espera do embarque, parecem ter feito com que senhores e comerciantes enviassem pequenos lotes ao invés de esperar para mandá-los em grandes grupos.¹²⁸

Ademais, diante da tensa situação que caracteriza as viagens do comércio interno, os negociantes preferiam lidar com poucos escravos na mesma viagem.¹²⁹ Tal estratégia, apontada por Klein, também foi constatada por Rafael da Cunha Scheffer, em seu estudo sobre o comércio de escravos em Desterro, identificando os forasteiros provenientes de Santa Catarina com destino ao Sudeste do país, principalmente para o Rio de Janeiro, sendo enviados em pequenos grupos.¹³⁰

Durante as viagens de navio ou pelos caminhos feitos por terra no interior do Brasil, os escravos comercializados no mesmo grupo dividiam a experiência do desenraizamento e criavam laços de solidariedade diante daquele trauma. Assim como no tráfico atlântico, em que malungos desenvolveram relações já dentro dos navios negreiros, que os conduziam para o Brasil e tornavam-se companheiros de escravidão. Cristiany Rocha observa que:

Companheiros de viagem do tráfico, aqueles escravos compartilhavam as agruras e dificuldades que caracterizavam a experiência do desenraizamento tecendo, ao

¹²⁸ KLEIN, Herbert S. "The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852." *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4 (nov. 1971), p. 578. *Apud* SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Op. Cit*, p.190.

¹²⁹ *Idem*.

¹³⁰ SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Op. Cit*, p.190.

mesmo tempo, um tipo de solidariedade que lhes fornecia um apoio emocional, sobretudo, ao longo do período de adaptação ao novo cativo.¹³¹

Passados apenas dois meses da chegada de Luis, a comunidade do Saltinho recebeu, de uma única vez, cinco escravos, que foram comprados de Antonio Bruno de Araujo Leite, como procurador de Bernardo Jose Pinto. Após enfrentarem a violência do comércio interno, João, Raimundo, Anacleto, Lazaro e Camillo chegaram juntos, em julho de 1858, à comunidade do Saltinho onde precisaram se adaptar a um novo cativo. Ainda no mesmo mês, outro forasteiro, também de nome João, que fora comprado de Matheus Adelino Alves pela quantia de 2:000\$000 réis,¹³² vivenciou as tristezas do comércio interno e também chegou à comunidade do Saltinho.

Os seis escravos tiveram trajetórias distintas na nova comunidade. Lazaro tinha mais ou menos 26 anos quando foi levado para a comunidade do Saltinho, passados doze anos desde a sua chegada, ele se casou - ou apenas legitimou seu matrimônio diante da igreja - com a escrava Florinda, filha de Luisa e Jose (um dos primeiros casais da comunidade na Fazenda Velha). Lazaro e Florinda tiveram ao menos três filhos: Moisés, Thomaz e Florencio,¹³³ que estavam solteiros no momento de realização do inventário da finada Anna Rufina. Aparentemente, o casal não apadrinhou criança alguma, restringindo bastante a criação dos seus laços de solidariedade.

Após dezenove anos de residência no sítio do Saltinho, Lazaro vivenciou, mais uma vez, o trauma de ser arrancado de sua comunidade e levado para outra fazenda. Ao menos

¹³¹ ROCHA, Cristiany, *op.cit.* 2004. p 242

¹³²Registro de Meia Sisa, Livro 27 da Coletoria de Rendas de Campinas, p. 69 verso. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

¹³³Sempre consideraremos que os casais podem ter tido filhos que não sobreviveram até serem registrados na documentação. Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

dessa vez sua família foi levada com ele, visto que na partilha dos bens de Anna Rufina, Lazaro, sua esposa e seus três filhos foram herdados por Joaquim Ferreira de Almeida, neto da finada senhora.¹³⁴ No entanto, parece que um dos filhos do forasteiro permaneceu na comunidade do Saltinho, de modo que no dia 30 de novembro de 1887, Thomaz, filho de Lazaro e Florinda, casou-se com Virginia,¹³⁵ filha de Sebastiana e Camillo, que também era forasteiro e fora companheiro de viagem do pai do noivo, 29 anos antes.

Camillo chegou ao Sítio do Saltinho com mais ou menos 36 anos¹³⁶ e casou com Sebastiana¹³⁷ com quem teve ao menos mais três filhos, além de Virginia. Em 1863 o casal batizou a filha Alexandrina, com padrinhos pertencentes à comunidade do Saltinho; Marcelino, o segundo filho, foi batizado ,em 1866 , pelos padrinhos Paulo Uriel e por Gertrudes, escrava de Ignacio Alves da Fonseca, explicitando que, ao longo do tempo, Camillo conseguiu criar laços de solidariedade com escravos de fora da comunidade do Saltinho e também teceu laços verticais com pessoas livres; Crescência, a outra filha do forasteiro, recebeu os santos óleos em 1868 e seus padrinhos também foram cativos residentes na comunidade do Saltinho; por fim, Virginia, a filha caçula, foi batizada em 1870 e apadrinhada por libertos, o que certamente reflete a expansão das redes de relacionamento do forasteiro Camillo.¹³⁸ Durante a realização do inventário de Dona Anna Rufina, Camillo

¹³⁴Assim, como mais quatro escravos da comunidade do Saltinho. Floriana viúva, Felisberto viúvo, Altero e Albino filhos de Felisberto. Fonte: Inventário *post-mortem* de Anna Rufina de Almeida. 3ºOfício, Processo 7256, TJC, CMU/ UNICAMP.

¹³⁵Ambos os escravos de Dona Ana Leopoldina Franco. Livro de Casamento de livres. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Cúria Metropolitana de Campinas.

¹³⁶ Registro de Meia Sisa, Livro 27 da Coletoria de Rendas de Campinas, folha 69. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

¹³⁷Não encontramos o registro de casamento de Camillo, no entanto o matrimônio se realizou antes de 1863, quando o casal batizou Alexandrina, que foi registrada como filha legítima do casal.

¹³⁸ Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

faleceu e sua morte foi registrada no dia 14 de novembro de 1876, pelo viúvo Felipe Antonio Franco, mandando avisar os herdeiros sobre a morte¹³⁹ do forasteiro de 60 anos.¹⁴⁰

Enquanto Lazaro e Camillo trabalhavam no eito, o seu companheiro de viagem Raimundo, que chegou à comunidade com mais ou menos 21 anos,¹⁴¹ era aquele que os vigiava e os punia se necessário, ele era o feitor do sítio. Raimundo se casou com Felicia, filha de Ignacio e Delfina, com quem teve pelo menos três filhos. Para apadrinhar Jerônimo, seu primeiro filho, batizado em 1861, Raimundo escolheu o senhor Bento Manoel e escrava do mesmo, Bernardina; Narcizo, segundo filho do casal, recebeu os santos óleos em 1868, e foi apadrinhado por pessoas livres; já em 1871, quando batizou sua filha Luiza, Raimundo escolheu os padrinhos entre seus companheiros da comunidade, Severiano e Juliana.¹⁴² A estratégia utilizada por Raimundo parece ter sido primeiro criar laços verticais, ou seja, com pessoas livre e depois com seus companheiros.

Talvez os laços verticais estabelecidos com pessoas livres através do compadrio tenham garantido a Raimundo a confiança de seu senhor e a posição de feitor. Será que o forasteiro, era visto como uma pessoa “socialmente morta”, submetido ao processo de desenraizamento (“*natal alientation*”) e se tornando um indivíduo dessocializado e despersonalizado (sem laços de parentesco e de solidariedade na nova comunidade, portanto sem lealdade para com algum grupo contrário aos interesses do senhor) e poderia ser usado, mais facilmente, pelo senhor como “homem ou mulher de confiança”?¹⁴³ Ou, ao contrário,

¹³⁹ Pouco menos de dois anos depois, a viúva Sebastiana casa-se novamente com Luciano, africano de 60 anos. Livro de Casamento de livres. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Cúria Metropolitana de Campinas.

¹⁴⁰ Inventário *post-mortem* de Anna Rufina de Almeida. 3º Ofício, Processo 7256, TJC, CMU, UNICAMP.

¹⁴¹ Registro de Meia Sisa, Livro 27 da Coletoria de Rendas de Campinas, folha 69. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

¹⁴² Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹⁴³ PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: Um estudo comparativo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p.68 e 69.

justamente por ser feitor, Raimundo, estrategicamente escolheu permanecer mais próximo dos senhores e das pessoas livres e se inserir numa “rede de poder protetor”, que apesar de não lhe oferecer a liberdade, poderia lhe garantir proteção e privilégios dentro do cativeiro?¹⁴⁴

Não é possível saber ao certo, pois não foi possível identificar quando Raimundo deixou de ser um forasteiro para se tornar os olhos vigilantes do seu senhor na Comunidade do Saltinho. No entanto, ao criar laços com Severiano e Juliana, Raimundo demonstrou que sabia da importância de manter um bom relacionamento com seus companheiros, uma vez que era o elemento mediador na relação entre seus companheiros e seu senhor. Consequentemente, em um momento de conflito, ele poderia ser o primeiro a sofrer a reação de seus companheiros, haja vista que o senhor Felipe Antonio Franco não residia no Sítio e, portanto, o ele poderia assumir o papel da autoridade que os subjugava e que deveria ser combatida.¹⁴⁵

Na matrícula de 1872, Raimundo é descrito como pardo, 35 anos, casado e natural do Pará, assim como ele, no período entre 1865-1880, outros 47 escravos negociados em Campinas eram procedentes do Pará,¹⁴⁶ dos quais 21 foram comercializados por João Mourthé. No intervalo de anos entre 1868 e 1878, Mourthé foi responsável pela negociação

¹⁴⁴PATTERSON, Orlando. *Op.cit.*, p.54.

¹⁴⁵De acordo com Maria Helena Machado, no município de Campinas na segunda metade do século XIX, mais de 61% dos crimes foram cometidos contra feitores ou administradores. MACHADO, Maria Helena, *op.cit.* p.127.

¹⁴⁶Muitos negociantes conduziam os cativos, comparados em diversas províncias do Norte, até o Pará onde havia uma série de isenções fiscais e de lá embarcavam os cativos para o Rio de Janeiro. Como demonstra Sobrinho, Muitos escravos aproveitam esse caminho, que era feito por terra para fugirem e assim, livrarem-se do destino de serem levados para tão longe dos seus parentes e amigos. SOBRINHO, Hilário. *Op. Cit.*, p 117.

de 719 escravos,¹⁴⁷ dos quais 78% eram provenientes do norte do país.¹⁴⁸ Mourthé pertencia ao grupo de negociantes que se aproveitou das catástrofes naturais que atingiram o norte do país, como as secas e as terríveis chuvas que destruíram plantações, para fazer “bons negócios”. Para isso, ele e outros negociantes percorreriam os sertões em busca de pequenos proprietários desesperados para quitar suas dívidas ou até mesmo para alimentar a família, por isso foi comum que negociantes trocassem sacos de farinha por escravos.

De acordo com José Hilário Sobrinho, entre 1875 e 1876 com as terríveis chuvas que atingiram o Ceará e destruíram as colheitas e com a seca de 1877-1879 resultando numa “(...) mortandade em termo de 300 mil pessoas e outras 250 mil teriam emigrado (...)”,¹⁴⁹ foram exportados daquela província exatos 6.559 escravos. E não por coincidência, nesse período de 5 anos, o negociante João Mourthé negociou em Campinas, 653 escravos, entre os quais 82% eram procedentes das províncias do Ceará, Pará, Maranhão, Paraíba, Bahia, Piauí, Sergipe e Alagoas.¹⁵⁰

Na grande maioria dos casos, o negociante Mourthé foi o procurador¹⁵¹ da transação. Segundo Rafael da Cunha Scheffer “Parece ter sido comum no século XIX que ao invés de adquirir a propriedade do escravo, o negociante, em troca do pagamento ao dono do cativo, recebesse uma procuração para revendê-lo e um recibo de adiantamento do dinheiro da venda

¹⁴⁷ A Base de Dados denominada Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880, que foi elaborada por mim ao longo da pesquisa. Nela estão reunidos todos os registros de meia sisa do período de 1865-1880, com exceção dos anos fiscais 1869-1870; 1870-1871; 1871-1872; pois os livros onde foram registrados desapareceram ao longo do tempo. São 8416 entradas, que registram os nomes do vendedor e do comprador e dados mais precisos sobre o escravo comercializado como, por exemplo, nome, idade, nacionalidade, naturalidade estado civil dos escravos.

¹⁴⁸ Com destaque para a província do Maranhão, que teve 322 escravos negociados.

¹⁴⁹ SOBRINHO, Hilário. *Op. Cit.*, p 225.

¹⁵⁰ Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

¹⁵¹ Os registros de meia sisa de Campinas no período entre 1865-1880 demonstram que apenas a partir do ano de 1868 tornou-se comum registrar a participação do procurador. A partir da análise da base de dados, concluímos que cerca de 54% das negociações ocorridas no período entre 1868 e 1880 tiveram a participação de um procurador. Fonte: Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

do antigo senhor”.¹⁵² Em relação ao uso de procurações no comércio interno, Robert Slenes argumenta que:

Acontece que normalmente o tráfico interno de escravos (entre municípios e entre províncias) se fazia através de intermediários. Às vezes, o intermediário era um simples procurador (de verdade), representante do vendedor ou do comprador. Na grande maioria dos casos, no entanto, o intermediário era um negociante que comprava o escravo do vendedor original e vendia-o depois ao comprador final, quando não a outro mercador. Contudo, nesses casos, não se costumava fazer uma escritura de compra e venda para cada transação efetuada. Normalmente se disfarçava a transferência de posse para um negociante intermediário com uma procuração bastante, que conferia a este plenos poderes para vender o escravo onde e por quanto quisesse. Se o negociante passava o escravo para outro intermediário, também não o fazia por escritura, mas por um substabelecimento da procuração. Era comum, no caso de escravos vindos de longe, que houvesse uma sequência de substabelecimentos entre o procurador e o comprador final. O objetivo desses subterfúgios era de evitar o pagamento do imposto de compra e venda cada vez que o escravo passava de um dono para outro.¹⁵³

Portanto, assim como a estratégia de levar escravos para serem embarcados em províncias em que havia isenções fiscais,¹⁵⁴ o uso da procuração, era na grande maioria das vezes, uma maneira utilizada pelos negociantes de burlar o fisco. De volta à comunidade do Saltinho, ainda em busca dos forasteiros que chegaram em 1858, não foi possível encontrar

¹⁵²SCHEFFER, Rafael, *op.cit.* 2006., p 135

¹⁵³SLENES, Robert. “Grandeza ou Decadência. O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”, p. 106, *in* Iraci Del Nero Costa (org.), *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986, pp. 103-56, p118.

¹⁵⁴Muitos negociantes conduziam os cativos, comparados em diversas províncias do Norte, até o Pará onde havia uma série de isenções fiscais e de lá embarcavam os cativos para o Rio de Janeiro. Como demonstra Sobrinho. Muitos escravos aproveitam esse caminho feito por terra, para fugirem e assim, livrarem-se do destino de serem levados para tão longe dos seus parentes e amigos. SOBRINHO, Hilário. *Op. Cit.*

vestígios de Anacleto,¹⁵⁵ o qual parece não ter se casado, não ter tido filhos e não ter apadrinhado crianças.

E por sua vez, na busca dos “Joãos” (um que foi negociado com o grupo, no mês de abril de 1858 e o outro negociado, individualmente, em julho de 1858¹⁵⁶) nos deparamos com uma grande dificuldade de encontrá-los na documentação, pois, além de ser um nome bastante comum, em ambos os registros de meia sisa não há muitas informações que nos permitam diferenciá-los. No registro de João, comprado em abril de 1858, existe apenas uma pista: ele foi comprado por 2:000\$000 réis e descrito como pardo. Na matrícula de 1872, existem dois Joãos matriculados, um de apenas 12 e nascido no sítio do Saltinho e outro de 30 anos, solteiro, natural do Maranhão, marceneiro e pardo, talvez, seja ele o forasteiro comprado em abril de 1858.

Em fins do ano de 1860 chegou, não de longe, o escravo Adriano,¹⁵⁷ adquirido da herança do finado Francisco Antonio de Assis Pupo de Moraes. Adriano já vivia em Campinas antes de ser levado à comunidade do Saltinho e por isso, talvez tenha conseguido manter seus laços com os companheiros de sua antiga comunidade. No sítio do Saltinho, Adriano viveu na senzala com seus companheiros,¹⁵⁸ também solteiros, até 1877, quando ocorreu a partilha dos bens de sua finada senhora. Foi, então, herdado por João Paulo da Cruz Leite, neto de Dona Anna Rufina e mais uma vez foi obrigado a se mudar.¹⁵⁹ Durante

¹⁵⁵ Registro de Meia Sisa, Livro 27 da Coletoria de Rendas de Campinas, folha 69. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

¹⁵⁶ *Idem*.

¹⁵⁷ Registro de Meia Sisa, Livro 30 da Coletoria de Rendas de Campinas, folha 5 verso. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

¹⁵⁸ Através da leitura do processo crime de 1875, envolvendo os escravos da Comunidade do Saltinho e que será analisado mais adiante, encontramos algumas pistas sobre o tipo de moradia no sítio do Saltinho. Parece que lá, os escravos casados tinham suas próprias casas e os cativos solteiros dividiam a mesma senzala.

¹⁵⁹ Inventário *post-mortem* de Anna Rufina de Almeida. 3º Ofício, Processo 7256, TJC, CMU/ UNICAMP.

o tempo no qual viveu ali, não conseguiu se casar e também não teve compadres, mas é certo que teve amigos, inclusive acabou envolvido em um processo crime por causa de um deles.

Contando essa história, segue a narrativa: na madrugada de sábado para domingo do dia 19 de dezembro de 1875, Adriano e seu companheiro, Antonio, ao saírem da senzala para fazer suas necessidades, passaram em frente ao armazém de açúcar e viram que este estava aberto. Imediatamente, os escravos foram chamar Severiano, filho de Salvador e Izidora, e caseiro do Sítio. De acordo com a versão contada por Severiano no inquérito policial,¹⁶⁰ ele teria se dirigido para o local mencionado por seus parceiros, onde viu um vulto saindo com um saco de açúcar nos ombros. Por isso, atacou o indivíduo com uma faca e quando reconheceu que o ladrão era seu companheiro de lavoura, já era tarde. Honorato,¹⁶¹ casado com Brigida e pai das três meninas que foram libertas, já estava morto.

Parece óbvio que Antoninho e Adriano tenham chamado Severino por ele ser o caseiro do sítio e, na ausência do senhor que dormia lá na Fazenda Velha, Severiano tenha assassinado o invasor, tentando defender o patrimônio de Felipe Antonio Franco. No entanto, no decorrer do processo, descobre-se que o réu e a vítima tinham rixas antigas, levando-nos a pensar que o crime pudesse ter outras motivações, que iam além da defesa da propriedade senhorial. Ademais, de acordo com Hebe Mattos, durante o século XIX, os laços de solidariedade tecidos pelos escravos e a própria construção de uma comunidade cativa culturalmente autônoma e capaz de fazer frente aos outros segmentos da sociedade era reforçada pela própria condição escrava. No entanto, quando possível, o escravo buscava “afirmar-se enquanto pessoa no interior da condição cativa” e “também diferenciar-se na

¹⁶⁰ Processo Crime, DOC 002, Fundo Crimes de São Paulo, MR 0239, AEL/ UNICAMP.

¹⁶¹ Honorato parece ter sido um forasteiro procedente do Maranhão. No entanto, a partir do cruzamento da documentação, acreditamos que ele tenha chegado à comunidade do Saltinho antes de 1850.

homogeneidade artificialmente construída pela escravidão”.¹⁶² Com essa ideia em mente, é possível inferir que na ausência da figura senhorial, Severiano valendo-se do seu ofício de caseiro, buscasse se diferenciar dos seus parceiros (mesmo, supostamente não sabendo quem era o invasor) exercendo a autoridade e punindo o infrator. Ainda nesse caso, podemos observar que ter uma comunidade escrava antiga, formada principalmente por laços parentais e de solidariedade não era garantia de harmonia entre os escravos, haja vista que, como em qualquer família os conflitos e desavenças deveriam ser constantes. Além disso para aqueles escravos que almejassem a liberdade através da fuga ou do conflito direto com o seu senhor, ter uma família poderia ser um elemento inibidor.

Meses após o crime, outro Severiano¹⁶³adentrou comunidade do Saltinho, este era oriundo do Rio de Janeiro¹⁶⁴e tinha 30 anos, aproximadamente. Em 1872, o forasteiro é descrito como pedreiro, qualificação que justificaria o alto preço pago por Felipe Antonio Franco: 2:200\$000 réis.¹⁶⁵ Quatro anos após sua chegada, Severiano casou-se com Juliana, filha de Domingos e Rosa e com quem teve, pelo menos, seis filhos.

As escolhas dos padrinhos dos filhos de Severiano podem refletir o desenvolvimento das redes sociais estabelecidas por ele. Para os dois primeiros filhos, Domingas e Patricio nascidos, respectivamente cinco e sete anos após sua chegada, o forasteiro escolheu os

¹⁶²MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 124.

¹⁶³ Registro de Meia Sisa, Livro 30 da Coletoria de Rendas de Campinas, folha 13. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

¹⁶⁴ Assim como Raimundo, outros 797 escravos procedentes do Rio de Janeiro foram negociados na cidade de Campinas. Dados retirados da Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

¹⁶⁵Existe a possibilidade de o escavo ter aprendido este ofício no Sítio do Saltinho, já que com vimos isso parecia ser uma prática comum na comunidade, no entanto, o alto preço pago pelo escravo nos leva a acreditar que o forasteiro já possuía esse ofício e por isso seu preço era alto.

padrinhos entre os seus companheiros da comunidade.¹⁶⁶ Em 1873, para o seu filho Julio, o forasteiro e sua esposa elegeram escravos do Coronel Joaquim Quirino dos Santos. Para os últimos três filhos, Rita, Theolinda e Beberiana que receberam os santos óleos em 1875, 1877, 1880 respectivamente, Severiano escolheu padrinhos livres. Podemos inferir que, mesmo tendo se casado com Juliana, nascida na comunidade, o desenvolvimento dos laços de solidariedade aconteceu gradualmente, primeiro com a criação de laços horizontais dentro do Sítio do Saltinho e depois além das cercas do Sítio e por fim, o estabelecimento de laços verticais com pessoas livres.¹⁶⁷

Severiano foi convidado para batizar duas crianças, inclusive a filha do feitor e também forasteiro Raimundo, o que deve ter tido grande importância para Severiano, já que ser compadre do feitor do sítio poderia proporcionar privilégios e ser de grande ajuda em momentos de infortúnio. Além de Luiza, filha do feitor, Severiano, junto com sua esposa, estabeleceu laços de compadrio com Mariano e Eva (aquele casal pertencente à família das meninas alforriadas, ver figura 1)¹⁶⁸ ao apadrinhar a pequena Francelina.

A comunidade do Saltinho viveu quase três anos de sossego, sem a chegada de forasteiro algum, até que em 1863, foi levado à comunidade o jovem Benedito, crioulo, de apenas 18 anos, procedente de Piracicaba, comprado de Manoel Ferreira da Costa pelo preço de 2:200\$000 réis, valor, possivelmente, decorrente da ocupação especializada do escravo.¹⁶⁹

¹⁶⁶Os padrinhos foram: Candido e Perpétua e Salvador liberto e sua esposa Izidora. Fonte: Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹⁶⁷ Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹⁶⁸Livros de Batismo da Paróquia de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹⁶⁹ Registro de Meia Sisa, Livro 33, folha 12. Fundo Coletoria de Rendas de Campinas, CMU/UNICAMP.

Cerca de seis anos após sua chegada à Comunidade do Saltinho, Benedito legitimou seu casamento com a cozinheira Firmina, viúva de Miguel Novo e filha de Pedro e Joaquina.¹⁷⁰ O casal batizou apenas uma filha, Margarida, cujos padrinhos foram Calisto e Felipe.¹⁷¹ Nem mesmo o ofício especializado foi o suficiente para garantir o estabelecimento de laços de compadrio, visto que ele e sua esposa não apadrinharam criança alguma. Benedito era o Domador e por isso, é possível que passasse a maior parte do tempo na lida com os gados e não trabalhasse junto com seus companheiros na lavoura, dificultando o convívio com seus companheiros.

Não de muito longe chegou o escravo Jeremias, pardo de mais ou menos 30 anos, natural de Itú. O forasteiro foi adquirido do Tenente Coronel José Maria Gavião Peixoto, em maio de 1865.¹⁷² Em aproximadamente um mês após sua chegada, Jeremias se casou com Benedita, no dia nove de junho de mil oitocentos e sessenta e cinco¹⁷³ e com quem, aparentemente não teve filhos. Talvez, o ofício dos escravos tenha permitido o rápido desenrolar do romance, visto que Benedita era costureira e Jeremias alfaiate e, portanto, deviam passar grande parte do dia trabalhando juntos.

Assim como no amor, Jeremias foi muito bem sucedido no estabelecimento de laços de compadrio. Ele apadrinhou cinco crianças entre 1873 e 1878, foram elas: Eusebia filha de Theodora solteira; Delfina e Daniel filhos de Gabriela solteira; Francisca e Cyrino, filhos da solteira Ambrozina, pertencentes a uma extensa família; e Benedito, neto de um dos casais

¹⁷⁰ Livro de Registro de Casamento de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, p. 37. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹⁷¹ Livros de Batismo da Paróquia de Santa Cruz. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹⁷² Registro de Meia Sisa, Livro 38, folha 23. Fundo Coletoria de Rendas de Campinas, CMU/UNICAMP

¹⁷³ Livros de Registros de Casamento de escravos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, folha 55. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

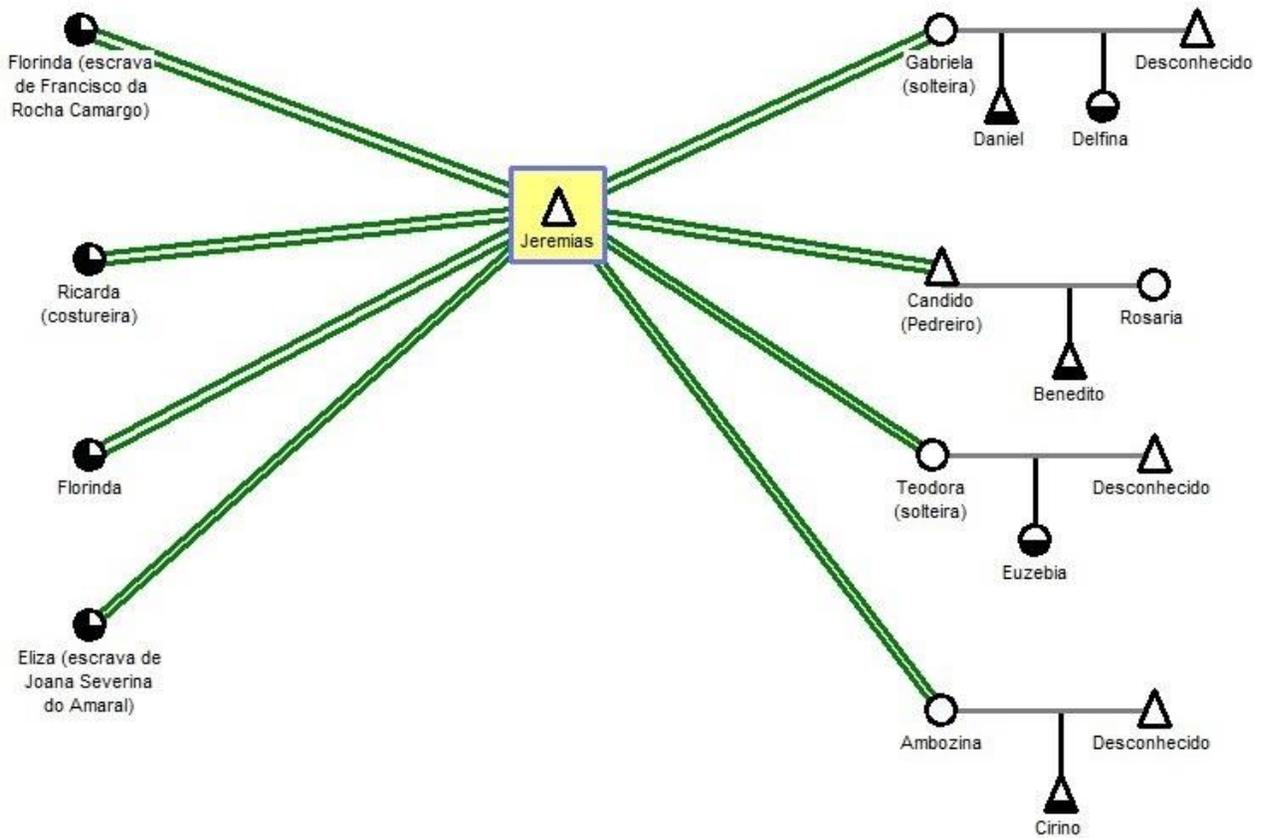
fundadores da senzala e pertence à família de Ignacio e Delfina (em que cinco dos seus membros possuíam ofícios especializados).¹⁷⁴ Através do casamento e, mais ainda, dos vínculos de compadrio o forasteiro Jeremias conseguiu criar laços com diferentes famílias e se integrar à Comunidade do Saltinho.

É curioso que, em nenhum dos batizados, a mulher de Jeremias tenha sido a madrinha da criança. O forasteiro apadrinhou ao lado de suas companheiras de comunidade Ignês, Ricarda e Florinda, e também junto com Eliza, escrava de Dona Joana Severina de Amaral, e com Florinda, escrava de Francisco da Rocha Camargo. Talvez, diferentemente de seu marido, a escrava Benedita, apesar de pertencer à comunidade desde seu nascimento e ser membro de uma das famílias fundadoras, não tivesse uma boa relação com os seus companheiros de senzala.

É possível visualizar algumas das redes de solidariedade criadas pelo forasteiro Jeremias, na figura abaixo:

¹⁷⁴ Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

IMAGEM 2: Laços de compadrio do forasteiro Jeremias, 1873-1878.



● Escravas que foram madrinhas ao lado de Jeremias.

▲ ● Crianças batizadas pelo forasteiro Jeremias

▲ ○ Laço de compadrio.

Em 1866, Custódio, africano, de 30 anos e Valeria natural de Capivari, de 22 anos, chegaram à comunidade, contudo parece que ambos viveram pouco tempo ali, pois já não estão presentes na matrícula de 1872.¹⁷⁵ Como não há registro de venda desses forasteiros, presumimos que tenham falecido nesse intervalo de tempo, sem ter filhos ou apadrinhar alguma criança.¹⁷⁶

Dois anos depois, mais precisamente em maio de 1868, uma família inteira chegou à comunidade do Saltinho.¹⁷⁷ Thomas de 35 anos, Felícia de 30 anos e seus filhos Olímpia de 5 anos, Máxima de 8 anos e Zacarias de 5 anos (todos naturais de Campinas), além de Horácio, que ainda estava no ventre de sua mãe Felícia e que nasceu quatro meses depois,¹⁷⁸ foram arrematados da herança de Joaquim Leite da Cunha Couto.¹⁷⁹ Para batizar o pequeno Horácio, o casal recém-chegado ao Sítio do Saltinho escolheu Paulo Manoel Gonsalvez e Caetana, escrava de Guilherme Whitaker. Possivelmente essas pessoas eram do antigo círculo de convivência do casal ou pessoas que frequentavam a casa grande na Fazenda Velha, pois Felícia era cozinheira o que poderia ter dificultado o contato com os seus companheiros, na maioria trabalhadores na lavoura, e o estabelecimento de laços com os seus pares que viviam no Sítio do Saltinho.

Thomas morreu pouco tempo depois de chegar à fazenda.¹⁸⁰ Não estava, portanto, presente quando sua família retornou para sua antiga comunidade. No ano de 1877, com a

¹⁷⁵ Inventário *post-mortem* de Anna Rufina de Almeida. 3º Ofício, Processo 7256, TJC, CMU/ UNICAMP.

¹⁷⁶ Não foi possível localizar o registro de óbito desses escravos, pois sabemos que os registros de óbito são muito subestimados, muitos escravos morriam nas fazendas e tal fato não era registrado.

¹⁷⁷ Registro de Meia Sisa, Livro 46 da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

¹⁷⁸ Livros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Nossa Senhora da Cruz, Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹⁷⁹ Comprados de Joaquim Leite da Cunha Couto.

¹⁸⁰ Visto que, em 1872 Felícia estava viúva. Fonte: Inventário *post-mortem* de Anna Rufina de Almeida. 3º Ofício, Processo 7256, TJC, CMU/ UNICAMP.

Partilha dos bens da finada Anna Rufina, a família foi herdada por Joaquim Leite da Cunha Couto, por cabeça de sua mulher Dona Anna Ferreira de Almeida, neta da inventariada. Quer dizer, então, que nove anos depois de ser vendida por Joaquim Leite da Cunha Couto, provavelmente para pagar dívidas, a família retornou para o seu antigo senhor e para a sua antiga comunidade? Sim, foi exatamente isso que ocorreu. Quase uma década depois de terem passado pelo trauma de serem arrancados de sua comunidade, levados para outra *plantation* e, possivelmente, quando estavam adaptados ao novo cotidiano foram retirados da comunidade do Saltinho e levados de volta para sua antiga casa.

Logo após a promulgação da Lei do ventre Livre, a comunidade do Saltinho recebeu mais um grupo de forasteiros, dessa vez composto pelos jovens Ladisláo de 16 anos, Antonio Pequeno de 14 anos e Antonio Cadete de 16 anos, todos naturais do Rio de Janeiro e adquiridos por 2:000\$000 réis cada.¹⁸¹ Os forasteiros passavam, pelo menos, pela segunda experiência de serem retirados de sua comunidade, uma vez que já viviam em Campinas, na propriedade de Elias Campos Machado - falecido 1871, e cujos bens foram vendidos pela viúva, para quitação de dívidas.¹⁸² Meses depois da chegada dos três, na matrícula de 1872, os jovens forasteiros continuam solteiros e constavam como trabalhadores da lavoura. Os escravos não aparecem em nenhum registro de batismo, portanto, imaginamos que durante o tempo no qual viveram no sítio, eles não tenham conseguido criar laços de compadrio, justamente por serem solteiros e forasteiros.

¹⁸¹ Os forasteiros chegaram novembro de 1871. Base de dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880. Registro de Meia Sisa, Livro 49, folha 12. Fundo Coletoria de Rendas de Campinas, CMU/UNICAMP

¹⁸² Base de dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880/ Registro de Meia Sisa, Livro 49, folha 12. Fundo Coletoria de Rendas de Campinas, CMU/UNICAMP

Os jovens forasteiros devem ter criado fortes laços de amizades entre eles, pois eram provenientes do mesmo lugar (talvez tenham saído juntos e ainda crianças do Rio de Janeiro), também tinham vivido juntos na propriedade de Elias Machado e viveram juntos na Comunidade do Saltinho. Contudo, com a divisão dos bens de Dona Anna Rufina esses três companheiros foram separados: Ladisláo for herdado por Joaquim Leite da Cunha Couto, por cabeça de sua mulher Dona Anna Ferreira de Almeida, neta da inventariada; Antonio Cadete permaneceu no sítio do Saltinho e Antonio Pequeno foi levado por outro herdeiro de Dona Anna Rufina.¹⁸³

Ainda em 1871, foi conduzido para o sítio do Saltinho, o ferreiro Victorino,¹⁸⁴ de 25 anos, de cor fula, e procedente do Rio de Janeiro comprado de Diogo Antonio de Souza Castro,¹⁸⁵ pela exorbitante quantia de 2:800\$000 réis. Durante os seis anos em que viveu naquela comunidade, Victorino não se casou e também não apadrinhou criança alguma. Em 1877, o forasteiro foi mais uma vez retirado de sua comunidade e, dessa vez, levado pelo

¹⁸³ Não conseguimos precisar quem herdou o escravo Antonio, pois há dois “Antonios” na lista da partilha que podem ser o Antonio pequeno, um foi herdado por João Paulo da Cruz Leite, neto da inventariada e o outro Antonio foi herdado por Antonio Martins Bonilha, por cabeça de sua mulher Theodora Leite Martins Bonilha, neta da inventariada. De qualquer forma não restam dúvidas de que Antonio Pequeno teve que deixar o sítio do Saltinho. Fonte: Inventário *post-mortem* de Anna Rufina de Almeida. 3º Ofício, Processo 7256, folha 220, TJC, CMU/ UNICAMP.

¹⁸⁴ Base de dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880/ Registro de Meia Sisa, Livro 49. Fundo Coletoria de Rendas de Campinas, CMU/UNICAMP. Escravos especializados como Victorino, estavam sujeitos a mais uma frustração. Uma vez que, devido a sua qualificação, eles poderiam usufruir de certos privilégios em seus locais de origem, ao serem comprados para reforçar o trabalho nas plantações de café acabavam subjugados a um regime de trabalho penoso, perdendo seus privilégios e, além disso, muitas vezes sendo tratados com mais vigilância e violência, exatamente por serem forasteiros.

¹⁸⁵ No período entre 1865-1873, Diogo Antonio de Sousa Castro vendeu 94 escravos. Esse número leva no a inferir que Diogo era um negociante de escravos. Tal suposição é confirmada através de um processo civil contra o senhor Diogo no ano de 1865, em que o réu foi multado por infringir o código de posturas, ao deixar água suja parada em frente à sua casa. O processo descreve “que Fulano de Tal Castro, **negociante de escravos** (grifo meu) e morador nesta cidade numa casa de frente do chafariz velho junto do mercado, infringiu o artigo 17 das posturas municipais fazendo sair água suja e com mal (sic) cheiro.” (1º Ofício, Processo 3710, TJC, CMU, UNICAMP.) Naquele momento, ser negociante de escravos era uma atividade legalmente reconhecida bastava aos comerciantes retirar uma licença para exercer tal ofício, assim como fez, durante três anos consecutivos (1869, 1870 e 1871), o proeminente negociante João Mourthé. Portanto, Diogo Antonio de Sousa Castro, João Mourthé e tantos outros agentes do comércio interno, “aparentemente não foram combatidos e discriminados quanto seus antecessores”, pela sociedade. SCHEFFER, Rafael. *Op. Cit.*, p.116.

cessionário Barboza & Cacharane e Antonio Martins Bonilha, por herança de sua mulher Dona Ana Rufina de Almeida Bonilha, neta da inventariada.¹⁸⁶

Entre os anos fiscais de 1869-1870, 1870-1871 e 1871-1872, há uma lacuna nos registros de meia sisa, por isso não conseguimos precisar quantos e quais escravos foram comprados nesse período.¹⁸⁷ Mas, através do cruzamento das fontes, identificamos que Elias chegou à comunidade nesse intervalo de anos. O forasteiro era natural do Rio de Janeiro, trabalhador de lavoura, tinha 35 anos e estava solteiro na avaliação de 1872. No dia 03 de setembro de 1876, levando apenas a roupa do corpo confeccionada de algodão, com um lenço amarrado na cabeça, como era de costume, Elias, um crioulo fulo, muito prosa, magro, alto, de rosto comprido, de pouca barba e com boa dentadura, fugiu do Sítio do Saltinho.¹⁸⁸

Contudo, parece que não demorou muito e Elias já estava de volta ao Sítio. Visto que em fevereiro de 1877, quando se iniciaram os autos de Partilha, o cativo foi descrito como solteiro e avaliado em 1:900\$000 réis, tendo sido herdado por Cessionários O. Barboza&Cochane e Antonio Martins Bonilha, na herança de co-herdeiros Salvador Martins Bonilha, por cabeça de sua mulher Dona Ana Rufina de Almeida Bonilha, neta da inventariada. Ou seja, mais uma vez o escravo teria que mudar de senhor e de comunidade.¹⁸⁹

João José Reis e Eduardo Silveira¹⁹⁰ argumentam que, muitas vezes, a fuga era um instrumento de negociação do escravo e, não necessariamente uma tentativa de romper com a ordem escravista, mas uma tentativa de exigir melhorias em sua condição de vida. Segundo

¹⁸⁶ Inventário *post-mortem* de Anna Rufina de Almeida. 3º Ofício, Processo 7256, folha 222, TJC, CMU/UNICAMP.

¹⁸⁷ Os livros em que esses anos foram registrados foram perdidos ao longo do tempo.

¹⁸⁸ Diário de Campinas, 06 de setembro de 1876. AEL/UNICAMP.

¹⁸⁹ Inventário *post-mortem* de Felipe Antonio Franco, 3º ofício, processo 7507, TJC, CMU/UNICAMP.

¹⁹⁰ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

os autores, é possível identificar dois tipos de fuga entre os escravos: as fugas reivindicatórias e as fugas-rompimento. As fugas reivindicatórias foram muito comuns, às vezes os escravos fugiam após receber uma punição injusta ou por estarem temerosos pela promessa de um castigo, ou para esperar que seus senhores se acalmassem em um momento de irritação e em que pretendia castigá-los. Ademais, no contexto do comércio de escravos as fugas poderiam ocorrer para evitar uma venda ou para exigir que fossem negociados.¹⁹¹

A fuga foi um importante instrumento de negociação, através do qual os escravos exigiam a criação ou o reconhecimento de direitos. Um dos direitos conquistados pelos escravos estava descrito no Decreto n° 1.695, de 15 de setembro de 1869 e posteriormente a Lei n°2.040 de 1871, em que era proibida a separação de pais e filhos menores de 12 anos. No entanto, essa lei parece não ter protegido o direito de Faustino de apenas 11 anos de permanecer com sua família. Pois, ele juntamente com Agapito de 17 anos, José de 14 anos e Pedro de 15 anos, todos provenientes do Rio Grande do Norte, foram negociados por Felipe Antonio Franco e Eduardo Passos, no mês de julho de 1878.

A escritura de venda desses indivíduos é uma fonte preciosa para entendermos a complexidade do comércio interno de escravos e a experiência dos forasteiros antes do desenraizamento, por isso, nos deteremos um pouco mais a ela. No dia 25 de julho de 1878, compareceram ao Tabelionato de Campinas, o comprador Felipe Antonio Franco, residente neste termo, e o vendedor Eduardo da Costa Passos,¹⁹² residente na Corte, na qualidade de procurador dos senhores Major João Netto da Silva e Manoel Severiano da Fonseca, João

¹⁹¹ Sobre esse assunto ver: CHALHOUB, Sidney *Visões da liberdade, op. Cit.* Capítulo 1. SOBRINHO. Hilário, *op. Cit.*, P. 221-225.

¹⁹² É provável que o senhor Eduardo Costa fosse um dos muitos negociantes, que viajavam pela região norte e nordeste do país, aproveitando-se das péssimas condições econômicas daquela região, em busca de senhores afoitos para venderem seus escravos.

Damasceno da Silva (como tutor de seu filho João Damasceno) e João Batista de Araújo, quando negociaram os quatro escravos pelo valor de 6:700\$000 réis.¹⁹³

A venda do escravo José é a que mais chama a atenção. O senhor João Damasceno, com o intuito de vender a propriedade de seu filho, menor de idade, pede autorização ao Juiz de Órfãos e usa a seguinte justificativa:

Ilustríssimo senhor juiz de órfão do termo de Aracai, Dr. João Damasceno da Silva deste termo como tutor de filho João Damasceno Medeiros Silva menor de quatorze anos, que vendo este escravo de nome Jose, aconteceu que vive dito escravo fugitivo constantemente a declarar formalmente não querer servir ao senhorio, em que se acha passando o suplicante grandes prejuízos contra o mesmo tutelado, ocorrido justamente necessidade de dinheiro para sustento dos bens do mesmo órfão, em face da terrível seca que nos flagela, requer a vossa senhoria que se digne a conceder-lhe previa autorização para vender o mencionado escravo (...).¹⁹⁴

Esse trecho mostra o desespero do senhor para vender seu escravo diante da péssima condição financeira em se encontrava, devido à seca que atingia aquela região do Império e devastava as propriedades. Curiosamente, o senhor Damasceno não omitiu informações sobre o péssimo comportamento do seu escravo e mesmo assim tenha conseguido um comprador. O episódio revela que nesse momento da escravidão brasileira a oferta de mão de obra não era suficientemente grande para que os senhores pudessem escolher os escravos menos “problemáticos”.

Por outro lado, o mesmo senhor João Damasceno e o antigo senhor do escravo Pedro, parecem tentar atrair compradores, ao informar que “o qual escravo não tem pecúlio algum e foi matriculado em 18 de agosto de 1872”.¹⁹⁵ Como consequência, as chances de esses

¹⁹³Livro de Escrituras de Campinas nº18, folhas 1 a 4, 2º Cartório de Notas de Campinas.

¹⁹⁴Livro de Escrituras de Campinas nº18, folhas 1 a 4, 2º Cartório de Notas de Campinas.

¹⁹⁵ *Idem.*

indivíduos comprarem sua liberdade diminuía bastante, representando, de fato, um atrativo para os compradores. Especialmente na conjuntura dos anos 70, quando a Justiça começava a adjudicar disputas entre senhores e escravos a respeito do preço da liberdade, com frequente ganho por parte do escravo.

Até o ano de 1887, na avaliação do inventário do senhor Felipe Antonio Franco, os quatro forasteiros permaneciam solteiros e sem estabelecer laços de compadrio. No entanto, aos 30 de abril de 1887, Jose conseguiu uma companheira, ao casar-se com Patricia, filha de Calisto e Felipa.¹⁹⁶

O último forasteiro a chegar à comunidade do Saltinho foi o jovem Thomaz de 16 anos, preto, solteiro, filho de Generozo e Florinda e capaz de qualquer trabalho, roceiro. O forasteiro fora comprado em 1878 de Joaquim Teixeira de Almeida por um altíssimo preço: 2:800\$000 réis.¹⁹⁷ A chegada de Thomaz e dos outros sete escravos na década de 1870, reitera a tese sobre a contínua importação de escravos pelos senhores do oeste paulista, ao longo da década de 1870, inicialmente defendida por Robert Conrad¹⁹⁸ e depois corroborada Robert Slenes. Em pesquisa sobre o comércio interno de escravos, Slenes mostrou que “(...) não só as importação anual de escravos na província de São Paulo, mas também o volume anual do mercado de escravos na província, foram maiores na segunda metade da década de 1870 do que qualquer período após a abolição do tráfico africano.” Segundo o autor, esse

¹⁹⁶ Livros de Registros de Casamento da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Nossa Senhora da Cruz. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

¹⁹⁷ Registro de Meia Sisa, Livro 54 da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

¹⁹⁸ CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley, 1872 *apud* SLENES. Robert. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”, in Iraci Del Nero Costa (org.), *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986, pp. 103-56.

comportamento dos senhores refletia “uma escolha cuidadosa e calculada de uma forma de trabalho que continuasse oferecendo boas possibilidades de lucro”.¹⁹⁹

Na província de Campinas a manutenção da importação dos forasteiros era defendida veementemente pelos vereadores da cidade, como é possível observar no documento escrito por eles, como repúdio à tentativa da Província de São Paulo de estabelecer o imposto de 1:000\$000 réis para cada escravo que entrasse na província. Os vereadores da cidade lamentavam que:

Os males que resultarão para o país todo de semelhante lei são visíveis e inquestionáveis, basta ponderar que eles vão afetar a principal fonte de renda pública e particular como é a lavoura, ferindo-a de morte, pelo crescimento dos braços, a ela que já está com enormes dificuldades e que tem sido sempre ornada de tributos em todos os tempos e por todas as maneiras.²⁰⁰

O discurso dos vereadores se sustentava na mesma ideia defendida por Antonil no início do século XVII, de que "os escravos são os pés e as mãos do senhor de engenho".²⁰¹ Com o intuito de defender os interesses senhoriais, os políticos campineiros afirmavam que, mesmo após três séculos de escravidão, não estavam preparados ainda para substituir o elemento servil. Esse documento evidencia que, enquanto muitas cidades do Império viviam a efervescência dos movimentos abolicionistas e a promulgação de leis emancipacionistas e diversas províncias se voltavam para o trabalho livre, afastando-se da mão de obra escrava, o município de Campinas tentava, ainda, preservar o sistema escravista.²⁰²

¹⁹⁹SLENES. Robert. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”, p. 106, in Iraci Del Nero Costa (org.), *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986, pp. 103-56.

²⁰⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

²⁰¹ANTONIL, Cultura e opulência no Brasil. Publicado pela primeira vez em 1711.

²⁰²Em Rio Claro, o comportamento dos senhores era semelhante. Segundo Juarez França, nas décadas de 1870 e 1880, os senhores continuaram investindo em cativos, em uma proporção ascendente. Diferentemente do que ocorria na capital da Província, onde já na década de 1870 o mercado de escravos entrava em decadência.

Campinas continuou a receber forasteiros até a proibição definitiva do comércio interno de escravos em 1885, já a comunidade do Saltinho fechou as suas portas em 1878. Durante os 21 anos em que viveu as transformações do comércio interno, a comunidade do Saltinho recebeu 22 escravos adultos, sendo 20 homens e 2 mulheres, além de mais 2 meninas e 2 meninos menores de 15 anos. O exorbitante desequilíbrio entre homens e mulheres forasteiros (10:1) com certeza causou impactos na conjuntura matrimonial da comunidade. Em decorrência dessa diferença, vimos que apenas 7 forasteiros conseguiram se casar e estabelecer suas próprias famílias, foram eles: Lazaro, Camillo, Raimundo, Severiano, Benedito, Jeremias e Jose.

Em relação aos laços de compadrio, apenas três forasteiros foram convidados para apadrinhar os filhos de seus companheiros, foram eles: Raimundo feitor, Jeremias alfaiate e Severiano pedreiro. Inferimos que por eles serem casados e terem ofícios especializados esses forasteiros tenham conseguido maior respeito de seus companheiros na comunidade e se tornaram indivíduos atraentes para se criar laços de compadrio.²⁰³ Os outros tantos escravos que não conseguiram se casar e não formaram redes de compadrio, provavelmente estabeleceram laços de amizade com os escravos que já residiam no sítio, como foi o caso de Adriano, ou com aqueles que partilharam a experiência do desenraizamento, como os jovens Jose, Faustino, Agapito e Pedro.

Além dos três forasteiros mencionados anteriormente, Victorino, Benedito, Severiano, Felicia e Olímpia possuíam ofícios especializados. No entanto, com exceção de Victorino, vendido como ferreiro, e de Raimundo, que se tornou feitor no sítio, não podemos afirmar se os outros forasteiros já possuíam tal ofício ou se aprenderam na comunidade do

²⁰³ Com exceção de Camillo que não tinha ofício especializado.

Saltinho. Como já mencionamos é possível que tenham aprendido no sítio, pois isso parecia uma prática comum na comunidade.²⁰⁴

Ao fim dessa história, não temos uma resposta homogênea sobre o processo de adaptação dos forasteiros na comunidade do Saltinho. Descobrimos ao longo deste capítulo, trajetórias distintas de indivíduos complexos e procedentes de diferentes lugares, que tentaram refazer suas vidas após sofrer a violência do comércio interno. Alguns conseguiram se casar, tiveram filhos, compadres e afilhados, outros não fizeram parte de famílias nucleares e nem de famílias extensas, mas tiveram amigos, foram cúmplices até nos momentos de apuros. Uns derramavam seus suores, diariamente, nas plantações de café, outros conseguiram trabalhos especializados. Teve ainda aquele que se tornou autoridade. Houve aqueles que chegaram e logo foram obrigados a partir novamente, levados pelo comércio interno. Aqueles que morreram pouco depois da chegada e aqueles que lá permaneceram até o dia da abolição. Mas, todos eles tiveram em comum a experiência do desenraizamento, vindos de perto ou de longe, todos foram arrancados de suas famílias, de seus amigos e de suas comunidades, e viveram a necessidade de reconstruírem suas vidas, da melhor maneira possível, em meio a uma comunidade escrava estabelecida ao longo de várias gerações.

²⁰⁴Garantir que seus escravos aprendessem um ofício na fazenda, poderia significar um investimento para os senhores, já que não precisariam comprar um cativo especializado (que possuía alto valor no mercado escravo) e ainda valorizava o patrimônio.

CAPÍTULO 2

Terra de Forasteiros.

2.1 Açúcar e comércio escravo: Os primeiros passos da família Sousa Aranha.

Durante a segunda metade do século XIX, milhares de forasteiros foram arrancados do convívio de suas famílias e de seus companheiros e carregados rumo a um novo cativo. Arrastados por terra ou por mar, esses cativos levaram consigo o sofrimento do desenraizamento e a angústia diante do desconhecido, uma vez que não era possível saber o que os esperava no fim da viagem.

O Sítio de São Pedro, na cidade de Campinas, foi o ponto de chegada de alguns desses forasteiros. Lá eles encontraram uma senzala cheia de seus companheiros do comércio interno e um inexperiente senhor. A partir dessa conjuntura, investigaremos, nesse capítulo, a experiência dos escravos que viveram numa senzala composta exclusivamente por forasteiros e buscaremos identificar as peculiaridades dessa comunidade escrava.

Para isso, é primordial mapear a trajetória da família Sousa Aranha, à qual fazia parte o Alferes Francisco Egidio de Sousa Aranha (filho), proprietário do Sítio de São Pedro.²⁰⁵ Francisco Egidio de Sousa Aranha Filho iniciou sua trajetória como senhor de escravos recebendo uma doação de 18 contos de réis, mais sua parte da herança 48.587\$000 réis, incluindo o escravo Leonardo de 25 anos. Essa razoável fortuna, provavelmente, garantiu os primeiros passos do jovem senhor. Casado com Dona Maria Luzia de Nogueira Aranha. O Alferes Francisco Egidio construiu um patrimônio de 249:059\$606 réis, composto pelo Sítio

²⁰⁵ Inventário *Post mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha(filho),1875, 3º ofício, processo 07266, TJC, CMU/UNICAMP.

de São Pedro e suas respectivas bem feitorias e por mais 58 escravos. Tentaremos conhecer a lógica administrativa e comercial escravista usada pelos membros dessa família, principalmente quanto às transações internas de escravos. Desse modo, será possível visualizar alguns traços do comércio de cativos em Campinas e entender como as decisões tomadas pelos senhores implicaram direta ou indiretamente na experiência dos escravos, especialmente dos forasteiros.

Iniciamos nossa história a partir dos patriarcas da extensa família Sousa Aranha. No dia 16 de junho de 1817, na Vila de São Carlos, aconteceu o casamento entre Francisco Egidio de Sousa Aranha²⁰⁶ e sua prima Dona Maria Luzia de Sousa Aranha.²⁰⁷ O casal teve onze filhos – um deles o já mencionado Alferes Francisco Egidio de Sousa Aranha, proprietário do Sítio de São Pedro - e permaneceu unido por quarenta e três anos,²⁰⁸ período em que viveram o ápice dos preços internacionais do açúcar.²⁰⁹ Nessa mesma época, houve uma queda no preço dos africanos, “provocando uma rápida expansão do açúcar no ‘Oeste velho’ de São Paulo: isto é, no quadrilátero compreendido entre os povoados de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiáí, aí englobada a região de Campinas.”²¹⁰

²⁰⁶ Natural da Vila de Santos e filho de Pedro de Sousa Campos e de Maria Francisca Aranha de Camargo. É pai do Alferes Francisco Egidio de Sousa Aranha, dono do Sítio de São Pedro. Fontes: Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1822. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP. Genealogia Paulistana. http://www.arvore.net.br/Paulistana/Carv_3.htm, acessado em 17/07/2013.

²⁰⁷ Natural da Vila de Castro e filha do [tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo](http://www.arvore.net.br/Paulistana/Carv_3.htm) e de Eufrosina Matilde da Silva Botelho. Fontes: Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1822. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP. Genealogia Paulistana. http://www.arvore.net.br/Paulistana/Carv_3.htm, acessado em 17/07/2013.

²⁰⁸ O casal permaneceu junto até o dia da morte de Francisco Egidio de Sousa Aranha, em 10 de julho de 1860.

²⁰⁹ Essa alta nos preços do açúcar se deu nos anos seguintes à revolta no Haiti, revolta essa que fez cessar as grandes exportações francesas de açúcar daquela região. Para uma discussão mais detalhada do contexto Haitiano ver: JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros*. São Paulo, Boi Tempo, 2000.

²¹⁰ SLENES, Robert. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista” in: ALENCASTRO, Luis Felipe [org.] *História da Vida Privada no Brasil: Império*, pp 235-290, p.239.

Até o fim do século XVIII, a produção agrícola de Campinas era direcionada, principalmente à agricultura de subsistência, sendo suas terras relativamente pouco povoadas, com cerca de 150 escravos. Contudo, com a mencionada expansão da economia açucareira, muitos migrantes foram atraídos para a então Vila de São Carlos, onde foram realizados amplos investimentos na construção de engenhos e na exploração de mão de obra cativa. Rapidamente, “açúcar e escravidão tornaram-se praticamente sinônimos em Campinas.”²¹¹

Entre os investidores campineiros dessa favorável conjuntura econômica, estavam Francisco Egidio e Dona Maria Luzia, investidores no cultivo da cana de açúcar e na compra de mão de obra escrava. Observa-se que entre 1822 e 1829, o número de homens²¹² na propriedade do casal aumentou de 21 para 94, ou seja, houve um crescimento de 347% da força de trabalho masculina.²¹³ Esse grande aumento do número de escravos do sexo masculino estava diretamente ligado com a maior produtividade masculina nas plantações açucareiras. Ademais, é bastante provável que esses escravos tenham sido adquiridos através do tráfico atlântico,²¹⁴ sendo todos adultos e que, naquela época, chegavam, amiúde, milhares de africanos nos portos brasileiros²¹⁵.

²¹¹SLENES, Robert, *Na senzala, uma flor. Op.cit*, p 70.

²¹²Em 1822, havia 10 mulheres entre os escravos do casal Sousa Aranha, já no ano de 1829, as mulheres não foram listadas. Fonte: Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1822, 1829. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

²¹³Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1822, 1829. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

²¹⁴Há uma pequena possibilidade de os escravos terem sido comprados no mercado interno brasileiro, visto que antes do fim do tráfico atlântico, o comércio interno já existia. No entanto, essas negociações internas se tornaram mais comuns na década de 1840. Como afirma Conrad: “Até mesmo antes do tráfico africano ter terminado, pequenos números de escravos do nordeste brasileiro já estavam entrando nos mercados de escravos do Rio de Janeiro para irem ao encontro da procura criada pelo cultivo do café. Em 1842, o movimento de escravos entre as províncias já era suficientemente amplo para precisar de regulamentos e, em 1847, uma grande seca, na província do Ceará e em sua volta, já aumentara grandemente o fluxo espontâneo dos escravos do norte para o sul.” CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. 2°. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 65.

²¹⁵A quantidade de africanos traficados para o Brasil tem sido, minuciosamente, investigada pelos historiadores, de acordo com Richard Graham, aproximadamente 4 milhões de escravos foram arrancados da África e trazidos

Esse investimento proporcionou ao casal Sousa Aranha a acumulação de grande riqueza, haja vista que, no momento de sua morte, em 1860, Francisco Egidio deixou para os seus herdeiros o monte mor de 1.052:134\$210 réis. A fortuna era composta pela Fazenda do Mato Dentro, pela Fazenda do Campo e a Fazenda de São Francisco, diversas casas na cidade e mais 282 escravos.²¹⁶ O sucesso econômico do casal perdurou por mais de seis décadas e só foi possível graças à grande quantidade de escravos adultos (acima de 15 anos) em suas propriedades.

Durante todo esse período, como é possível observar no quadro abaixo, o número de homens, destinados ao árduo trabalho no engenho e no cultivo do café, manteve-se superior à quantidade de mulheres:

para o Brasil, representando 40% de todos os africanos, que saíram da África e foram levados para a América. Philip Curtin calculou 3.325.000 africanos trazidos para terras brasileiras, sendo 1.891.400 de pessoas importadas entre 1701 a 1810 e 1.145.400 pessoas, entre 1811 a 1870. GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Afro- Ásia*, n°24, 2002, pp. 121-160. CURTIN, Philip. *The Slave Trade: A Census*. University of Wisconsin Press, 1972.

²¹⁶Testamento de Francisco Egidio de Sousa Aranha, 1861/C-1/541 – 9942, TJC, CMU/UNICAMP.

QUADRO 9: DISTRIBUIÇÃO DE ESCRAVOS NAS PROPRIEDADES DO CASAL SOUSA ARANHA, 1860.

	Fazenda do Mato Dentro		Fazenda do Campo	
	Nº	%	Nº	%
Homem adulto	101	44,9	51	89,4
Mulher adulta	57	25,3	6	10,6
Menino	32	14,2	0	0
Menina	35	15,6	0	0
Total	225	100	57	100

Fonte: Inventário *Post mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha, 1ºofício, processo 01859, TJC, CMU/UNICAMP.

Nota-se que a escolha do casal Sousa Aranha de adquirir mais escravos do sexo masculino provocou um grande desequilíbrio entre os sexos. Na fazenda do Mato Dentro, a proporção de homens e mulheres adultos era de aproximadamente 2:1, enquanto que na fazenda do Campo essa diferença era imensa, cerca de oito homens para cada mulher. Ao longo do tempo, esse desequilíbrio diminui significativamente, de modo que em 1879, ano da morte de Dona Maria Luzia, os escravos estavam distribuídos em 125 homens e 93 mulheres.²¹⁷ Provavelmente, essa redução da disparidade entre os sexos dos cativos foi consequência do crescimento natural da senzala, pois, como é possível observar no quadro 8 , havia uma grande quantidade de crianças - 30% de escravos abaixo de 15 anos nas

²¹⁷ Inventário *post-mortem* de Dona Maria Luzia de Sousa Aranha, Viscondessa de Campinas, 3ºofício, processo 7359, 2 vols., 1879.

propriedades-, sendo o número de meninos e meninas praticamente equivalente, o que poderia ter contribuído para minorar o desequilíbrio entre homens e mulheres.

É importante notar que, apesar da desigualdade na quantidade de homens e mulheres nas primeiras décadas da comunidade escrava, os cativos conseguiram formar famílias e ter seus filhos. De acordo com os registros de batismo da cidade de Campinas, em relação à escravaria em questão, entre 1850 e a Promulgação da Lei do Ventre Livre, foram batizadas 96 meninas, 87 meninos, além de outras 13 crianças sem o sexo registrado. No período entre 1872 e 1879, mais 35 meninas e 34 meninos receberam os santos óleos. Portanto foram 265²¹⁸ crianças as quais poderiam garantir a manutenção da mão de obra do casal Sousa Aranha.

QUADRO 10: DISTRIBUIÇÃO DE BATISMOS DE ESCRAVOS E INGÊNUOS, POR SEXO E POR DÉCADA, 1850-1879.

	1850-1871		1872-1879	
	Nº	%	Nº	%
Homem	87	44,4	34	49,3
Mulher	96	49	35	50,7
Desconhecido	13	6,6	0	0
Total	196	100	69	100

Fontes: Livros de registros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Santa Cruz, 1850-1880. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

²¹⁸ Em importante análise sobre a comunidade escrava do Casal Sousa Aranha, Cristiany Rocha identificou, que Francisco Egidio (pai), Dona Maria Luzia e Francisco Egidio (filho) registraram 84 escravos, entre os anos de 1820-1873. Na presente análise, encontramos o registro de batismo de 265 escravos de Francisco Egidio e de Maria Luzia, no período de 1850-1879. Essa divergência ocorre, provavelmente, porque ao longo dos anos, Dona Maria Luzia recebe os títulos de Baronesa e de Viscondessa de Campinas os quais passaram a ser usados na documentação substituindo o nome de “Dona Maria Luzia”. Rocha, ao que parece, não percebeu que se tratava da mesma pessoa. Ver: ROCHA, Cristiany. *Gerações da Senzala: Famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno, século XIX*. Op.cit, p.105.

A porcentagem de meninos e meninas batizados entre 1850-1871 é bastante equilibrada, caso esses cativos chegassem à vida adulta poderia haver a formação de novos casais, o aumento da taxa de natalidade e, conseqüentemente, o crescimento da comunidade e da força de trabalho escrava. Ademais, os ingênuos que viviam sob a tutela dos seus senhores, no longo prazo, também se tornariam mão de obra na lavoura. E, de fato, constata-se que, durante a segunda metade do século XIX, a reprodução natural dos cativos foi o principal meio de crescimento e manutenção da força de trabalho nas propriedades do casal Sousa Aranha.

Contudo, em determinados momentos, o nascimento de cativos não foi suficiente para suprir a demanda de trabalho nos engenhos e cafezais do casal Sousa Aranha. Os senhores, então, precisaram recorrer ao comércio interno de cativos para suprir suas necessidades produtivas. Entre 1853-1859, Francisco Egidio adquiriu 17 forasteiros, enquanto entre 1861-1878, Dona Maria Luzia adquiriu 22 forasteiros, de acordo com o quadro 10:

QUADRO 11: COMPRAS DO CASAL SOUSA ARANHA NO COMÉRCIO INTERNO DE ESCRAVOS.

	Francisco Egidio 1850-1860		Maria Luzia 1861-1878	
	Nº	%	Nº	%
Homem	7	41,2	16	72,7
Mulher	10	58,8	6	27,3
Total	17	100	22	100

Fonte: Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

Pouco antes de morrer, Francisco Egidio apostou na compra de mulheres, talvez porque, no final de sua vida, a grande diferença entre homens e mulheres em suas propriedades tenha se tornado uma preocupação. Possivelmente o senhor tenha evidenciado a importância de ter mulheres capazes de gerar novos cativos para garantir a manutenção da escravidão, pois o tráfico atlântico não cumpria mais esse papel. Tal hipótese pode ganhar força a partir de uma recomendação deixada em seu testamento,²¹⁹ no qual Francisco Egidio enfatizou: “não serão contemplados na liberdade as escravas crioulas.”²²⁰ É plausível que o senhor não quisesse libertar suas escravas justamente com o intuito de garantir que os filhos gerados por elas repusessem a mão de obra perdida por morte e por alforria.

A despeito disso, quando assumiu os negócios da família em 1860, a senhora Maria Luzia retomou a lógica senhorial e voltou a comprar mais homens do que mulheres. Provavelmente, essa escolha tinha o objetivo de repor a força de trabalho perdida na divisão da partilha²²¹. Sendo assim, comprou 16 homens e apenas 6 mulheres, sendo eles destinados ao trabalho na lavoura contribuindo para o crescimento da fortuna da senhora.

A propósito, com a morte de Francisco Egidio, Dona Maria Luzia ficou com metade do patrimônio do casal,²²² herdando 526.067\$105 réis. Viúva aos 63 anos, ela foi uma das tantas mulheres que, após a morte de seu marido, não contraiu segundas núpcias, seja porventura de sua idade avançada, seja por se sentir capaz de administrar a fortuna sem

²¹⁹Nesse testamento o senhor Egídio alforriou os seguintes escravos: Firmino, casado, Feitor bom, 2:500\$00 réis; Benedito, casado, sapateiro, 2:500\$000 réis; Generoso, casado, ferreiro bom, 3:000\$000 réis; Antonio Tunico, solteiro, feitor, 2:200\$000 réis; Jorge casado, bom pedreiro, reumático, 1:800\$000 réis. E ainda deixou recomendações verbais para serem alforriados os escravos: Manoel, conhecido como Manoelzinho, 400\$000 réis; Luis, casado, meio carpinteiro, 50 anos, 1:600\$000 réis; Fabiana, mulher de Luis, 45 anos, 1:200\$000 réis; Antonio crioulo, casado, 40 anos, 1:200\$000 réis; Bento velho, 70 anos, 400\$000 réis.

²²⁰Testamento de Francisco Egidio de Sousa Aranha, 1861/C-1/541 – 9942, TJC, CMU/UNICAMP.

²²¹ Foram distribuídos entre os herdeiros, 127 escravos. Embora nem todos os 11 filhos do falecido senhor receberam escravos como parte da herança.

²²²A outra metade foi dividida entre os onze filhos, somando o montante de 48.587\$000 réis para cada um.

precisar da figura masculina. Qualquer que tenha sido o motivo, o fato é que, durante dezenove anos, a viúva administrou a metade dos bens lhe cabidos com a partilha e parece ter sido muito bem sucedida. Em agosto de 1879, quando ela faleceu, seu patrimônio estava avaliado em cerca de 900:000\$000 réis, distribuídos em 226 escravos, quatro fazendas e suas respectivas benfeitorias, um palacete e outras casas na cidade, ações das Companhias Mogiana e Paulista de estradas de ferros, animais, joias e outros tantos bens.²²³

Para o casal Sousa Aranha, o comércio interno não teve grande impacto na construção e manutenção da mão de obra escrava, ao passo que os senhores formaram sua escravaria através do comércio atlântico e a mantiveram, majoritariamente, a partir da reprodução natural de seus escravos. O mesmo, entretanto, não é possível dizer de seus filhos. Se por um lado os herdeiros dos Sousa Aranha seguiram os passos dos pais e mantiveram a tradição de produção agrícola, baseada em mão de obra escrava, por outro, para eles, o comércio interno foi sim essencial, uma vez que assegurou a aquisição da força de trabalho cativa e o desenvolvimento econômico dos jovens senhores.

2.2 - Negócios de família: Senhores Sousa Aranha no Comércio interno de escravos.

Traçaremos, a partir de agora, um esboço do comércio interno na cidade de Campinas, com o qual daremos mais contornos às interrelações dessa atividade e às estratégias adotadas pela família Sousa Aranha, sobretudo dos filhos de Francisco e Maria Luzia, na compra de forasteiros.

Os cultivos de açúcar e, principalmente, de café, ambos sustentados pela mão de obra escrava, tornaram-se o grande negócio da família Sousa Aranha. Ao alcançarem a vida

²²³Ademais a senhora conseguiu grande reconhecimento social, sendo nomeada Baronesa de Campinas em 1875 e apenas três meses antes de sua morte, recebeu o título de Viscondessa de Campinas, em 1879. Inventário *post-mortem* de Dona Maria Luzia de Sousa Aranha, Processo 7359, 3º ofício, TJC, CMU/UNICAMP.

adulta, os filhos de Francisco e Maria Luzia seguiram os mesmos passos de seus pais: adquiriram um pedaço de terra, investiram na compra de cativos e almejaram a fortuna. Porém, apesar das expectativas de enriquecimento existentes entre os cafeicultores, as condições referentes à produção e à comercialização de café eram bastante complexas.

Se por um lado a expansão do comércio de café vivida na segunda metade do século XIX permitia o enriquecimento daqueles que se aventuravam nessa atividade, por outro, havia um grande risco de falência e empobrecimento, uma vez que os produtores poderiam não deter recursos suficientes para se resguardar de safras ruins ou para resistir a uma queda no preço de seus produtos. Ademais, o risco referente à aquisição de força de trabalho cativa era outro fator problemático para os que iniciavam sua produção, à medida que a compra de um escravo era acompanhada da insegurança face à possibilidade de fuga ou de morte precoce deste. Como argumenta Robert Slenes “(...) a pessoa que comprava seu primeiro escravo jogava roleta-russa, apostando que a morte não levaria embora todo seu investimento antes de este amortizar-se.”²²⁴

Apesar de todas as incertezas, os jovens senhores Sousa Aranha contaram com o apoio financeiro de seus pais e desenvolveram suas próprias lavouras.²²⁵ No entanto, eles não usufruíram da abundante fonte de mão de obra que era o continente africano. Por isso, recorreram ao comércio interno de escravos, por meio do qual adquiriram 723 forasteiros, entre 1850 e 1879.²²⁶ Entre o casal e os filhos, os maiores compradores de forasteiros foram

²²⁴SLENES, Robert. “Senhores e Subalternos”. *op.cit.* p.246.

²²⁵Ao longo da vida, o senhor Francisco Egidio (pai) doou alguns contos de réis e alguns escravos para ajudar seus filhos para iniciarem suas atividades agrícolas. As Doações foram registradas no inventário *post mortem* do finado senhor. Esse foi o caso de Francisco Egidio de Sousa Aranha filho, que havia recebido de seu pai a doação de 18:000\$000, provavelmente quantia que fora utilizada na compra do Sítio de São Pedro. Fonte: Inventário *Post mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha, 1º ofício, processo 01859, TJC, CMU/UNICAMP.

²²⁶Além de grandes compradores de escravos, a família Sousa Aranha também vendia escravos. Juntos Jose, Martim e Joaquim Egidio de Sousa Aranha venderam 39 escravos. Ainda, em mais 12 negociações os senhores

Dona Libânia e seu marido Joaquim Policarpo Aranha, que compraram 285 escravos, seguidos de Dona Teresa e seu marido Manoel Carlos Aranha,²²⁷ que compraram 145 escravos. Somadas essas duas compras representam 59,4% das aquisições referentes às gerações senhoriais em questão.

Sousa Aranha foram procuradores. Os registros de meia sisa revelam ainda, que a família realizava muitos negócios entre si. Como, por exemplo, em dezembro de 1865 Martim Egidio de Sousa Aranha vendeu para sua mãe o escravo Manoel do Nascimento, de 30 anos natural da Bahia e, em janeiro de 1867, foram mais 13 escravos, sendo 11 homens e 2 mulheres. Em 1873, Pedro Egidio vendeu 2 escravos, como procurador para o seu irmão Barão de Três Rios (Joaquim Egidio). E no ano seguinte Martim Egidio, como procurador, vendeu um escravo para seu irmão Pedro Egidio.

²²⁷Dona Libânia e Dona Teresa se casaram com seus primos Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha, respectivamente e desse modo, uniram e ampliaram as fortunas de suas famílias. A união entre parentes foi recorrente entre as famílias senhoriais durante o século XIX, pois representava uma eficaz maneira de preservar o patrimônio fundiário e o nome da família. Para um estudo aprofundado das estratégias de casamento na elite brasileira oitocentista, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Bauru: Edusc, 2005. ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a Formação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

QUADRO 12: ESCRAVOS COMPRADOS PELA FAMÍLIA SOUSA ARANHA, 1850-1879.

	Nº	%
Francisco Egidio de Sousa Aranha e Dona Luzia de Sousa Aranha	50	6,9
Francisco Egidio de Sousa Aranha (Filho)	33	4,6
José Egidio de Sousa Aranha	2	0,3
Pedro Egidio de Sousa Aranha	37	5,1
Antonio Egidio de Sousa Aranha	36	5
Martim Egidio de Sousa Aranha	47	6,5
Joaquim Egidio de Sousa Aranha	51	7,1
Libânia Egidio de Sousa Aranha (por seu marido Joaquim Policarpo Aranha)	285*	39,4
Ana Teresa Egidio de Sousa Aranha (por seu marido Manoel Carlos Aranha)	145	20
Petronilha Egidio de Sousa Aranha e seu marido Francisco Inácio Amaral Lapa	11	1,5
Maria Brandina Egidio de Sousa Aranha (por seu marido Alvaro Xavier)	26	3,6
Total**	723	100

* Entre os quais 192 foram comprados de uma única vez, juntamente com a aquisição de uma propriedade. Como os escravos permaneceram no mesmo local, não estamos os considerando forasteiros.

**Não localizamos registros de compra da filha Gertrudes de Sousa Aranha ou do seu Marido Francisco Emílio do Amaral Pompeu.

Fonte: Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

Aproximadamente 58% dos cativos adquiridos pelos Sousa Aranha foram comprados entre os anos de 1872-1879, intervalo correspondente ao auge do comércio interprovincial de escravos, quando milhares de homens e mulheres foram vendidos do norte do país para as regiões cafeeiras. Vejamos, então, algumas peculiaridades concernentes ao advento do comércio interno às regiões cafeeiras.

Para Erivaldo Neves o grande crescimento do comércio interno nesse período foi uma reação ligada à crise nordestina e à grande seca de 1877-1879,²²⁸ em que houve uma grande valorização do café na região sudeste e, como resultado, o preço dos escravos sofreu grande aumento; em contrapartida, na região nordeste com a desvalorização do açúcar e do algodão o preço da mercadoria humana caiu.²²⁹

O conseqüente declínio da economia do norte e nordeste do Brasil levou muitos senhores de escravos a sérias dificuldades financeiras e até mesmo, em alguns casos, à falência. Desta forma, a venda dos escravos servia para cobrir parte de suas dívidas acumuladas. Outro fator que impulsionou a transferência de escravos do norte para o sul foi a dificuldade de os senhores nortistas competirem com o poder de compra dos fazendeiros das regiões cafeeiras. Por isso, é possível afirmar que “o novo tráfico interno foi o resultado natural da maior capacidade dos plantadores de café para pagar, em concorrência com outros brasileiros, por uma ‘mercadoria escassa’”.²³⁰

²²⁸ Conclusão obtida a partir da análise do movimento de transferência de mão de obra cativa da policultura da cidade baiana Caetité, para a monocultura do café na fronteira agrícola do oeste paulista, na década de 1870. NEVES, Erivaldo, “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto do sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”. *Revista Afro-Ásia*, n. 24, pp. 97-128, 2000 p. 103. <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n24_p97.pdf> Acessado 08/03/2011.

²²⁹ Em análise realizada no fim da década de 1970, Robert Slenes observou esse fenômeno, ao constatar que os preços dos cativos em cada região brasileira estavam diretamente relacionados ao preço do principal produto de exportação. Desse modo, diante da valorização do café na região sudeste, o preço dos escravos sofreu grande aumento; em contrapartida, na região nordeste com a desvalorização do açúcar e do algodão o preço da mercadoria humana caiu, o que provocou a transferência de cativos do norte para o sudeste do país. Robert. *The Demography and Economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado em História. Stanford: Stanford University, 1976. Recentemente, Slenes retomou seu argumento em seu artigo denominado “The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. Ver SLENES, Robert. “The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market”. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370. Segundo José Flávio Motta, o sexo, a idade e a qualificação do escravo eram variáveis importantes na determinação de seu preço. Portanto, os homens jovens e capazes para o trabalho, que tinham grande demanda no mercado interno, possuíam os preços mais altos. MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além, o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. Tese de Livre Docência em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

²³⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p 72.

Faz-se necessário ressaltar que esses escravos traficados do norte do país não eram, em geral, originários de *plantations* açucareiras. Pelo contrário, eram, em sua maioria, procedentes das pequenas propriedades, especialmente de áreas não açucareiras e de centros urbanos.²³¹ Por isso a transferência de mão de obra escrava teria ocorrido de pequenos para grandes proprietários de cativos. Para esses pequenos proprietários de escravos, a reposição da força de trabalho – necessária devido à mortalidade e à alforria entre os seus escravos - tornara-se muito onerosa, fazendo com que a venda representasse a melhor opção à manutenção do trabalho servil.²³²

Nesse mercado interno, a maioria dos forasteiros negociados era composta por homens jovens, pois esse era o perfil exigido pelos senhores, assim como já ocorria no tráfico atlântico. Conforme evidenciou Robert Conrad:

Como no tráfico escravista africano, os homens transferidos dentro do Brasil depois de 1850 provavelmente superavam em número as mulheres na proporção de pelo menos 2 para 1. (...) Era claro, também, que os escravos jovens, inclusive crianças que mal tinham idade para deixar suas mães, ainda tinham grande demanda. (...) Essa tendência para transferir os escravos potencialmente mais produtivos resultou, naturalmente, em um predomínio relativo de homens jovens na força de trabalho das províncias importadoras, e em um processo de envelhecimento e feminilização entre as populações escravas sobreviventes nas regiões exportadoras.²³³

A predominância de homens no comércio interno também foi constatada por Rafael da Cunha Scheffer, em recente pesquisa sobre o comércio interno de escravos na cidade de Campinas entre os anos de 1865-1880. O autor observou que:

²³¹ SLENES, Robert, *The Demography and Economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, *op.cit.*

²³² SLENES, Robert, *The Demography and Economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, *op.cit.*

²³³ CONRAD, R. E. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 192-193.

Os homens representaram 75% dos adquiridos na região durante os anos em que temos informações. A maior diferença entre homens e mulheres foi observada entre 16 e 20 anos, grupo que engloba os maiores números de ambos os sexos (1357 homens e 363 mulheres). Ou seja, exatamente na idade mais procurada, de jovens com grande capacidade produtiva, a preferência por trabalhadores masculinos torna-se mais escancarada.²³⁴

Ainda, segundo Katia Mattos, o número de mulheres negociadas no mercado interno era menor porque os senhores preferiam pagar altos preços por forasteiros “em pleno vigor físico”, ao invés de gastarem seus contos de réis nas mulheres, que eram consideradas menos produtivas, fisicamente mais frágeis e, ainda, “envelheciam mais depressa”.²³⁵ Ademais, com a promulgação da lei do Ventre Livre, os senhores não achavam vantajoso adquirir mão de obra feminina que, além de ser considerada menos útil, não garantiria mais o crescimento natural da escravaria.

A família Sousa Aranha seguia a lógica do mercado interno e também comprou mais homens do que mulheres. No período entre 1865-1880,²³⁶ foram adquiridos 549 escravos, dos quais 456, ou seja, 84,3% eram homens. Como exceção do casal Sousa Aranha e seus filhos Jose e Petronilha, mais de 84% dos escravos comprados pelos demais membros da família eram do sexo masculino, como é possível constatar no quadro abaixo:

²³⁴ SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Doutorado em História, Campinas: Unicamp, 2012.

²³⁵MATOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990. p. 84-86 *apud* PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: Tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima-BA (1860-1920)*. São Paulo, Annablume, 2009, p.42.

²³⁶A partir do ano de 1865 os registros de meia siza apresentam mais informações sobre o escravo e sobre a negociação, por isso para uma análise mais detalhada, utilizaremos, a partir de agora, o intervalo entre os anos de 1865-1880.

**QUADRO 13: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DE ESCRAVOS COMPRADOS
PELA FAMÍLIA SOUSA ARANHA, 1865-1880.**

	Homem	%	Mulher	%	Total	%
Francisco Egidio de Sousa Aranha e Dona Maria Luzia de Sousa Aranha	16	72,3	6	27,7	22	100
Francisco Egidio de Sousa Aranha (filho)	32	91,4	5	8,6	37	100
Jose Egidio de Sousa Aranha	0	0	1	100	1	100
Pedro Egidio de Sousa Aranha	31	86	5	14	36	100
Antonio Egidio de Sousa Aranha	29	86	4	14	35	100
Martim Egidio de Sousa Aranha	21	86	2	14	23	100
Joaquim Egidio de Sousa Aranha	9	81,8	2	18,2	11	100
Libânia de Sousa Aranha (por seu marido Joaquim Policarpo Aranha)	192	84,2	36	15,8	228	100
Ana Teresa de Sousa Aranha (por seu marido Manoel Carlos Aranha)	123	84,8	22	15,2	145	100
Petronilha Egidio de Sousa Aranha e seu marido Francisco Inácio Amaral Lapa	7	63,6	4	36,4	11	100

Fonte: Registros de Meia Sisa de 1850-1880, Livros 20 - 57. Fundo: Coletoria de Rendas de Campinas. CMU/UNICAMP

Além da preferência por escravos homens, os senhores privilegiavam a compra de forasteiros jovens, os quais ainda viveriam por muitos anos e garantiriam o retorno do investimento. Esse comportamento foi comum entre os senhores, nas diferentes partes do Império brasileiro, em Campinas, por exemplo, na década de 1860 e 1870, 85% das vendas se concentravam na faixa etária de 10-39 anos.²³⁷ Assim também acontecia na província da Bahia. Em Rio das Contas, por exemplo, a maior concentração de forasteiros negociados,

²³⁷SLENES, Robert. “Grandeza ou decadência”. *Op. Cit.* Ademais, em recente análise realizada por Scheffer observou que, entre os anos de 1865-1880, 57,7% dos escravos negociados pertencia a faixa etária de 15 a 29 anos, ver SCHEFFER, Rafael. *Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa. op. Cit.*

entre 1860-1888, estava na faixa etária entre 10 e 34 anos, sendo 39,8% adultos e 32,7% adultas, como identificou Maria de Fátima Novaes Pires.²³⁸

Essa lógica era ainda mais evidente na compra dos senhores Sousa Aranha, uma vez que iniciavam suas atividades agrícolas e dependiam dos jovens forasteiros para ascender economicamente. De acordo com o quadro 13, a idade média dos homens adquiridos pela família Sousa Aranha era de 22 anos e entre as mulheres era de 26 anos.

²³⁸ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Op. cit.* p.40. Ainda na província Bahia, Erivaldo Neves observou que a maior parte os forasteiros comercializados em Caetité se concentrava na faixa etária dos 21 aos 30 anos. Ver NEVES. Erivaldo, *op. Cit.*

QUADRO 14: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E IDADE DOS ESCRAVOS COMPRADOS PELA FAMÍLIA SOUSA ARANHA, 1865-1880.

	Nº Homem Adulto	Idade Média	Nº Mulher Adulta	Idade Média	Nº Menino	Idade Média	Nº Menina	Idade Média	Nº n/id*.
Francisco Egidio de Sousa Aranha e Dona Maria Luzia de Sousa Aranha	16	24	6	28	0	-	0	-	0
Francisco Egidio de Sousa Aranha (Filho)	25	20	3	40	7	13	2	-	0
Jose Egidio de Sousa Aranha	0	0	1	26	0	-	0	-	0
Pedro Egidio de Sousa Aranha	31	22	3	26	1	13	0	-	1
Antonio Egidio de Sousa Aranha	22	19	3	20	6	13	0	-	4
Martim Egidio de Sousa Aranha	18	21	2	27	3	13	0	-	0
Joaquim Egidio de Sousa Aranha	7	26	1	25	2	7	1	7	0
Libânia de Sousa Aranha	153	23	19	25	39	12	17	8	0
Ana Teresa de Sousa Aranha	101	22	17	21	22	12	5	8	0
Petronilha Egidio de Sousa Aranha	6	26	4	26	1	12	0	0	0
Total	379	22	59	26	81	12	25	8	5

* Forasteiros cuja idade não foi identificada.

Fonte: Registros de Meia Sisa de 1850-1880, Livros 20 - 57. Fundo: Coletoria de Rendas de Campinas. CMU/UNICAMP.

Ainda no quadro acima, chama a atenção o grande número de crianças compradas pelos senhores. Somam, ao todo, 106 meninos e meninas menores de 15 anos adquiridos entre 1865-1880. Não é possível analisar individualmente a trajetória dessas crianças para descobrir se elas foram negociadas na companhia de suas mães ou de algum familiar, assim como exigiam as leis de 1869 e de 1871. Mas o cruzamento das fontes nos permite inferir que muitas delas foram vendidas sozinhas, principalmente os meninos, que eram altamente

valorizados no mercado interno de escravos.²³⁹ Considerando que grande parte dessas negociações ocorreu na década de 1870, é certo que muitos ingênuos tenham sido vendidos junto com suas mães, sendo tratados como mercadoria apesar de serem livres de nascimento. Esse tratamento dado às crianças nascidas após a lei de 1871 foi tema de discussão da elite campineira, em artigo publicado No *Diário de Campinas* de 23 de julho de 1881, de nominado *O ingênuo*, argumentava-se que:

Apesar de reconhecer que a tutela do ingênuo pelo senhor da mãe foi uma necessidade para a aprovação da lei, apontava que na ocasião isso seria um problema, visto que o ingênuo, um “meio escravo”, seria criado na ignorância e violência. Quando livres, se tornariam inúteis para a civilização. Defende a necessidade da intervenção do Estado, da criação de instituições para a educação dos ingênuos, que assim se tornariam cidadãos responsáveis e produtivos.²⁴⁰

Apesar de jovens e crianças nascidas no Brasil terem sido o principal alvo dos negociantes, os africanos - que ainda tinham frescas as memórias do tráfico atlântico - também foram comercializados. Na cidade de Campinas, por exemplo, eles corresponderam a 6,8% de todos os escravos comercializados no período entre 1865-1880.²⁴¹ Entre os forasteiros adquiridos pelos membros da família Sousa Aranha, na segunda metade do XIX,

²³⁹ Para burlar a lei e concretizar a negociação desses forasteiros, os negociantes utilizavam vários subterfúgios como, por exemplo, alegavam que a criança era órfã ou alteravam a idade do cativos, registrando-os com mais anos do que eles realmente tinham. Por isso, a presença de crianças no comércio interno foi muito comum. Centenas delas, acompanhadas ou não por seus familiares, passaram pela experiência do desenraizamento e precisaram criar estratégias para resistir às agruras do comércio interno, como observou Maria de Fátima Pires. “Difícilmente a violência do tráfico pôde ser enfrentada por crianças como Manoel, Maria, Sebastiana e tantas outras que repentinamente, se viam distintas de suas famílias e de outras pessoas de se convívio, que as ensinaram, desde o nascimento, a mitigar dificuldades de suas vidas. Nas províncias distantes, crianças escravas transferidas pelo tráfico interno tiveram que reelaborar mecanismos que lhes garantissem a sobrevivência, sobretudo através de novas redes de vizinhança e parentescos informais”. PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Op.cit*, p.46.

²⁴⁰ SCHEFFER, Rafael. *Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa. op. Cit. Diário de Campinas 23/7/1881. AEL. MR 152.*

²⁴¹ SCHEFFER, Rafael. *Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa. op. Cit. p. 58.*

os africanos correspondiam a 1,4% dos escravos. Esses números são observáveis no quadro abaixo:

QUADRO 15: NACIONALIDADE DOS ESCRAVOS COMPRADOS PELA FAMÍLIA SOUSA ARANHA, 1865-1880.

	Nº	%
Africano	7	1,3
Crioulo	517	94,2
Desconhecido	25	4,5
Total	549	100

Fonte: Registros de Meia Sisa de 1850-1880, Livros 20 - 57. Fundo: Coletoria de Rendas de Campinas. CMU/UNICAMP

Contudo, é necessário cautela ao analisar a quantidade de africano negociada em Campinas e adquirida pela família Sousa Aranha, pois os números parecem bastante reduzidos em relação à grande quantidade de africanos que adentraram o país até o fim definitivo do tráfico atlântico. Muitos desses cativos foram negociados como crioulos, visto que, com a proibição do tráfico atlântico em 1831, milhares deles foram importados ilegalmente para o Império e tiveram o registro de naturalidade alterado, a fim de evitar possíveis complicações para os comerciantes e para os senhores que os adquiriam.

Com o tempo e o conseqüente envelhecimento dos africanos, o número de crioulos cresceu e se tornou predominante no mercado interno. Os cativos nascidos no Brasil passaram então a ser tratados como “novos africanos”. Antes de 1850 os crioulos eram a minoria entre os escravos, especialmente no centro sul do país e, em muitos casos, eles conseguiram estabelecer laços verticais com seus senhores e adquiriram alguns privilégios,

tais como o acesso a ofícios especializados e às alforrias.²⁴² Mas com o crescimento do comércio interno, esse cenário se transformou e os escravos brasileiros foram levados para novas propriedades, onde se encontravam em menor número e com possibilidades reduzidas de conseguirem melhores condições de vida.

Esses escravos passaram, então, a também viver sob a incessante ameaça de terem suas famílias desmembradas e suas vidas devastadas pelo comércio interno. Esse fato fez surgir, entre os crioulos, diversas estratégias no intuito de melhor assegurar que não fossem comercializados. Entre essas estratégias, a negociação com seus senhores, o uso da legislação que proibia a separação das famílias e a fuga eram alternativas. Hilário Sobrinho, em estudo sobre as negociações na província do Ceará, investigou casos de escravos que, diante da desconfiança de suas vendas, acionavam a justiça, embasados na Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, que no artigo 6º, inciso 11, proibia a separação de famílias escravas. Para o autor “o conhecimento da Lei, pela escrava [Anna] e por outros escravos, é o resultado da eficácia da rede de informações pelos escravos e pelos não escravos.²⁴³ Ou seja, os escravos criavam redes de companheirismo e de trocas de informações para prevenir que fossem vendidos.

Como argumenta o autor:

O sentimento de solidariedade proporcionou a criação de um conjunto de ações que visavam a propagação das informações como meio de alertar o cativo, e não cativo, dos perigos e vantagens de determinados acontecimentos, nas cidades, ou nas fazendas, de temas relativos ao tráfico para o Rio de Janeiro, que circulavam nas festas dos negros, a exemplo dos festejos de Reis de Congo e Cirandas.²⁴⁴

²⁴²SLENES, Robert. “The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market.” *op.cit.*

²⁴³SOBRINHO, Hilário. *Op. Cit.*, p. 208.

²⁴⁴SOBRINHO, Hilário. *Op. Cit.*, p. 208.

Os crioulos levados para a cidade de Campinas chegaram de perto e de longe, através do comércio local, intra e interprovincial. Num primeiro momento, não havia grande diferença no preço dos cativos entre as localidades. No entanto, as grandes dimensões das províncias e a distância entre uma província e outra encareciam o comércio interprovincial, contribuindo para que as negociações se concentrassem principalmente nas transferências locais e intraprovinciais.²⁴⁵ Por isso, entre 1850 e 1860 a maior parte dos forasteiros negociados em Campinas era procedente da província de São Paulo. E foi justamente desse mercado local que os senhores Sousa Aranha abasteceram suas senzalas ao iniciarem seus negócios. Entre os anos de 1865 e 1880, eles adquiriram 127 forasteiros naturais da província de São Paulo.

Contudo, com a queda dos preços dos cativos no norte do país e com o auge da economia cafeeira na década de 1870, o comércio interprovincial ganhou força e se tornou predominante. Na cidade de Campinas, Rafael da Cunha Scheffer estima que pelo menos 66,2%²⁴⁶ dos forasteiros negociados não eram natural da província de São Paulo. Segundo o autor entre os anos de 1865-1880, foram 396 (ou 7%) da província do Rio de Janeiro; 525 (ou 10%) de escravos do Rio Grande do Sul; 927 ou 17% da Bahia, 545 ou 10% do Maranhão; 343 ou 6% do Pernambuco e 230 ou 4% do Ceará.²⁴⁷ Observamos (quadro 15) que 58% dos forasteiros dos Sousa Aranha foram comprados no auge do comércio interprovincial e que havia grande diversidade de origem entre tais forasteiros. Ademais, nota-se que

²⁴⁵SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História, Stanford: Sanford University, 1976.

²⁴⁶SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Doutorado em História, Unicamp, Campinas, 2012.

²⁴⁷Apesar dessa indicação de naturalidade ser questionável, especialmente pelo pequeno número de africanos que ela apresenta, ela traz um indício importante da presença de cativos de outras regiões do país, especialmente porque não havia, aparentemente, uma finalidade prática em mentir ou ocultar a origem desses escravos nascidos em território nacional (ao contrário do que poderia ocorrer para os africanos).

aproximadamente 40% dos forasteiros comprados pelos Sousa Aranha eram procedentes do Norte do país.²⁴⁸

QUADRO 16: NATURALIDADE DOS ESCRAVOS COMPRADOS PELA FAMÍLIA SOUSA ARANHA, 1865-1880.

São Paulo	127	23,1
Bahia	77	14,0
Rio de Janeiro	65	11,8
Maranhão	64	11,6
Rio Grande do Sul	30	5,5
Ceará	19	3,5
Pernambuco	15	2,8
Santa Catarina	14	2,5
Paraná	12	2,2
Piauí	10	1,8
Minas Gerais	10	1,8
Paraíba	9	1,7
Sergipe	7	1,3
Alagoas	6	1,1
Rio Grande do Norte	4	0,7
Pará	4	0,7
Goiás	2	0,4
Amapá	1	0,2
Desconhecido	73	13,3
Total	549	100

Fonte: Registros de Meia Sisa de 1850-1880, Livros 20 - 57. Fundo: Coletoria de Rendas de Campinas. CMU/UNICAMP

²⁴⁸Ver: SLENES, Robert, *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*, op.cit.

Os forasteiros baianos tiveram grande destaque nessas negociações, à medida que representaram 14,2%²⁴⁹ dos escravos adquiridos pelos Sousa Aranha. Segundo cálculos de B. Barickman, entre 1850-1885 a Bahia teria exportado 25 mil escravos, de modo que “o tráfico interprovincial transformou a Bahia em exportador líquido de escravos.”²⁵⁰ Esses forasteiros saíam principalmente de pequenas cidades e vilas, como, por exemplo, Caetité e Rio das Contas. De acordo Maria de Fátima Pires, em Rio das Contas, no período entre 1860-1888, saíram 385 escravos e em Caetité, no período de 1874-1884, foram 500 escravos negociados.²⁵¹

Ademais, houve uma grande transferência de escravos oriundos dos centros urbanos do norte do país para as regiões cafeeiras. Esses cativos não estavam acostumados com o árduo trabalho das *plantations*, nas quais o ritmo de produção, de fiscalização e de disciplina era intenso. Pelo contrário, podiam estar acostumados à maior autonomia, a um ambiente particular e mais propício a momentos de “liberdade”.²⁵²

A transferência de cativos do norte do Império para as lavouras cafeeiras de São Paulo e do Rio de Janeiro provocou um grande crescimento da população cativa nessas províncias e, concomitantemente, foi responsável por uma série de transformações. Especificamente, a

²⁴⁹Ver: BARICKMAN, B.J. “Até a véspera: O trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881).” *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n.21-22, p. 177-238, 1998-1999; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Op. Cit.*

²⁵⁰ BARICKMAN, B.J. “Até a véspera: O trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881).” *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n.21-22, p. 177-238, 1998-1999 *apud* PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Op. Cit.*, p.34.

²⁵¹ De acordo com Hebe Mattos, o preço dos cativos no oeste paulista era mais que o dobro do pago no interior da Bahia.

²⁵² Leila Algranti, em seu estudo sobre a escravidão urbana nas primeiras décadas do século XIX, afirma que os cativos residentes nas cidades viviam: longe do controle do senhor, criavam um ambiente próprio e desfrutavam de momentos de liberdade. Nesses momentos, no entanto, tudo lhes fazia lembrar sua condição servil, pois um forte esquema policial encarregava-se de seguir-lhes os passos. ALGRANTI, Leila, *O feitor Ausente, estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988, p 50

criminalidade escrava foi um dos elementos conturbados no período pós 1850, crescendo expressivamente daí em diante.

Segundo Maria Helena Machado²⁵³ o aumento da criminalidade após 1850 pode ser entendido como consequência do fim do tráfico atlântico, dado que este provocou a escassez de mão de obra escrava e obrigou os senhores a recorrer ao comércio interno, comprando forasteiros de pequenos proprietários, principalmente do nordeste e norte do Brasil. Mas, para a autora, a grande participação dos forasteiros em crimes contra senhores, feitores e pessoas livres, não estava diretamente ligado ao fato de eles terem sido submetidos ao comércio interno. Isso sim, para Machado, “(...) se é verdade que a maior parte dos escravos homicidas era proveniente de outras províncias – fato este que se reflete, aliás, a realidade demográfica local, eles já se encontravam, no momento do crime bastante enraizados na região de Campinas.”²⁵⁴ Esses crimes, aventa a autora, estavam ligados à rigidez com que muitos senhores tratavam seus cativos e com os descontentamentos gerados pelas condições de vida a que eram submetidos, até porque quando cometiam os crimes residiam há alguns anos em Campinas e, conseqüentemente, já estavam enraizados.

Em discordância a essa análise, Cristiany Rocha argumenta que considerar apenas o tempo que o forasteiro residia em Campinas não é suficiente para avaliar se ele estava enraizado, é preciso, antes, observar o processo de integração desses escravos no novo cativeiro. Para Rocha a experiência do desenraizamento teria contribuído, significativamente, para que aqueles indivíduos cometessem, sim, crimes contra seus senhores, feitores, pessoas livres e até mesmo contra seus companheiros.²⁵⁵

²⁵³ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁵⁴ *Idem*, p. 51.

²⁵⁵ ROCHA, Cristiany. *Op. Cit.* 2004, pp.248-251.

Acreditamos que o desenraizamento deve ser visto como um agravante do cotidiano cativo, como um elemento que poderia acabar com o tenso equilíbrio existente na relação entre senhores e escravos. Os cativos comercializados chegavam a seu novo cativeiro revoltados pela perda de seus familiares e amigos tendo que, a partir de então, se adaptar a novas regras e a um novo cotidiano. Um exemplo da necessidade de readaptação dos escravos internamente negociados reside nos chamados “direitos costumeiros”.²⁵⁶ Esses direitos (como os de comprar sua alforria através do pecúlio, cultivar suas próprias roças, etc.) eram obtidos pelos escravos ao longo de suas vidas, sendo utilizados para fazer frente à superexploração do senhor que, por sua vez, tinha o dever de garantir condições mínimas de sobrevivência a seus cativos, bem como de respeitar os haveres por esses adquiridos. Ademais, os direitos costumeiros influíam para forjar uma concepção própria do mundo vivenciado pelo escravo, criando nele uma série de expectativas sobre o que era justo/esperado em troca de seu trabalho.

Ocorre que o comércio interno era, para o escravo, uma possibilidade de rompimento das suas condições habituais e de suas perspectivas de vida.²⁵⁷ Como afirma Silvia Lara “trocar de senhor significava muitas coisas: com sua venda, podiam ser alteradas as condições de vida e de trabalho, desfaziam-se laços familiares, amizades e diversas alianças, rompiam-se acordos e conquistas.”²⁵⁸

²⁵⁶ Para maior estudo sobre os direitos costumeiros adquiridos pelos escravos consultar a obra CUNHA, Manuela, *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

²⁵⁷ Ressaltamos que há ainda muito espaço para investigação sobre as possíveis relações entre o processo de desenraizamento e o aumento da criminalidade escrava nas províncias cafeeiras. Porém, para que esse debate avance, é essencial o estudo das experiências desses forasteiros, observando o tempo de residência no novo cativeiro concomitantemente com o processo de adaptação desses indivíduos no novo cativeiro.

²⁵⁸ LARA, Silvia H. “Trabalhadores escravos”. In *Trabalhadores* N.1 Campinas: Fundo de Assistência à cultura, 1989, p 9.

Tais crimes foram entendidos tanto pelos próprios senhores como pelo aparelho judiciário, como crimes limites, já que “atentavam frontalmente contra os princípios da sociedade escravista.”²⁵⁹ Os proprietários temiam o envenenamento, a agressão ou ataque de seus cativos, pois tinham a consciência de que a convivência diária com os mesmos os expunha a sérios riscos, já que representavam o elemento disciplinador e dominador.²⁶⁰

Simultaneamente ao crescimento da população e da criminalidade escrava nas grandes províncias cafeeiras, desenvolveu-se o que Célia Azevedo denominou de “medo branco”,²⁶¹ fenômeno em que a elite branca passou a viver sob constante medo dos forasteiros vindos do norte. De acordo com Sidney Chalhoub, a grande concentração de escravos do norte no Rio de Janeiro aumentou consideravelmente a preocupação com a disciplina, a vigilância e com o tratamento dos escravos, em vista das revoltas e crimes por eles cometidos.

Semelhantemente, na província paulista havia a ideia de que os negros vindos do norte do país eram mais violento, perigosos e representavam uma séria ameaça para população branca – percepção decorrente da repercussão do Levante dos Malês,²⁶² ocorrido no ano de 1835.²⁶³ O temor era tanto que, em 1871, o deputado paulista Lopez Chaves, propôs acabar com o imposto de 20 mil réis para os escravos que saíssem de São Paulo, e estabelecia uma

²⁵⁹MACHADO, Maria Helena, op. cit. p.54.

²⁶⁰ Também feitores, que funcionavam como agentes senhorias, na disciplina e na realização do trabalho dos cativos, viviam receosos com as possíveis reações violentas dos escravos.

²⁶¹AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*, São Paulo: Annablume, 2004.

²⁶² Segundo João José Reis, o impacto desse movimento foi imediato no resto do país, “levando as autoridades da corte e os diversos governos locais a adotarem medidas de segurança pública e a renovarem o debate em torno do tráfico e da própria escravidão”

²⁶³ O medo desses cativos motivou o deputado paulista Lopez Chaves, certo da “má índole” dos escravos do norte do país, a propor em fevereiro de 1871 uma lei extinguindo o imposto de 20 mil réis para os escravos que saíssem de São Paulo e estabelecendo uma taxa de matrícula de 100 mil réis por escravo que entrasse na província. Para o deputado o propósito da lei era reduzir “essa lepra que de todas as províncias do norte do Império vem para a nossa.” Ver AZEVEDO. *op. cit.* p 96.

taxa de matrícula de 100 mil réis por escravo que entrasse na província, com o intuito de reduzir “essa lepra que de todas as províncias do norte do Império que vem para a nossa.”²⁶⁴

2.3 Forasteiros no Sítio de São Pedro.

Alcançamos, finalmente, o destino final de dezenas de forasteiros negociados na cidade de Campinas: o Sítio de São Pedro, onde se desenvolveu uma comunidade escrava independente de laços familiares, sustentada em teias de amizade e nas experiências comuns vividas no comércio interno e na escravidão. Cientes das dinâmicas do mercado interno de escravos e das estratégias adotadas pelos senhores Sousa Aranha, inclusive por Francisco Egidio (filho), de agora em diante, adentraremos àquela propriedade com o intuito de conhecer as peculiaridades da experiência dos indivíduos que ali viveram.

No dia 09 de julho de 1860, o escravo Leonardo de 33 anos, solteiro, natural de Santos e morador da Fazenda do Campo, recebeu a notícia da morte de seu senhor Francisco Egídio de Sousa Aranha (pai). Tal acontecimento transformou a vida do cativo, pois ele foi herdado por Francisco Egidio de Sousa Aranha (filho) e foi o primeiro escravo levado para o Sítio de São Pedro, onde viveu a experiência de fundar uma nova comunidade sob as rédeas de um jovem e inexperiente senhor.

Parece que Leonardo e o seu novo senhor tinham idades próximas, pois, quando iniciou sua escravaria, o senhor Francisco Egidio (filho) tinha aproximadamente 37 anos.²⁶⁵ Apesar de não sabermos quando o forasteiro Leonardo chegou à Fazenda do Campo,²⁶⁶ é possível que ele e o seu senhor tenham convivido e estabelecido laços verticais, ao longo dos

²⁶⁴ AZEVEDO. Op. Cit. p 96.

²⁶⁵ Inventário *Post mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha, 1ºofício, processo 01859, TJC, CMU/UNICAMP.

²⁶⁶ É provável que Leonardo tenha chegado à Fazenda de Santa Maria antes de 1850.

anos. De qualquer modo, durante três anos, Leonardo foi o único escravo de Francisco Egidio e, provavelmente, tenha ajudado seu senhor a preparar o sítio para receber os novos cativos e iniciar a produção de café.²⁶⁷

Após três anos vivendo sem a companhia de outros escravos, em julho de 1863, Leonardo abriu os portões do sítio para receber o pequeno Mathias. O forasteiro tinha apenas 8 anos, era filho legítimo de Caetano e Antonio e fora arrematado da herança do finado Antonio Rois Barbosa, pelo valor de 1:800\$000 réis.²⁶⁸ Passados 12 anos, Mathias havia se tornado o feitor do Sítio do São Pedro. É curioso que Francisco Egidio não tenha dado esse ofício a Leonardo, quem o acompanhava há mais tempo e era o cativo mais antigo do sítio. Talvez, o senhor tenha aproveitado a pouca idade de Mathias e o preparado para exercer tal função, criando laços de cumplicidade com o menino e o “treinando” para ser leal a autoridade senhorial.

Dois anos depois de sua chegada, o menino Mathias passou a dividir a senzala com outro garoto. Era Adão, de 11 anos, natural do Rio de Janeiro e que fora comprado de Pedro Alexandre Coelho. O jovem forasteiro chegou ao sítio de São Pedro em dezembro de 1865 e logo foi levado para a casa grande, onde se tornou pajem, cresceu sob os olhos senhoriais e foi acusado de envenenar seu senhor.

Aconteceu no dia 23 de novembro de 1873, oito anos após a sua chegada. Adão foi acusado de envenenar o seu senhor. De acordo com Dr. Pedro Francisco de Oliveira Santos, que fizera o exame de corpo de delito em Francisco Egidio, diante dos sintomas apresentados pela vítima, “(...) suspeitou ele depoente que provavelmente tinha sido ministrada no copo

²⁶⁷ Além de trabalhar na produção de café, os escravos também trabalhavam no cultivo de feijão e de outros itens para consumo interno do sítio.

²⁶⁸ Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

de leite uma substância tóxica mineral, e que lhe parecia ser esta o sublimado corrosivo de solimão.”²⁶⁹ Exatamente o mesmo veneno que, dias antes, o escravo Adão, supostamente havia pedido a João Francisco de Assis que comprasse junto aos boticários, alegando que esses se recusavam a efetuar tal venda para um escravo. Tentando se explicar e se isentar de qualquer culpa, o referido João Francisco contou que:

(...) indo ele para sua casa encontrou o mulato Adão, escravo de Francisco Egidio, o qual pediu a ele depoente que comprasse uma oitava de solimão (veneno) que era para seu senhor mandar o Nogueira capar um cavalo, e que ele mesmo não ia fazer essa compra por que os boticários negavam-se a vender-lhe não obstante ter seu senhor lhe dado um bilhete, então ele depoente pedindo o bilhete abriu e leu a palavra solimão, porém não estava o bilhete assinado, a vista do que negou-se ele depoente, a dita compra e deixando o mulato na rua (...) e novamente pediu a ele depoente que lhe comprasse o solimão porque do contrário seria castigado por seu senhor, e tendo ele depoente pena do mulato aceitou o dinheiro e comprou na botica de Jorge Krug uma oitava do solimão, e entregou ao rapaz (...) ²⁷⁰

O processo não oferece muitas pistas do que realmente teria ocorrido. Apenas fica nítida a incerteza dos jurados em deliberar sobre a culpa ou inocência de Adão. Durante a investigação, considerou-se o fato de Adão ser pajem da casa grande e ter privilégios para ir à cidade, onde poderia ter comprado o veneno. Porém, ao fim do processo, não surgiram provas que responsabilizassem o escravo pelo suposto crime, de modo que os jurados absolveram o réu. Aparentemente, o senhor Francisco Egidio também acreditava na inocência de Adão, tanto que ele permaneceu servindo a família senhorial na casa grande.

²⁶⁹Autos crimes de Campinas, caixa 45, no de Ordem 4073, Processo no. 1041. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁷⁰Autos crimes de Campinas, caixa 45, no de Ordem 4073, Processo no. 1041. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Ademais, a acusação do crime também não levou à desvalorização do escravo, pois em 1875 ele foi avaliado em 2:200\$000 réis.

O ano seguinte à chegada de Adão proporcionou grandes transformações no sítio de São Pedro. Em fins de 1866 chegaram, em diferentes momentos, 16 novos forasteiros à propriedade. Oito deles foram adquiridos de Romão Teixeira Leonil, de única vez. Foram eles: Fernando, de 20 anos, natural do Rio de Janeiro; Cipriano, filho legítimo de Antonio e Feliciano, de 16 anos e natural de Bananal; Domingos, filho legítimo de Antonio e Luiza, de 16 anos, natural de São Paulo; Benedito, filho de Gertrudes, de 14 anos e natural de Itú; os irmãos Joaquim, de 14 anos; Cipriano, de 12 anos²⁷¹, filhos legítimos de Bernardo e Maria e naturais de Iguape; Augusto, filho legítimo de Bernardo e Justa, de 12 anos, natural do Rio de Janeiro;²⁷² Maria de 40 anos.²⁷³ Essa compra revela que o senhor Egidio estava investindo em crianças, com o provável intuito de “moldar” sua mão de obra de acordo com seus interesses, considerando que muitos senhores acreditavam que o escravo era uma pessoa sem personalidade moral e passivo à sua condição.²⁷⁴

Também no mês de setembro de 1866, outro jovem forasteiro chegou ao sítio: Joaquim, natural da província de Minas Gerais, que fora comprado de Diogo Antonio Dias Novaes.²⁷⁵ De acordo com o registro de meia sisa, o forasteiro tinha 16 anos no momento da compra. No entanto, 10 anos depois, no inventário de seu senhor, o escravo é descrito como Joaquim Novaes, de apenas 19 anos de idade, quando deveria ter 26 anos. É sabido que havia

²⁷¹No ano de 1875, o escravo Cipriano de Iguape é descrito como “Cipriano Policia”, talvez tenha ganhado esse apelido por ajudar seu senhor na fiscalização dos outros companheiros.

²⁷²Augusto viveu poucos anos no sítio, haja vista que não foi matriculado em 1872.

²⁷³Em 1875, Maria foi descrita como viúva, contudo não temos informações sobre o marido da escrava, mas inferimos que ela tenha sido comprada após a morte de seu marido.

²⁷⁴Patterson, Orlando. *Escravidão e morte social. Op. Cit.* Ver capítulo 1. Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880

²⁷⁵.

grande imprecisão ao registrar a idade dos escravos, no entanto, no contexto do comércio interno, essa imprecisão pode ter sido um instrumento para possibilitar a venda de escravos menores de 15 anos, sem a presença de algum familiar, principalmente após a Lei de 1869.

Ainda no mês de setembro, juntaram-se aos residentes do sítio de São Pedro seis forasteiros, todos comprados de José Carneiro Bastos. Eles eram: Luis, filho legítimo de Matheus e Benedita, de 22 anos e natural de Iguape; Roque, filho legítimo de João e Maria, de 22 anos e natural de Iguape; Francisco, de 18 anos e natural de Iguape; Bartholomeu, de 18 anos e natural de Iguape; Sebastião, de 14 anos e natural de São Sebastião; Mariano, de 24 anos e natural do Piauí.²⁷⁶ No registro de meia sisa, esses forasteiros foram descritos como naturais de Campinas. Todavia, essa informação diz respeito apenas à última localidade em que viveram. O cruzamento das fontes revela que eles já tinham vivido a experiência do comércio interno e, com exceção de Mariano, que fora submetido ao comércio interprovincial, todos tinham sido deslocados através do comércio intraprovincial e depois foram transferidos via comércio local.

No mês seguinte, chegou ao sítio de São Pedro o forasteiro Mathias de 37 anos, descrito como brasileiro e natural de Campinas e arrematado da herança de José Francisco de Paula²⁷⁷ Anos mais tarde, na avaliação de 1875, o escravo é descrito com 50 anos e como escravo de *Nação*. Ou seja, caso ele realmente fosse africano, é bastante provável que tenha sido importado para o Império após 1831, portanto, por meio do tráfico ilegal de escravos e, para evitar complicações, seus vendedores alteraram sua naturalidade nos registros de

²⁷⁶Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

²⁷⁷Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

venda.²⁷⁸ Tanto para Mathias (na hipótese de ser mesmo africano) quanto para tantos outros africanos, a experiência do comércio interno pode ter sido ainda mais dolorosa. Após anos vivendo em solo brasileiro, depois de enfrentar o processo de adaptação a um novo país, às imposições do sistema escravista, a um novo ritmo de trabalho, a outra língua e a tantas outras mudanças em sua vida, ele e muitos de seus conterrâneos foram mais uma vez subjugados à violência do comércio humano.

Assim também aconteceu com o africano Agostinho, de 45 anos, de nação, comprado da herança de José Francisco de Paula, que adentrou o Sítio de São Pedro em novembro de 1866. No mês seguinte à sua chegada, Agostinho reencontrou seus companheiros Joaquim, de 19 anos; Domingos, de 14 anos, filho de Antonio e Luiza, natural de São Paulo; e Antonio, de aproximadamente 45 anos, escravo de nação, que foram arrematados por Francisco Egidio.²⁷⁹ Para esses forasteiros, já residentes na cidade de Campinas, podia haver a expectativa de manter os laços familiares e de amizade com seus antigos companheiros, principalmente com seis deles, comprados pelos irmãos de seu novo senhor, Antonio e Pedro Egidio de Sousa Aranha.²⁸⁰ No entanto, essa poderia ser uma difícil tarefa, considerando que, aparentemente, toda ou grande parte da comunidade dos escravos Agostinho, Joaquim e Antonio havia sido desfeita, pois 76 dos seus companheiros foram vendidos para diferentes senhores.

²⁷⁸Desse modo, ressaltamos que os registros de naturalidades dos escravos negociados no mercado interno e, conseqüentemente, o número de africanos negociados no mercado interno em Campinas e adquiridos pelos senhores Sousa Aranha devem ser questionados, como discutimos anteriormente. (Ver quadro 15).

²⁷⁹Em 1875, Augusto estava com 50 anos, pernetá e incapaz de realizar serviços pesados.

²⁸⁰Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

Ao cabo de 1866, a grande maioria dos forasteiros tinha sido deslocada através do comércio intraprovincial e do comércio local.²⁸¹ A vivência do comércio interno para os escravos naturais de Campinas e de cidades próximas tinha a provável peculiaridade de sustentar viva a esperança da manutenção dos laços com seus amigos e familiares, bem como tendia a manter presente o desejo de retornar à antiga casa.

A senzala do Sítio de São Pedro era, nesses fins de 1866, composta por 22 homens jovens e por apenas uma mulher, revelando a estratégia de Francisco Egidio que, assim como seus pais e irmãos, privilegiava a compra de escravos capazes de garantir, pela produtividade, a sua ascensão econômica. Tal escolha do senhor teve como consequência a impossibilidade do estabelecimento de laços de parentescos, sendo o único laço familiar existente o dos irmãos Cipriano e Joaquim.

Mesmo assim, os forasteiros estabeleceram vínculos de amizade e solidariedade. Muitos deles pertenceram ao mesmo grupo no momento da venda e compartilharam, juntos, as experiências do desenraizamento e de adaptação a um novo cativeiro. Ademais, havia aqueles forasteiros procedentes de uma mesma cidade, como era o caso de Luis, Roque, Francisco e Bartholomeu, naturais de Iguape e que podiam buscar um no outro as lembranças do antigo lar e o consolo diante da violência impressa pelo comércio interno. Assim, aos poucos, foram se desenvolvendo os laços de uma nova comunidade escrava.

A partir de 1867, quando os preços dos escravos da região norte começaram a cair, diante da “decadência da produção algodoeira no Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Piauí após a guerra da Sessão norte-americana (e a consequente recuperação da produção

²⁸¹Mas é preciso lembrar que não necessariamente esses escravos eram naturais da província de São Paulo. Como vimos, os forasteiros poderiam ter sua naturalidade alterada nos registros de compra e venda, ou serem registrados de acordo com o último local em que residiram.

naquele país)²⁸², forasteiros de províncias mais longínquas passaram a compor a comunidade de São Pedro. Em janeiro daquele ano, chegaram Simeão, filho de Francisco e Thomazia, de 20 anos, natural de Macapá e Valerio, filho de Manoel e Felisberta, de 18 anos e natural da Bahia, ambos comprados de João Batista Pereira Camacho.²⁸³

Simeão se tornou amigo de Luis e Bartholomeu. Os três, provavelmente, dividiam a mesma senzala (no sítio, aparentemente, só havia uma moradia para os escravos)²⁸⁴ e trabalhavam lado a lado na lavoura do café. Pode se supor que, nos intervalos dessa atividade, os forasteiros se juntavam para pitar um cigarro de palha e prostrar sobre a saudade daqueles que tiveram de abandonar, sobre os descontentamentos do cativo e sobre as esperanças para o futuro. Talvez, tenha sido num desses momentos, tentando se desvencilharem dos olhos vigilantes do feitor Mathias, em que eles elaboraram um plano de fuga, colocado em ação no ano de 1873.

No dia 22 de novembro de 1873 - às vésperas daquele suposto envenenamento de Francisco Egidio - Simeão, Bartholomeu e Luiz acharam o momento oportuno para a fuga e pularam as cercas do sítio. Passados cinco dias, o senhor Francisco Egidio, que ainda se recuperava do susto, anunciou que fugira de sua propriedade os escravos:

Luiz, crioulo de Iguape, cor preta, meio fula, idade 34 anos, boa dentadura, barba rareada, fala baixo e macio; é muito humilde, tem um sinal de golpe de machado em uma das pernas, altura regular e bom corpo. Fugiu com calça e camisa de algodão de Itu, chapéu velho de pano; costuma andar com um saquinho de pano amarrado na cintura em que traz isqueiro, fumo, fuzil, etc.

²⁸²BARICKMAN, B.J. “Até a véspera: O trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881).” *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n.21-22, p. 177-238, 1998-1999 *apud* PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Op. Cit.*, p.36.

²⁸³Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

²⁸⁴Inventário *Post mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha, 1º ofício, processo 01859, TJC, CMU/UNICAMP.

Simeão, crioulo de Piauí, cor preta, sem barba, nariz chato e grosso, altura baixa, boa dentadura, cheio de corpo, pisa com a ponta dos pés para dentro. Também anda com um saquinho amarrado na cintura em que carrega fumo, etc.; levou roupa do mesmo pano e chapéu de palha; ambos fumam cigarros.

Bartholomeu, crioulo de Iguape, cor bem preta, idade 24 anos, boa dentadura, pouca barba, prosa, olhos vivos, altura regular, bom corpo, pés um pouco grandes, fuma cigarros, levou roupa igual a dos outros e um lenço vermelho amarrado na cabeça.²⁸⁵

Curiosamente os escravos tenham fugido no dia anterior ao atentado contra Francisco Egidio. Porém as investigações não levantaram suspeitas sobre o envolvimento desses escravos, de modo que tudo pareceu apenas uma coincidência. Para Luis e Simeão a fuga não foi bem sucedida e na avaliação de 1875 eles já estavam de volta, tendo sido avaliados por 2:300\$000 réis cada um. Bartholomeu, por sua vez, obteve sucesso²⁸⁶ e após sete anos morando no sítio de São Pedro, livrou-se do domínio de seu senhor.

De volta à década de 1860, mais precisamente em julho de 1868, Maria, a única cativa residente no sítio, passou a ter a companhia da forasteira Custódia, filha legítima de Manoel e Maria, de 29 anos, natural de Campinas, adquirida do senhor Antonio Ferreira de Almeida.²⁸⁷ A escrava desempenhava o ofício de cozinheira no Sítio de São Pedro. Contudo, Custódia parece não ter sido companheira de Maria por muitos anos. Em 1875, Custódia não foi avaliada no inventário, de modo que provavelmente tenha morrido nesse intervalo de tempo.

²⁸⁵Gazeta de Notícias, 27 de novembro de 1873, AEL/UNICAMP.

²⁸⁶ Quase seis meses após a fuga, mais precisamente em 15 de março de 1874, Francisco Egidio ainda fez uma nova tentativa de encontrar o forasteiro e, para isso, ofereceu uma gratificação de 100\$00 réis para quem o prendesse e o entregasse ao seu senhor. Essa tentativa, entretanto, também não teve resultado. Fonte: Gazeta de Notícias, 27 de novembro de 1873, AEL/UNICAMP.

²⁸⁷*Idem.*

A partir desse cenário, dominado quase exclusivamente por homens, surgem várias questões. Como teria sido a vida da escrava Maria, viúva e trabalhadora da lavoura, que viveu dois anos em meio a tantos homens? Será que ela dividia a senzala com seus companheiros? O que teria mudado com a chegada de Custódia? Em estudo sobre as mulheres na província do Ceará, a historiadora Martha Santos questiona se o fato de ser mulher mudaria a experiência de escravidão. Como e em que as vidas dessas mulheres eram diferentes? Quais foram as possibilidades de alforrias, de resistência cotidiana, de fuga, de juntar-se a revoltas? Nesse sentido a historiadora ainda sugere que:

(...) a grasp of all the different gendered dimensions of slavery, including the appropriation of both the productive and reproductive labor of enslaved women, is necessary precisely to understand the forms of agency that slaves were able to devise within the specific gendered circumstances of their captivity.²⁸⁸

Infelizmente a documentação nos oferece poucas pistas para responder essas questões, mas é essencial compreender que homens e mulheres tiveram diferentes experiências no cotidiano escravista e que “(...) tentar descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais, nas diferentes sociedades e período, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la.”²⁸⁹

Em julho de 1868, o escravo Fernando, de 22 anos, natural da Bahia, que havia chegado ao sítio de São Pedro dois anos antes, acabou nas mãos do negociante João Mourthé. Isto porque Francisco Egídio resolveu trocá-lo pelo forasteiro Amaro, de 20 anos e natural do Maranhão. Se, por um lado, essa negociação foi ruim para os escravos que estavam sendo

²⁸⁸ SANTOS, Martha. “Engendering Slavery: Slave Women and Labor in the Hinterlands of Northeast Brazil: Ceará, 1813-1884”. *BRASA*, Urbana/ Champaign, 2012.

²⁸⁹SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

submetidos mais uma vez ao trauma do comércio interno, por outro, Amaro se encarregou de transformar a troca também em um péssimo negócio para o senhor (...).

No dia 20 de agosto de 1871, Amaro, residente há pouco mais de três anos no sítio, uniu-se com seu companheiro Mariano, que chegara cinco anos antes, para fugir.²⁹⁰ Apesar de ser natural do Maranhão, Amaro já vivia em Campinas antes de ser comprado por Francisco Egidio e, provavelmente, tentara manter contato com seus antigos parceiros. Esses, por sua vez, poderiam tê-lo ajudado no momento da fuga. Tanto é assim que, Francisco Egidio, desconfiado que Amaro pudesse procurar seus antigos companheiros, fez constar no anúncio da fuga do escravo que o escravo era, antes, propriedade do Senhor Macedo.²⁹¹ Contudo, a fuga dos forasteiros durou pouco, pois na matrícula de 1872 os dois já estavam de volta à senzala. Ademais, no inventário do finado senhor, em 1875, Mariano, de 39 anos e trabalhador de roça, foi avaliado por 2:200\$000 réis, o que nos leva a crer que a fuga não desvalorizou o tal escravo.²⁹²

Ainda com ferro no pescoço, Amaro fugiu novamente, no dia 29 de setembro de 1872 e dessa vez, uniu-se ao forasteiro Samuel,²⁹³ um homem de altura regular, de rosto chato e fino e “feio de aparência” e que tinha um dos pés fora do lugar.²⁹⁴ Novamente a fuga foi frustrada. Passados três anos, quando se deu a morte do senhor Francisco, os escravos já estavam de volta. Diferentemente do que ocorrera com Mariano, as fugas desvalorizaram significativamente tanto Amaro - de 39 anos, trabalhador de roça, avaliado em 700\$000 réis

²⁹⁰Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

²⁹¹Gazeta de Notícias, 24 de agosto de 1871. AEL/UNICAMP.

²⁹²Inventário *Post mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha (filho) ,3º ofício, processo 07266, TJC, CMU/UNICAMP.

²⁹³Juntamente com Samuel, chegaram, em agosto de 1868, mais dois forasteiros: Henrique, de 17 anos e natural do Maranhão; José filho legítimo de João e Maria, de 17 anos e natural da Bahia.

²⁹⁴Gazeta de Notícias, 29 de setembro de 1872, p.3. AEL/UNICAMP.

– como, e principalmente, Samuel. Esse último, de 18 anos, trabalhador de roça, deveria ter recebido um alto preço e, no entanto, foi avaliado em apenas 1:200\$000 réis,²⁹⁵ provavelmente por ser fujão.

Entre agosto de 1869 e junho 1872 há uma lacuna na documentação,²⁹⁶ por isso não temos acesso às compras do senhor Francisco Egidio (Filho) nesse intervalo de tempo. Todavia, o cruzamento da matrícula de 1872, anexada ao inventário do senhor, e a avaliação de 1875 permitiram a identificação dos forasteiros comprados nesse período. Desconsiderando três crianças nascidas na propriedade, concluímos que mais 22 escravos foram comprados em três anos, sendo 15 homens e 7 mulheres. Ou seja, um período de grandes transformações na comunidade.

De acordo com a avaliação de 1872, os forasteiros que chegaram nesse período foram: Pedro, de 50 anos, de Nação; Camilo, de 23 anos, natural de Pindamonhangaba; Lourenço, de 56 anos, de Nação; Nicolao, de 51 anos, de Nação; Antonio, de 11 anos, natural de Campinas; Antonio, de 19 anos; Bernardino, de 22 anos, filho de Maria e Bernardo, natural de Piracicaba; Manoel Preto, de 22 anos; Cipriano, de 17 anos, filho de Maria e Bernardo, natural de Iguape; Joaquim Carpinteiro, de 23 anos, natural da Bahia; Elias de 54 anos, de Nação; Raimundo, de 40 anos e natural do Ceará; Thomaz, de 25 anos, natural da Bahia e matriculado em 14 de novembro de 1872; Cleto, 17 anos, “matriculado em São Gonçalo dos Campos, Província da Bahia, no dia de 29 de Abril de 1872, e avaliado na Coletoria desta cidade de Campinas, sob número 447, aos 24 de julho de 1874”;²⁹⁷ Possidonio, de 26 anos,

²⁹⁵Inventário *Post mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha (filho) ,3ºofício, processo 07266, TJC, CMU/UNICAMP.

²⁹⁶Como mencionamos anteriormente, os livros da CRC, referentes aos anos fiscais de 1869-1870-1870-1871-1871-1872, desapareceram.

²⁹⁷SLENES, Robert, *The Demography and economics of Brazilian Slavery: 1850-1888, op.cit.*

“matriculado na coletoria de São Feliz, na Bahia, em 28 de setembro de 1872, avaliado na coletoria desta cidade sob número 449, aos 24 de julho de 1874”²⁹⁸.

Esses forasteiros foram levados para o Sítio de São Pedro para aumentar a força de trabalho na lavoura de café e, concomitantemente, majorar o crescimento econômico do senhor Egidio. No entanto, alguns desses escravos não estavam dispostos a viver sob o domínio do jovem senhor e encontraram na fuga uma maneira de resistir ao trauma do comércio interno e à violência do sistema escravista. No dia 25 de novembro de 1871, Raimundo, natural do Ceará, pedreiro, de aproximadamente 40 anos, já desdentado, magro e com aparência velhusca, fugiu do sítio de São Pedro. De acordo com seu senhor, Raimundo falava bem, mas era inclinado à pinga. O forasteiro apresentava sinais de castigo sobre a escadeira (sic), marcas que, segundo Francisco Egídio, eram demasiado antigas.²⁹⁹

A fuga de Raimundo durou pouco, tanto que na matrícula o forasteiro já estava de volta. Não é possível saber se o forasteiro foi encontrado ou se retornou por escolha própria para o sítio. Talvez o escravo tenha fugido apenas para mostrar seu descontentamento diante das condições que lhes eram impostas.³⁰⁰

²⁹⁸ Possidônio, natural de São Felix, pode ter tido problemas para se adaptar as novas rotinas de trabalho, assim como muitos outros escravos provenientes de pequenas propriedades ou de centros urbanos. Fonte: Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

²⁹⁹ Muitos senhores ao descreverem seus escravos mencionavam cicatrizes e marcas de castigos, mas enfatizavam que eram marcas antigas, pois principalmente na década de 1870, com a efervescência dos movimentos abolicionistas, não era de “bom tom” um senhor ser expor os castigos que infligia a seus cativos.

³⁰⁰ Já outros dois, Joaquim Carpinteiro e Elias, utilizaram a fuga não como meio de negociação, mas com um caminho para se livrar definitivamente do domínio do senhor Francisco Egidio, visto que em 1875 ainda achavam-se fugidos. Não encontramos o anúncio de fuga desses escravos, sabemos apenas que no momento do inventário do senhor eles se achavam fugidos.

Há, ainda, como fato a notar, a presença de escravos idosos entre os forasteiros.³⁰¹ É o caso da escrava Mariana que, de idade bem avançada, chegou ao sítio entre 1869-1872. Devido ao avançar da idade, dificilmente esses escravos eram “bons trabalhadores” e capazes de resistir à lida nos cafezais. Ademais, é pouco provável que vivessem muitos anos após chegarem ao sítio. De qualquer modo, a experiência do comércio interno deve ter reavivado, na memória desses forasteiros africanos, as agruras vividas no tráfico atlântico, e feito surgir o medo de morrerem sós, distantes dos familiares e amigos conquistados em terras brasileiras.

Também naquele interregno (1869-1872) chegaram algumas forasteiras ao sítio. Notemos que já haviam se passado pelo menos nove anos desde o início da formação daquela comunidade escrava e o senhor Francisco Egidio só havia comprado duas mulheres. As mulheres que chegaram ao sítio eram: Severiana, de 17 anos, filha de João e Rita, natural da Bahia, mucama; Cristina, de 30 anos, filha de Mathias e Maria, natural de Campinas; Mariana, com cerca de 70 anos, de Nação e incapaz para o trabalho; Florencia, de 17 anos, natural de Santa Catarina; Dolarina, de 24 anos e natural de Iguape, cozinheira; Porfíria, filha legítima de Francisca e Frederico, natural de Campinas e cozinheira; Maria preta, de 53 anos, viúva, de Nação.³⁰²

A chegada das sete mulheres deve ter causado grande alvoroço na comunidade de São Pedro e, especialmente para Cipriano Policia e Joaquim, pode ter sido um momento de grande alegria. Entre as forasteiras estava Dolarina, filha legítima de Bernardo e Maria, que havia chegado à Campinas há pelo menos dois anos. Dolarina, ao que tudo indica, era irmã de

³⁰¹ Os forasteiros não possuíam ofícios especializados, o que poderia explicar tal aquisição por um senhor, que iniciava sua produção agrícola e precisava de escravos capazes de aguentar o trabalho árduo. Por isso, inferimos que, a motivação de Francisco Egidio tenha sido pagar um baixo preço pelos escravos.

³⁰² Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880.

Cipriano e Joaquim. A escrava Porfíria, por sua vez, parece ter sido a primeira a conseguir um companheiro, pois, em 1875, já tinha dois filhos: Hirmino de 3 anos e Roza de 15 meses. Assim, com a chegada das mulheres, começou a melhor estender os aços de parentesco entre os escravos do Sítio de São Pedro.

Em dezembro 1873, poucos dias após aquela ocasião que quase o matou envenenado, o senhor adquiriu mais duas mulheres: Eugenia, de 30 anos, matriculada na coletoria de São Feliz, Bahia, em 28 de setembro de 1872 e avaliada na coletoria de Campinas sob número 449 aos 24 de julho de 1874³⁰³; e Damíciana, 20 anos, natural da Bahia.³⁰⁴

Outro ocorrido se deu em março do ano seguinte, quando chegaram ao sítio Manoel de 26 anos, Joaquim de 25 anos (ambos naturais de Alagoas) e Manoel de 22 anos (esse natural da Bahia). Apenas dois meses após a chegada ao Sítio de São Pedro, os dois jovens alagoanos fugiram. Manoel tinha pouca barba e bons dentes, tinha sinais de bexiga na “cara” e tinha sofrido de sarna há pouco tempo, tanto que ainda estava com o corpo cinzento e andava com joelhos pendidos para frente. Joaquim era de fala mole, estava começando a barbar, tinha o nariz chato, com falta de um dente na frente, “corpulento”, com beiços grandes e pés rachados. Os dois vestiam roupa de algodão coberta com baeta azul e vermelha e levavam um chapéu chile. Francisco Egidio provavelmente ficou desesperado ao ver seus dois recentes investimentos evadirem-se, de modo que ofereceu 150\$000 réis para quem

³⁰³Esses registros ressaltam que os escravos comercializados do norte do país não eram, em geral, originários das produções açucareiras. Pelo contrário, eram, em sua maioria, procedentes das pequenas propriedades, especialmente de áreas não açucareiras e de centros urbanos. Por isso, a transferência de mão de obra escrava teria ocorrido de pequenos para grandes proprietários de cativos. Para esses pequenos proprietários de escravos, a reposição da força de trabalho – necessária devido à mortalidade e à alforria entre os seus escravos - tornara-se muito onerosa, fazendo com que a venda representasse a melhor opção à manutenção do trabalho servil.

³⁰⁴Livros de Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP. Base de Dados: Meia Sisa de escravos em Campinas, 1865-1880. Fonte: Inventário *Post mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha (filho), 3º ofício, processo 07266, TJC, CMU/UNICAMP.

prendesse os escravos. Não é possível saber se os forasteiros foram presos ou voltaram por conta própria, o fato é que, na avaliação de seu senhor em 1875, Manoel estava de volta (apesar de não ter recebido valor) e Joaquim ainda achava-se fugido.

Contudo, Manoel parece não ter ficado muito tempo no Sítio, pouco tempo após a morte de seu senhor, em 18 de janeiro de 1876, o forasteiro, que ainda estava de ferro no pescoço como forma de punição pela primeira fuga, sumiu novamente. Meses depois, aproveitando a inexperiência da jovem viúva Maria Luiza Nogueira Aranha, outro forasteiro evadiu-se. Era Elias, fulo, muito prosa e com lenço amarrado na cabeça, o forasteiro pulou as cercas do sítio no dia 06 de setembro de 1876.³⁰⁵ Pouco tempo depois, para o desespero da jovem viúva, foi a vez do outro Manoel. Forasteiro, vindo da Bahia, fugiu no dia 07 de janeiro de 1877, era “bem preto” estava começando a barbear, tinha uma dentadura bonita, corpo cheio e era coxo.³⁰⁶

Por fim, em dezembro de 1874, chegaram os últimos forasteiros ao sítio de São Pedro: Luiza de 15 anos; Brizida de 14 anos; Maria de 11 anos filha de Claudiana, escrava de serviço doméstico; Thereza, de 16 anos, de serviço doméstico; Joana de 16 anos; Maria de 23 anos; Valeriano de 9 anos; todos naturais de Caetité na Bahia e todos adquiridos de Joaquim Jose de Franco. Nessa compra, uma questão chama à atenção no que diz respeito à idade de dois forasteiros. Maria e Valeriano possuíam menos de 12 anos, e estavam desacompanhados de seus pais. Portanto - de acordo o Decreto n° 1.695, de 15 de setembro de 1869 e posteriormente a Lei n°2.040 de 1871, que proibia a separação entre pais e filhos menores - a compra dessas crianças era ilegal.

³⁰⁵ Diário de Campinas, 18 de janeiro de 1876. AEL/UNICAMP.

³⁰⁶ Gazeta de Notícias, 11 de janeiro 1877. AEL/UNICAMP.

Entre os anos de 1870 e 1875, ao menos onze forasteiros tentaram fugir do Sítio de São Pedro, o que certamente causou grandes prejuízos ao jovem senhor Francisco Egidio. Em análise sobre esse caso, Robert Slenes acredita que:

(...) não tenha sido coincidência que Francisco Egidio, ao adquirir mais escravos entre 1872 e 1875 (sua posse aumentou de 45 para 78 pessoas apenas por compras) abandonou a preferência por homens que mostrara anteriormente no mercado de escravos, e tentou trazer para sua propriedade um número igual de homens e mulheres.³⁰⁷

Apesar dessa mudança de comportamento, o Alferes Francisco Egidio não viveu para ver a possível transformação na comunidade do Sítio de São Pedro. Morreu pouco tempo depois da última aquisição.³⁰⁸ Mas nos foi possível observar que a estratégia utilizada pelo Alferes, de formar toda sua força de trabalho por forasteiros e majoritariamente por homens, teve um péssimo resultado para os escravos e para ele próprio, haja vista a quantidade de fugas e os consequentes prejuízos financeiros.

Aos indivíduos arrancados de suas origens e de suas famílias, o Alferes Francisco Egidio negou o direito de tentar reconstruir a vida. Apesar de construírem uma comunidade escrava sustentada em laços de amizade, o suporte para aguentar os abusos diários e a esperança de uma vida melhor, que os laços de parentesco poderiam proporcionar, foram negados aos forasteiros do sítio de São Pedro. Somada à violência do comércio interno, que os arrancou de suas famílias, de seus amigos e de suas comunidades, os cativos do Alferes

³⁰⁷SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*, op. Cit, p. 122.

³⁰⁸ Fonte: Inventário *Post mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha (filho), 3ºofício, processo 07266, TJC, CMU/UNICAMP.

precisaram aprender a viver em uma organização social na qual não havia mãe, irmã, filha ou companheira.

Contudo, será que a falta de mulheres no Sítio de São Pedro fez com que os forasteiros do Alferes Egidio fossem mais desobedientes, fujões e até mais violentos? A ausência de famílias escravas naquela senzala impediu que lá reinasse a “paz” entre os forasteiros e o jovem senhor? É certo que a impossibilidade de criar famílias foi um agravante na experiência desses cativos. No entanto, diante dos descontentamentos impostos pelo comércio interno e pelo senhor Francisco Egidio, a família, certamente, teria sido mais um instrumento na luta por melhores condições de vida e não um elemento apaziguador da senzala. Considerando que fosse nuclear extensa ou intrageracional, a família cativa:

(...) contribuiu decisivamente para a criação de uma comunidade escrava, dividida até certo ponto pela política de incentivos dos senhores, que instaurava a competição por recursos ilimitados, mas ainda assim unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas. Nesse sentido, a família escrava minava constantemente a hegemonia dos senhores, criando condições para a subversão e a rebelião, por mais que parecesse reforçar seu domínio na rotina cotidiana.”³⁰⁹

A conturbada trajetória dos forasteiros no sítio de São Pedro refletia a efervescência vivida no Império, da década de 1870, consequência das migrações forçadas dos milhares de escravos, da promulgação das leis emancipacionistas e pelo desenvolvimento de movimentos

³⁰⁹ SLENES, Robert. Na senzala, uma flor, *op. Cit.*, p.58 Em recente, estudo sobre o plano da revolta de 1832, o historiador Ricardo Pirola corrobora o argumento de Slenes. Em sua investigação, o autor observou a presença de muitos escravos que possuíam laços familiares e tiveram importante papel na organização da revolta. Em relação ao casamento, Pirola argumenta: “Os dados do plano de insurreição de 1832 revelam que o casamento não foi o impeditivo da mobilização coletiva das senzalas, de fato, os escravos casados marcaram presença não apenas como participantes do plano de revolta de 1832, mas ocuparam também os principais cargos de comando – entre as lideranças revoltosas as proporções de cativos casados eram ainda maiores do que todos os revoltosos em conjunto. A conquista do casamento, ao que parece, não foi suficiente para estabelecer a paz entre a casa-grande e a senzala” PIROLA, *op. Cit.*, p. 80.

abolicionistas. E principalmente, os cativos estavam cada vez mais conscientes de seus direitos e resistentes aos abusos do sistema escravista que se arrastou por mais de três séculos. Em meio à essa atmosfera, entendemos que os forasteiros do Sítio de São Pedro tenham escolhido não mais tolerar as agruras do cativo e, cada um a sua maneira - seja na fuga, no crime, no “corpo mole” no eito -, tenham encontrado um meio de enfraquecer a hegemonia senhorial e minar o sistema escravista. Os forasteiros buscaram mostrar ao Alferes Egidio (e a toda sua família e sociedade) a humanidade da “mercadoria” escrava, das vidas que não mais suportavam a escravidão e decidiram, ao fim, dar um basta àquela violência.

CAPÍTULO 3

Forasteiros no fazer e desfazer das comunidades escravas.

3.1. Sucessos e fracassos da família Vilella.

A criação de laços familiares e de amizade, bem como o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo, era decisiva na formação de uma comunidade escrava. Conquanto, o simples fato de os escravos pertencerem ao mesmo senhor não implicava que estes compartilhassem o convívio na mesma senzala e se identificassem como parte do mesmo grupo. Em escravarias muito numerosas, ou distribuídas em diferentes propriedades, poderia ocorrer a formação de diversas comunidades escravas. Nesse último capítulo, conheceremos a trajetória de centenas de forasteiros adquiridos pelo senhor Francisco Teixeira Vilella. Veremos, exatamente, que, a despeito de constituírem uma mesma escravaria, esses cativos não necessariamente se tornaram membros da mesma comunidade escrava.

A trajetória da família Vilella teve início na Vila de São Carlos, em fins do século XVIII com a chegada de Manoel Teixeira Vilella, que mais tarde se tornara Guarda Mor da vila. Manoel Teixeira Vilella era casado com Maria Joaquina Rosa e com ela teve três filhos: José Manoel Teixeira, Joanna Teixeira Nogueira e Antonio Manoel Teixeira.³¹⁰ Assim como muitos migrantes que se dirigiram para a vila de São Carlos, no início do período oitocentista, o casal se aproveitou do crescimento da economia açucareira e fundou seu engenho, onde empregavam a mão de obra escrava.³¹¹

³¹⁰http://www.arvore.net.br/Paulistana/Bicudos_3.htm. Acessado em 20/08/2013.

³¹¹No ano de 1817 possuíam 50 escravos adultos, entre os quais havia apenas 8 mulheres. Fonte: Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1817. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP

A segunda geração da família Vilella alcançou grande prestígio político e sucesso econômico. Antonio Manoel Teixeira, um dos filhos de Manoel e Maria Joaquina, foi o primeiro prefeito de Campinas (entre os anos de 1836-1838), deputado provincial e chefe militar da região de Campinas na revolução liberal de 1842.³¹² Assim como seus pais, ele apostou no sistema de *plantation* para alcançar a riqueza. Para tanto, adquiriu diversos engenhos (o Engenho da Cachoeira, o Engenho do Morro Alto e Engenho do Saltinho), sítios (o Sítio da Lagoa, o sítio Jaguari e o Sítio Califórnia) e uma chácara em São Paulo.³¹³ No mais, Antonio Manoel Teixeira investiu, intensivamente, na mão de obra escrava, conforme descreve quadro abaixo:

³¹²PUPPO, C. M. de M, Campinas Município do Império. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1983.

³¹³Inventário *Post mortem* de Antonio Manoel Teixeira, folhas 8 a 21, 1º ofício, 2899,1852.

QUADRO 17: DISTRIBUIÇÃO, POR SEXO E POR ANO, DOS ESCRAVOS DE ANTONIO MANOEL TEIXEIRA 1817-1852.

	1817 Censo		1835 Censo		1852 Inventário	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homem	8	61,5	102	42,8	251	52,1
Mulher	2	15,4	34	14,3	132	27,4
Menino	3	23,1	24	10,1	60	12,4
Menina	0	0	23	9,7	39	8,1
Crianças s/sexo id.*	0	0	55	23,1	0	0
Total	13	100	238	100	482	100

Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1817 e 1835. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP; Inventário *Post Mortem* de Antonio Manoel Teixeira, 1º ofício, 2899, TJC/CMU, UNICAMP.

*Crianças menores de 5 anos.

No intervalo de 1817 a 1835, a escravaria do senhor Antonio Teixeira cresceu 17 vezes. E entre 1835 a 1852, houve um crescimento de 102%.³¹⁴ O aumento no número de escravos foi possível através da reprodução natural e do tráfico atlântico, o qual também trazia muitas crianças nos tumbeiros. Essas crianças - ao menos aquelas que sobreviveram e que permaneceram escravizadas - fizeram parte da contabilização dos cativos adultos (aqueles maiores de 17 anos), avaliados no inventário de 1852. Se adultos, as outrora crianças poderiam já ter filhos, iniciando uma nova geração de escravos e contribuindo para a manutenção e ampliação da força de trabalho do senhor.

O investimento de Antonio Manoel Teixeira proporcionou ao senhor o acúmulo de grande riqueza, pois em 1850, ano de sua morte, sua fortuna somava o monte mor de

³¹⁴Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, ano de 1817 e 1835. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP; Inventário *Post mortem* de Antonio Manoel Teixeira, 1º ofício, 2899, folha 72. TJC/CMU, UNICAMP.

382:732\$608 réis. Para garantir esse crescimento, entretanto, Antonio Manoel contraiu diversas dívidas. No dito inventário, esses deveres somavam 162:979\$389 réis,³¹⁵ quantia que comprometia, aproximadamente, 43% dos bens do finado senhor.³¹⁶

Resulta que, para saldar tamanha soma de obrigações com os credores, Jaime Telles, o inventariante, precisou vender boa parte dos bens de raiz do senhor. Destas, restaram apenas o engenho da Cachoeira e do Morro Alto. E não só as propriedades foram suficientes. Foram necessárias, ainda, duas vendas de escravos. A primeira, em setembro 1851, contava 171 cativos que, limpos, de barbas aparadas e cabelos cortados, foram levados à praça pública e vendidos a diversos compradores.³¹⁷ Em seguida, entre novembro e dezembro do mesmo ano, foi realizada a venda de mais 15 cativos.

³¹⁵O monte mor o senhor era 382:732\$608 réis. Ele devia ao Comendador José Manoel da Silva; Barão de Iguape, ao tenente coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz. De acordo com Maria Alice Rosa Ribeiro “Uma observação sobre o sistema bancário e financeiro da primeira metade do século XIX mostra que instituições monetárias e financeiras – bancos – em São Paulo eram inexistentes. Somente, em 1856, foi estabelecida a Caixa Filial do Banco do Brasil presidida pelo Barão de Iguape”. RIBEIRO. Maria Alice Rosa. “Família Teixeira Vilela e o padrão de riqueza e de endividamento. Campinas, São Paulo, 1850-1873” Texto para Discussão, FEA, USP, p.10.

³¹⁶ Inventário *Post mortem* de Antonio Manoel Teixeira, 1º ofício, 2899, folha 72, TJC/CMU, UNICAMP.

³¹⁷ Registro de Meia Sisa, Livro 20 da Coletoria de Rendas de Campinas, folhas 29 a 35. Fundo CRC, CMU/UNICAMP, Inventário *Post mortem* de Antonio Manoel Teixeira, 1º ofício, 2899, TJC/CMU, UNICAMP.

**QUADRO 18 :DISTRIBUIÇÃO, POR SEXO, DOS ESCRAVOS VENDIDOS
POR JAIME TELLES, 1851.**

	Nº	%
Homem	132	71
Mulher	54	29
Total	186	100

Livro 20 do Registro de Meia Sisa da Coletoria de Rendas de Campinas. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

A primeira venda, a de 171 escravos, arrecadou um montante de 115:726\$500 réis, enquanto aquela de 15 cativos rendeu 2:469\$050 réis. Vale notar que no momento dessas negociações o mercado de escavo começava a reagir ao fim do comércio atlântico e os preços da mercadoria humana começavam a se elevar. Observa-se também, que grande parte dos escravos vendidos seguia o perfil do comércio atlântico o que depois também se tornaria a lógica do comércio interno, ou seja, eram homens jovens, destinados ao trabalho nos engenhos e nas plantações de açúcar. Contudo, também foram comercializadas dezenas de casais e, ao menos, cinco núcleos familiares. Um exemplo das famílias comercializadas era a de Luiz Benguella e sua mulher Zeferina que, juntamente com seus filhos Miguel e Felicidade, foram vendidos a Manoel Carlos Aranha, marido de Ana Teresa Egidio Aranha, pela quantia de 1:650\$000 réis.³¹⁸

Apesar do prestígio político e do sucesso econômico, o senhor parece ter vivido sozinho, pois faleceu solteiro. Todavia, em determinado momento da vida, Antonio Manoel viveu um romance, do qual teve como fruto seu único filho e herdeiro: Francisco Teixeira Vilella. No testamento do finado senhor, e transcrito no inventário aberto em 1833, Antonio

³¹⁸Além dessa família, outros 14 cativos foram comprados pelos membros da família Sousa Aranha. Registro de Meia Sisa, Livro 20 da Coletoria de Rendas de Campinas, folha 29 a 35. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

Manoel Teixeira declarou ter um filho natural, que no momento tinha cerca de um ano e morava com seu irmão, José Manoel, padrinho do menino que o levava para criar.³¹⁹

Logo após a morte de seu pai, Vilella, ainda menor de idade, passou a ser tutelado por Jaime Telles, sendo levado para estudar na cidade de São Paulo. Em fins de 1852, o jovem Vilella e seu curador seguiram para a cidade de Campinas para a realização do inventário do finado senhor. Ocorre que, pouco tempo depois da chegada a Campinas, Jaime Telles precisou voltar para a capital da província. Francisco Teixeira Vilella, entretanto, recusou-se a acompanhá-lo e iniciou um processo de remoção de curatela.³²⁰

Em resposta à atitude de Vilella, seu curador iniciou o processo de Desobediência Civil, em que argumentava que o jovem senhor tinha abandonado os estudos em São Paulo e que estava residindo em Campinas sem a presença de seu responsável. Ademais, segundo Jaime Telles, a presença de Vilella estava causando grande alvoroço entre os escravos do engenho que:

(...) estão constantemente a fugir para está cidade sob frívolos pretextos, porque sabem que o mesmo lhes dá atenção as suas queixas infundadas, sendo certo que os escravos não gostam do trabalho e da disciplina, além disso é patente que [ilegível] das pretensões do supracitado de que os escravos estão resistentes estes já começam a menosprezar as ordens dos administradores postos pelo suplicantes, porque esperam a remoção dos adminitradores como a do suplicante.³²¹

Tal declaração do curador é bastante curiosa e suscita muitas questões sobre a situação dos escravos após a morte de Antonio Manoel Teixeira. Parece que com a morte do senhor e as consequentes mudanças dela advindas - como a nova supervisão de Jaime Telles e de

³¹⁹Testamento de Antonio Manoel Teixeira. 1º Ofício, processo 9817,

³²⁰Processo de Desobediência civil, 1º ofício, Processo 2872, TJC, CMU/UNICAMP.

³²¹Processo de Desobediência civil, 1º ofício, Processo 2872, folha. 4, TJC, CMU/UNICAMP,

outros administradores, bem como as mencionadas vendas de escravos - criou-se um grande descontentamento nas comunidades do falecido senhor. Parece também que havia uma boa relação entre Francisco Vilella e os escravos, à medida que os cativos buscavam a ajuda do jovem herdeiro. Essa conjuntura aventa a seguinte questão: será que os escravos já conviviam com Francisco Vilella antes da morte do senhor Antonio? Diziam as más línguas,³²² que Vilella fora rejeitado por seu pai e teria vivido no eito, junto com os outros escravos até a morte do mesmo.³²³ De fato, não é possível precisar qual a relação do herdeiro com seu pai e com os cativos, podemos apenas especular.

Ao fim do processo, Francisco Teixeira Vilella foi absolvido do crime de desobediência civil e conseguiu se emancipar.³²⁴ A partir de então passou a administrar a herança de seu pai, somado em 196:591\$000 réis e que incluía a fazenda do Morro Alto e a Fazenda da Cachoeira, além dos 286 escravos restantes da liquidação do espólio de Antonio Manoel Teixeira. (Ver quadro 16).³²⁵

No ano de 1853, Vilella se casou com Maria Josepha da Conceição Vilella, com quem teve dois filhos, Jose Teixeira Vilella e Dona Antonia Augusta Teixeira. Ao longo de 21 anos pôde aproveitar do prestígio político de seu pai e ascender social e politicamente. Não apenas isso, Vilella também logrou multiplicar a herança paterna, adquirindo a Fazenda de Santa Maria, a Fazenda da Areia Branca, a Fazenda da Boa Vista, a Fazenda da Invernada e o Sítio no Bairro da Boa Vista. Ademais, o novo senhor adquiriu, no período de nove anos, pelo menos 323 escravos.

³²² Em documento sobre a venda da fazenda d Capão Alto para a cidade de Campinas, o Vigário da Paróquia de Santa Anna, de Castro registrou o que se falava na cidade sobre o senhor Francisco Teixeira Vilella. Livro do Tombo n°3, folhas 233 a 235. Cópia Disponível em Museu do Tropeiro, Castro, Paraná.

³²³ Livro do Tombo n°3, folhas 233 a 235 verso. Cópia Disponível em Museu do Tropeiro, Castro, Paraná.

³²⁴ Processo de Desobediência civil, 1° ofício, Processo 2872, TJC, CMU/UNICAMP.

³²⁵ Inventário *post mortem* de Antônio Manoel Teixeira. 1° ofício, processo 9722, TJC, CMU, UNICAMP.

Entretanto, anteriormente, no período de 11 anos entre o momento em que assumiu os bens de seu pai até 1863, Vilella não comprou escravos.³²⁶ A manutenção da escravaria ocorria através da reprodução natural. Com o passar do tempo, provavelmente, o nascimento de novos escravos não foi suficiente para suprimir as demandas dos engenhos e das lavouras cafeeiras, de modo que, entre 1863 e 1872 foram adquiridos aquelas centenas de forasteiros.

Olhando mais de perto para esses nove anos, observamos que, entre 1863 e 1867, foram adquiridos 113 escravos, pelos quais o senhor desembolsou pelo menos 135:560\$000 réis.³²⁷ Outros 186 escravos foram adquiridos de uma única vez, em fevereiro do ano de 1868, quando o senhor pagou a Gavião Ribeiro & Gavião³²⁸ cerca de 200 contos de réis.³²⁹ Em 1869 foram mais 16 forasteiros, pelo valor de 19:200\$000 réis e, por fim entre 1870 e 1872 acreditamos que foram comprados, ao menos, mais 8 forasteiros. Ou seja, em nove anos o senhor Francisco Teixeira Vilella investiu, no mínimo, 350:000\$000 réis em escravos.

A compra de tantos cativos e os recursos necessários para manter a produção açucareira e cafeeira exigiu que Vilella recorresse ao crédito, assumisse imensas dívidas e hipotecasse os seus bens. O primeiro empréstimo ocorreu dois meses após o negócio com

³²⁶Registro de Meia Sisa, Livros da Coletoria de Rendas de Campinas, folha. 69. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

³²⁷Em algumas negociações não constam o valor pago pelo senhor, por isso não é possível precisar quanto foi gasto por Francisco Teixeira Vilella.

³²⁸A família Gavião possuía grande importância política em São Paulo, enriqueceram com a cobrança de juros aplicados sobre hipotecas e empréstimos para o financiamento da produção de inúmeros cafeicultores. Eduardo Pena, em estudo sobre esse caso, observa que a negociação contrastava com o comércio intra-regional paranaense, destacado pela presença de pequenos comerciantes que, geralmente, compravam e revendiam uma pequena quantidade de escravos obtendo reduzidas margens de lucro. Diferentemente, o negócio realizado pela firma Gavião envolvia 236 escravos de uma única vez e garantiu um grande lucro ao negociante. SPILLER, Eduardo. “Burlas à Lei e revolta escrava no tráfico interno no Brasil Meridional, século XIX”. In LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaios de história Social*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.

³²⁹De acordo com Eduardo Spiller “Na época da realização da escritura, o conjunto dos escravos em Castro, valia em torno de 155 contos de réis, enquanto que na região cafeeira de Campinas seu valor chegava à rendosa soma de 275 contos.” SPILLER, Eduardo. “Burlas à Lei e revolta escrava no tráfico interno no Brasil Meridional, século XIX”. In LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaios de história Social*. Campinas, Editora da Unicamp, 2006, p. 173.

Gavião, no dia 14 de abril de 1868, em que Vilella e sua esposa fizeram um adiantamento de 524:870\$573 réis, junto a Teixeira Leite e os sobrinhos, capitalistas residentes na Corte do Rio de Janeiro. O empréstimo tinha vencimento em 8 de abril de 1873 e, em sua celebração, foram hipotecadas a fazenda Santa Maria com todas as benfeitorias, com oitocentos mil pés de café mais ou menos e mais 250 escravos de ambos os sexos.³³⁰

A partir de então, as dívidas de Vilella e Dona Maria Josepha cresceram sobremaneira, de modo que foram necessários novos empréstimos e hipotecas para rolar os deveres e tentar salvar a fortuna da família. Em 22 de março de 1869, fizeram um novo empréstimo com Teixeira Leite e sobrinhos, dessa vez de 259:912\$000 réis, além da ratificação da outra dívida de 524:841\$753 réis. Ainda naquele ano, em 17 de abril de 1869, adquiriram um crédito com Gavião de 203:926\$660 réis, que deveria ser pago até 13 de março de 1874, concedendo na forma de hipoteca a Fazenda do Morro Alto, cuja Inscrição Especial de Hipotecas descrevia:

(...) divisava em um lado com o Rio Atibaia, com outro lado Felipe Antonio Franco, de outro lado com os devedores hipotecários, tendo meia légua em quadra, contendo duzentos mil pés de café, fabrica completa para fabricar água ardente, maquinário para o benefício do café, máquina para beneficiar algodão, casa de morada, moinhos e mais benfeitorias, com cinquenta e sete escravos de ambos os sexos, cujos nomes estão declarados na escritura que hora registrou-se.³³¹

O casal não conseguia honrar seus compromissos com os credores e, por isso, em 5 de setembro de 1871 foi preciso transferir a dívida ao Banco do Brazil Rural.³³² Enquanto a

³³⁰Cartório de Registro de Título e Documentos, S3, IH, L11 1868-1875 - Inscrição Especial de Hipotecas, folha 33. CMU/UNICAMP.

³³¹Cartório de Registro de Título e Documentos, S3, IH, L11 1868-1875 - Inscrição Especial de Hipotecas, folha 39. CMU/UNICAMP.

³³²Cartório de Registro de Título e Documentos, S3, IH, L11 1868-1875 - Inscrição Especial de Hipotecas, folha 53 verso. CMU/UNICAMP.

soma a ser paga já atingia 528:684\$723 réis, que deveriam ser pagos até 24 de agosto de 1877, os senhores construía um palacete à Rua do Imperador.³³³ Talvez por isso, ainda naquele ano, foi preciso recorrer ao London and Brazilian Bank, através do qual o casal obteve crédito de 429:336\$520 réis. Nessa nova negociação foram hipotecadas:

(...) a fazenda Santa Maria, a Fazenda Morro Alto, a fazenda da Cachoeira. Uma morada de casas à Rua do Imperador, um palacete em construção à mesma Rua do Imperador com todos os terrenos adjacentes, uma morada de casa à Rua da Matriz Nova no canto da Rua da Matriz Velha, um terreno murado sito as ruas das casinhas fazendo esquina para a rua deserta.³³⁴

Ainda, em 29 de Janeiro de 1872, Vilella passou parte da dívida para Mauá e Companhia,³³⁵ banqueiros residentes no Rio de Janeiro, com quem adiantou 250:381\$990 réis, que deveriam ser pagos até 24 de agosto de 1877.³³⁶

Vilella morreu em 1873, no ano seguinte à celebração desse último empréstimo. Com a sua morte, o senhor legou à família péssimas condições financeiras. Se seu monte-mor ultrapassava 1.200:000\$000 réis, o montante de dívidas passivas, estimadas no transcorrer das primeiras declarações, alcançavam 1.400:000\$000 réis.³³⁷

³³³Cartório de Registro de Título e Documentos, S3, IH, L11 1868-1875 - Inscrição Especial de Hipotecas, folha 54 verso. CMU/UNICAMP.

³³⁴Cartório de Registro de Título e Documentos, S3, IH, L11 1868-1875 - Inscrição Especial de Hipotecas, folha 54 verso. CMU/UNICAMP.

³³⁵ Cartório de Registro de Título e Documentos, S3, IH, L11 1868-1875 - Inscrição Especial de Hipotecas, folha 60 verso. CMU/UNICAMP.

³³⁶ Ainda entre os credores de Vilella estava o Dr Vicente Maria de Paulo Lacerda. De acordo com o recibo do médico, ele teria sido chamado às propriedades de Vilella, em diversas ocasiões, para cuidar saúde de seus escravos (Mariana, Firmina, Benedita, Leocadia, Loteria, Joana, Ursulina, Laudencio, Marcelina, Emilia, Joaquina, Alexandrina, Diogo) e deveria receber o total de 1:385\$713 réis. É possível que essa preocupação de Vilella com a saúde de seus escravos se justificasse pela dificuldade de renovar a mão de obra, devido à escassez de trabalhadores e o alto preço dos escravos no mercado interno. Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

³³⁷ Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359 , CMU/UNICAMP.

No ano de 1874, Mauá e Companhia iniciou um processo de sequestro de bens hipotecados, referente à dívida de 250:381\$990 réis, assumida pelos herdeiros de Vilella, pedindo para que o Banco do Brazil Rural fosse o depositário. Os bens hipotecados eram a fazenda de Santa Maria e todas as suas benfeitorias e mais 280 escravos de ambos os sexos. De acordo com o documento, ainda, o mesmo pedido já havia sido realizado pelos demais credores.³³⁸

Do ponto de vista material, então, nada restou dos bens de Vilella que não estivesse hipotecado, desde a raiz da fazenda até suas centenas de escravos. Mas há um drama nessa situação que queremos soerguer: as graves consequências para os indivíduos escravizados e hipotecados que tiveram suas vidas ainda mais marcadas pela incerteza e pela separação.

3.2. Uma escravaria, diversas comunidades.

A administração do Comendador Vilella frente aos bens que herdou de seu pai e os que, posteriormente, adquiriu foi bastante instável. Se os primeiros anos foram marcados pelo sucesso econômico, após 1868 a família Vilella viveu um vertiginoso declínio financeiro. Observemos, então, como as comunidades do senhor Vilella se organizavam e como essa variação nos cofres do senhor atingiu a vida dos escravos.

Aos 20 anos, Francisco Teixeira Vilella herdou 196:591\$000³³⁹ réis de seu pai. Após 21 anos de administração, o jovem senhor multiplicara esse patrimônio, ao passo que em 1873 sua fortuna estava avaliada em 1.200:000\$000 réis. Os escravos que representavam grande parte desse patrimônio contavam 473, distribuídos em cinco propriedades distintas: a

³³⁸ Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

³³⁹ Inventário *post-mortem* de Antônio Manoel Teixeira. 1º ofício, processo 9722, TJC, CMU, UNICAMP.

Fazenda de Santa Maria, a Fazenda do Morro Alto, a Fazenda da Areia Branca, a Fazenda da Invernada, o Sítio no Bairro da Boa Vista e na casa da cidade à Rua do Imperador³⁴⁰, tal qual é demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 19: DISTRIBUIÇÃO DE ESCRAVOS NAS PROPRIEDADES DE FRANCISCO TEIXEIRA VILELLA E DONA MARIA JOSEPHA, 1873.

	Santa Maria		Morro Alto		Invernada		Areia Branca		Boa Vista		Casa da Cidade	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homem	138	48,2	27	47,4	24	24,5	18	69,2	1	25	1	50
Mulher	92	32,2	22	38,6	25	25,5	6	23,1	1	25	1	50
Menino	42	14,7	4	7	31	31,6	2	7,7	1	25	0	0
Menina	14	4,9	4	7	18	18,4	0	0	1	25	0	0
Total	286	100	57	100	98	100	26	100	4	100	2	100

Fonte: Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

As propriedades não se localizam muito próximas umas das outras, o que provavelmente dificultou o contato entre os cativos. Sendo assim, os escravos do senhor Francisco Teixeira Vilella criaram cinco comunidades escravas distintas,³⁴¹ que não se interligavam através de laços familiares e de laços de compadrio.³⁴² A fazenda de Santa Maria e a da Invernada eram as maiores, apesar de possuírem perfis bastante diferentes de escravaria. Na primeira propriedade o desequilíbrio entre homens e mulheres adultos era de 150 homens para cada 100 mulheres, enquanto que na segunda, quase não existia diferença na quantidade de escravos do sexo masculino e do sexo feminino. Do mesmo modo, o desequilíbrio entre os sexos na fazenda do Morro Alto, no Sítio da Boa Vista e na casa da

³⁴⁰ Além dessas propriedades, o Comendador também tinha a Fazenda da Cachoeira. Inventário *post-mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, Processo 4359, TJC, CMU/UNICAMP.

³⁴¹ A fazenda de Areia Branca ficava no município de Mogi Morim e o Sítio de Boa Vista estava localizado no município de Amparo.

³⁴² É plausível que existissem laços de amizade entre os escravos, mas não foi possível visualizar essas relações nas fontes aqui analisadas.

cidade era ínfimo. Em contrapartida, a Fazenda Areia Branca apresentava o maior desequilíbrio, com 3 homens para cada mulher.

A proporção entre homens e mulheres nas comunidades era um fator decisivo para a formação de casais e para o crescimento do grupo através da reprodução natural dos cativos. Em 1873, havia 49 casais, cujo matrimônio havia sido legitimado pela igreja.³⁴³ Nota-se no quadro abaixo que na fazenda Areia Branca, onde havia a maior desproporção entre homens e mulheres, aparentemente não havia casais, de modo que os escravos solteiros representavam 83,3% da comunidade. Mas é preciso cuidado, no entanto, ao analisar essas informações. É essencial observar que a fazenda da Areia Branca ficava no município de Mogi Mirim, sendo possível os escravos se casarem naquela paróquia.

Igualmente é preciso cautela ao observar a mesma ausência de casais na Fazenda Invernada. Apesar de estar localizada no município de Campinas, a propriedade foi adquirida já em fins da década de 1860³⁴⁴ e muitos escravos que para lá foram levados eram naturais do Paraná e não tiveram o matrimônio legitimado, como veremos mais adiante. Observa-se ainda, no quadro abaixo, que no Sítio da Boa Vista viviam um homem e uma mulher ambos registrados solteiros, eram Joaquim Benguela de 65 anos e sua esposa Generoza de 35 anos. Mesmo na falta de registro de legitimação da união é plausível que eles formassem um casal e vivessem com seus filhos Octavio de 8 anos e Benedita de 11 anos.

Na fazenda de Santa Maria havia 35 casais provavelmente distribuídos nas 39 casas que serviam de senzalas. Provavelmente, nessas moradas residiam os casais, seus filhos e outros parentes que compunham a família extensa escrava. Diferentemente, os 13 casais da

³⁴³Mais adiante veremos que existiam muitos outros casais, mas não foram registrados como tal, porque não foram legitimados pela Igreja.

³⁴⁴A fazenda da Invernada foi comprada de Dona Ambrozina Luiza de Sampaio, em julho de 1867. Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

Fazenda do Morro Alto não tiveram o mesmo privilégio, visto que lá só havia uma senzala,³⁴⁵ onde deveriam residir todos os cativos.³⁴⁶

QUADRO 20: DISTRIBUIÇÃO DE ESCRAVOS CASADOS, VIÚVOS E SOLTEIROS NAS COMUNIDADES DE FRANCISCO TEIXEIRA VILELLA E DONA MARIA JOSEPHA, 1873.

	Santa Maria		Morro Alto		Invernada		Areia Branca		Boa Vista		Casa da Cidade	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homem casado	35	15,2	13	26,5	0	0	0	0	0	50	0	0
Mulher casada	35	15,2	13	26,5	0	0	0	0	0	50	0	0
Homem viúvo	5	2,2	1	2,1	0	0	0	0	0	0	1	50
Mulher viúva	20	8,7	4	8,2	4	8,2	3	16,7	0	0	1	50
Homem solteiro	98	42,6	13	26,5	24	49	12	66,6	1	0	0	0
Mulher solteira	37	16,1	5	10,2	21	42,8	3	16,7	1	0	0	0
Total	230	100	49	100	49	100	18	100	2	100	2	100

Fonte: Inventário *post-mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

O perfil etário das comunidades do senhor Vilella, descrito no quadro 20, revela que a força de trabalho nas propriedades não era tão jovem. Na fazenda do Morro Alto, herdada de Antonio Manoel Teixeira, a idade média dos homens era de 36 anos e, entre as mulheres, era de 32 anos. Semelhantemente, na fazenda de Santa Maria, onde havia 800 mil pés de cafés³⁴⁷, a idade média dos escravos adultos, destinados em sua maioria ao trabalho na lavoura, era 31 anos, enquanto as mulheres tinham em média 33 anos.

³⁴⁵ Em análise aos depoimentos de viajantes, observa-se a existência da senzala do tipo barracão e do tipo pavilhão, nessa última havia áreas separadas para homens e mulheres. Infelizmente, não foi possível obter mais detalhes sobre a arquitetura das senzalas nas propriedades de Vilella. SLENES, Robert. Na senzala, uma flor. *Op. Cit.* Ver capítulo 4.

³⁴⁶ Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

³⁴⁷ Fonte: Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

QUADRO 21: PERFIL ETÁRIO DOS ESCRAVOS, NAS COMUNIDADES DE FRANCISCO TEIXEIRA VILELLA E DONA MARIA JOSEPHA, 1873.

	Santa Maria		Morro Alto		Invernada		Areia Branca		Boa Vista		Casa da Cidade	
	Nº	Idade	Nº	Idade	Nº	Idade	Nº	Idade	Nº	Idade	Nº	Idade
Homem adulto	138	31	27	32	24	33	18	25	1	65	1	35
Mulher adulta	92	33	22	36	25	34	6	27	1	35	1	48
Menino	42	11	4	9	31	8	2	4	1	11	0	0
Menina	14	8	4	9	18	10	0	0	1	0	0	0

Fonte: Inventário *post-mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP

O envelhecimento dos escravos e a necessidade de renovação da mão de obra era uma constante preocupação para os senhores. Com o aumento do preço dos indivíduos no mercado interno, os senhores contavam com o nascimento de novos cativos para repor aqueles perdidos por morte ou por alforria. A reprodução natural dos escravos foi crucial para Vilella nos primeiros anos de sua administração, à medida que entre 1852-1863, o senhor não adquiriu forasteiros no comércio interno. Nesses onze anos, foram batizadas 44 crianças. No período seguinte, de 1863 até a promulgação da lei do ventre livre,³⁴⁸ mais 32 crianças receberam os santos óleos. Ademais, entre 1872-1879, foram batizados 73 ingênuos.

³⁴⁸Lembrando que não localizamos os registros de batismo do período entre 1861-1865.

**QUADRO 22: BATISMOS DE ESCRAVOS E INGÊNUOS, NAS
COMUNIDADES DE SANTA MARIA E DO MORRO ALTO FRANCISCO
TEIXEIRA VILELLA E DONA MARIA JOSEPHA, 1852-1879.³⁴⁹**

	1852-1861		1866-1871		1872-1879	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homem	20	45,5	16	50	33	45,2
Mulher	24	54,5	16	50	40	54,8
Total	44	100	32	100	73	100

Fonte: Livros de registros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Santa Cruz, 1850-1880. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

O batismo dessas crianças permitiu que os cativos daquelas comunidades criassem laços verticais e horizontais de compadrio. Observemos, por período, quem foram os padrinhos escolhidos pelos pais das crianças. Entre 1852-1861, das 44 crianças batizadas, 66% tiveram como padrinho e madrinha escravos do senhor Vilella.

Nos intervalo seguinte, como é notável no quadro abaixo, houve uma grande mudança na escolha de apadrinhamento. O número de registros em que padrinho e madrinha eram livres passou de 9% para 62,5%. E o número de crianças que tiveram como padrinhos cativos do senhor Vilella caiu de 66% para 25%. O que teria motivado tal mudança? É difícil responder essa pergunta. Contudo, podemos imaginar que essa transformação no comportamento dos escravos tenha sido uma resposta às atitudes de Vilella. Como veremos mais adiante, no período entre 1863-1868, foram levados para aquelas comunidades 299 forasteiros. Talvez, diante de tantos estranhos adentrando as senzalas os cativos tenham preferido criar laços verticais ou ainda, diante da instabilidade econômica de seu senhor e do

³⁴⁹As 149 crianças batizadas na paróquia de Nossa Senhora da Conceição e na Paróquia de Santa Cruz, eram filhos de cativos residentes apenas nas fazendas de Santa Maria e do Morro Alto. É provável que as crianças das outras propriedades tenham recebido os santos óleos em outras paróquias.

medo de serem vendidos para saldar as dívidas de seu senhor, tenham procurado padrinhos livres que pudessem auxiliá-los num momento de apuro.

QUADRO 23: CONDIÇÃO DOS PADRINHOS DOS ESCRAVOS DAS COMUNIDADES DE SANTA MARIA E DO MORRO ALTO, 1852-1879:

	1852-1861		1866-1871		1872-1879	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ambos livres	4	9	20	62,5	28	38,3
Livre + escravo de Vilella	0	0	0	0	1	1,3
Livre + escravo de outro senhor	0	0	1	3,1	3	4,1
Ambos libertos	2	4,5	0	0	2	2,8
Liberto + livre	1	2,3	0	0	0	0
Liberto + escravo de Vilella	0	0	0	0	2	2,8
Liberto + escravo de outro senhor	1	2,3	0	0	0	0
Escravo de Vilella + escravo de outro senhor	1	2,3	3	9,4	3	4,1
Ambos escravos de Vilella	29	66	8	25	27	37
Ambos escravos de outro senhor	6	13,6	0	0	0	0
Desconhecido	0	0	0	0	7	9,6
Total	44	100	32	100	73	100

Fonte: Livros de registros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Santa Cruz, 1850-1880. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

Os membros da família Lopes da Silva foram os indivíduos livres que mais apadrinharam os cativos do senhor Vilella. No intervalo entre 1866-1871, João Lopes da Silva, junto com sua mulher e suas filhas apadrinharam 10 crianças. João Lopes da Silva era, no ano de 1872, um pequeno agricultor, dono do sítio de cultura denominado Casa Branca e possuidor de cinco escravos (Thereza e seus quatro filhos).³⁵⁰ João Lopes possuía uma

³⁵⁰Entre 1863-1869, João Lopes vendeu 18 escravos para Vilella, os quais conheceremos mais adiante. Também, em várias negociações, João Lopes foi o procurador de Vilella. E, quando da morte de Vilella, João Lopes se tornou o tutor dos filhos órfãos.

estreita relação com o senhor Vilella, o que provavelmente levou os escravos a escolherem ele e seus familiares como padrinhos.³⁵¹

Ainda no quadro 22, é interessante notar que a porcentagem de escravos de outros senhores apadrinhando crianças da Fazenda do Morro Alto e de Santa Maria foi sempre bastante baixa, especialmente no período entre 1862-1871. Sendo assim, inferimos que os escravos do senhor Vilella não tinham o costume de criar redes de compadrio com os escravos moradores das propriedades vizinhas, como por exemplo, com os cativos do Sítio do Saltinho do senhor Felipe Antonio Franco, que ficava ao lado da fazenda do Morro Alto.³⁵²

Entre 1852 e 1879, o número de casais cativos do senhor Vilella, que apadrinharam as crianças, variou muito. Dentre os casais que mais batizaram estava Pedro e sua mulher Eufrazia, africanos, herdados do senhor Antonio Manoel Teixeira e residentes de Santa Maria, que apadrinharam quatro crianças. Há ainda o caso de um terceiro cativo bastante requisitado para batizados. Foi Virgilino, procedente da Fazenda do Capão Alto, no Paraná, tropeiro que apadrinhou cinco crianças. Mais adiante voltaremos à história desse forasteiro.

Outra transformação notável nos registros de batismo dos escravos de Vilella é a proporção entre crianças consideradas legítimas e aquelas consideradas naturais. Entre 1852-1867, as crianças frutos de uniões legítimas eram 81,2%. A partir de 1868 esse cenário se inverte e as crianças ditas naturais passam a ser grande maioria. Tal mudança foi consequência da chegada dos escravos do Capão Alto, que não tiveram seus casamentos legitimados pela igreja.

³⁵¹É possível que as terras dos dois senhores ficassem próximas e isso permitiu a criação de laços da família Lopes com a família Vilella e seus escravos. Contudo não conseguimos precisar a localização das propriedades desses senhores.

³⁵²A Fazenda do Morro divisa em um lado com o Rio Atibaia e com outro lado o sítio de Felipe Antonio Franco. Fonte: Cartório de Registro de Título e Documentos, S3, IH, L11 1868-1875 - Inscrição Especial de Hipotecas, p. 39 verso. CMU/UNICAMP.

QUADRO 24: BATISMOS DE CRIANÇAS LEGÍTIMAS E NATURAIS, NAS COMUNIDADES DE SANTA MARIA E DO MORRO ALTO, 1852-1879.

	1852-1867		1868-1879	
	Nº	%	Nº	%
Naturais	10	18,2	66	70,2
Legítimas	45	81,2	28	29,8
Total	55	100	94	100

Fonte: Livros de registros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Santa Cruz, 1850-1880. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

No que se refere às características de trabalho nas comunidades, consta-se que havia 45 escravos com ofício especializado, distribuídos nas propriedades do senhor Vilella:

QUADRO 25: DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO NAS COMUNIDADES DE FRANCISCO TEIXEIRA VILELLA E DONA MARIA JOSEPHA, 1852-1879.

	Homem	Mulher
Santa Maria	15	12
Morro Alto	6	5
Invernada	1	4
Areia Branca	1	1
Boa Vista	0	0
Total	23	22

Fonte: Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

O inventário de Francisco Vilella indica uma correlação positiva entre o ofício e a valoração dos cativos que, apesar de serem listados por núcleos familiares, eram avaliados individualmente. O maior valor entre as mulheres com ofício especializado foi de 1:600\$000

reis, atribuído à Marcela de 40 anos, viúva, natural de Campinas e cozinheira. Entre os homens com ofícios especializados, 9 foram avaliados em 2:300\$000 réis.³⁵³

QUADRO 26: DISTRIBUIÇÃO DOS OFÍCIOS ESPECIALIZADOS ENTRE OS ESCRAVOS DE VILELLA, DE ACORDO COM O SEXO, IDADE E O VALOR DOS ESCRAVOS, 1873.

Ocupação	Quantidade	Idade média	Valor médio (réis)
----------	------------	-------------	--------------------

Homem

Ferreiro	1	40	2:300.000
Tropeiro	1	25	2:300.000
Administrador		40	2:300.000
Pedreiro	2	36	2:300\$000
Feitor	1	40	2:200\$000
Carreiro	1	12	2:000\$000
Carapina	8	34	1:875\$000
Coveiro	1	25	1:600\$000
Doméstico	1	50	1:400\$000
Telheiro	1	50	1:400\$000
Pintor	1	52	1:000\$000
Marceneiro	1	25	1:000\$000
Cozinheiro	1	50	600\$000
Serrador	1	60	600\$000
Escrivão da Fazenda	1	64	600\$000

Mulher

Lavadeira	1	25	1:500\$000
Doméstica	13	43	1:053\$846
Cozinheira	8	45	1:037\$500

Fonte: Inventário *post-mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

³⁵³ Sete homens e dez mulheres não foram valorados. Estas eram crianças libertas pela lei do ventre livre. Inventário do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, Processo 4359, TJC, CMU/UNICAMP.

A liberdade chegou para uma pequena parcela dos escravos de Vilella. Após a morte de seu pai e antes mesmo que a herança fosse distribuída, oito escravos compraram suas liberdades, provavelmente aproveitando-se da péssima situação financeira deixada pelo finado senhor. Os alforriados foram Efigênia e seu filho Jose, o casal Benedito e Victorina e os solteiros Ancelmo, Benedita, José Inocencio e Roberto. Já sob a administração de Vilella, mais 21 escravos conseguiram a alforria.

QUADRO 27: DISTRIBUIÇÃO DE ALFORRIAS DOS ESCRAVOS DE VILELLA E DONA MARIA JOSEPHA, DE ACORDO COM O SEXO E COM O PERÍODO, 1850-1888.³⁵⁴

	1850-1851	1852-1863	1863-1888
Homem	5	3	5
Mulher	3	6	6
Total	8	10	11

Fonte: Alforrias de escravos, Fichas de Peter Eisenberg. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

Entre as alforriadas estava Rita, que precisou travar uma batalha no judiciário pela sua liberdade. Em 1879, Rita exercia serviços domésticos, tinha 67 anos, era esposa de Franklin e filha de Domingos e Catharina. Em 1879, após a morte de seu senhor, a escrava inicia um árduo processo de compra de sua liberdade, suplicando, inicialmente, que a alforria lhe seja concedida em troca de 200\$000 réis. Entretanto, as muitas dívidas e hipotecas realizadas pelo finado Vilella e pela senhora Maria Josepha parecem ter representado um difícil obstáculo para que a escrava, enfim, se fizesse livre.³⁵⁵

³⁵⁴ Estamos incluindo alforriados em testamentos/ inventários do senhor Vilella e os alforriados por ele e por sua mulher Maria Josepha.

³⁵⁵ Ação de Manumissão. 2º ofício, Processo 1879, TJC/CMU, UNICAMP.

Ocorreu que Dona Maria Josepha e os demais herdeiros do Comendador estavam decididos a não conceder tal benefício à escrava doméstica, ao menos em vistas à quantia oferecida. Para evitar manumissão, os proprietários lançaram mão de dois artifícios. Primeiramente, alegaram que não havia provas de que o pecúlio oferecido pela escrava fora obtido de maneira legal, assim como mandava a lei de 1871.³⁵⁶ Depois, apelaram para o fato de estar, a escrava, hipotecada ao Banco do Brazil Rural Hipotecário. Segundo os advogados de Rita, Os herdeiros “abusando da credulidade boçal da libertanda, ainda (...) a induziram e fizeram na conduzir para o termo de Limeira, onde a retiveram indevidamente no sítio denominado “Camargo””.³⁵⁷

Após mandar buscar a escrava, o curador conseguiu resolver os dois entraves colocados pelos proprietários. Inicialmente, Rita provou que seus recursos foram constituídos legalmente, assim como mandava a lei de 1871.³⁵⁸ E a segunda questão foi resolvida com emissão de uma petição requerendo que os credores hipotecários fossem notificados previamente, quando da alforria da escrava. A questão financeira dos herdeiros, como era de se esperar, não ficou de fora das negociações. Ao passo que, a liberdade, no fim, somente foi concedida após o pagamento de 600\$000, quantia três vezes maior do que aquela inicialmente oferecida pela escrava.

Houve, ainda, outros escravos que alcançaram a alforria. Entre eles, estão alguns forasteiros - Leocadia, Edwirges, Ursulina e Ignacio – cujas histórias foram transpassadas pelo desenraizamento e pela escravidão nas propriedades do Comendador Vilella. A seguir,

³⁵⁶Ação de Manumissão. 2º ofício, Processo 1879, TJC/CMU, UNICAMP.

³⁵⁷ *Idem*.

³⁵⁸ LEI Nº 2040 de 28.09.1871 - LEI DO VENTRE LIVRE. Art. 4.º - “É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sôbre a colocação e segurança do mesmo pecúlio”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm Acessado em 21/08/2013.

iremos conhecer um pouco da experiência desses cativos, marcados pelo comércio interno brasileiro.

3.3. Uma enxurrada de forasteiros.

Refresquemos um pouco a memória: Em 1850, quando Antonio Manoel Teixeira faleceu, havia em suas senzalas 482 escravos. Após as vendas para saldar as dívidas e depois das alforrias compradas por alguns escravos, restaram ao herdeiro Francisco Teixeira Vilella 286 escravos. Após assumir os negócios da família, Vilella passou 11 anos sem adquirir um novo escravo no mercado interno. Até que em fins do ano de 1863, iniciou suas compras e as senzalas de suas propriedades foram inundadas de forasteiros. Analisaremos, adiante, a chegada desses forasteiros em duas etapas: primeiro identificaremos aqueles que chegaram entre 1863-1864 e 1869-1872. E, na segunda etapa, conheceremos aqueles que chegaram através da grande compra de 1868.³⁵⁹

Em 1863-1864, os escravos das comunidades de Santa Maria, Morro Alto e Areia Branca viram dezenas de forasteiros adentrarem pelos portões das fazendas. Foram 113 cativos, sendo 91 homens e 22 mulheres adquiridos através de 23 compras.

QUADRO 28: FORASTEIROS ADQUIRIDOS POR VILELLA, EM 1863-1864.

	Nº	%
Homem	91	80,5
Mulher	22	19,5
Total	113	100

Fonte: Registros de Meia Sisa de 1850- 1880, Livros 20 - 57. Fundo: Coletoria de Rendas de Campinas. CMU/UNICAMP

³⁵⁹ Acreditamos que a negociação aconteceu em 1867, inclusive que os escravos foram transferidos do Paraná ainda naquele ano, pois como veremos a seguir algumas escravas do Capão Alto figuram em um processo em setembro de 1867. Contudo, o registro de meia sisa dessa compra data de fevereiro de 1868.

É impossível investigar a trajetória dos 113 forasteiros. Desse modo, acompanharemos as histórias de alguns deles, as quais nos ajudarão a melhor compreender as condições de vida desses forasteiros nas comunidades de Vilella.

Iniciemos por Ignacio. Os primeiros forasteiros que chegaram à Comunidade de Santa Maria, em setembro de 1863, foram Ignacio, crioulo de 15 anos, e sua mãe Firmina, de 35 anos. Não vinham de longe, visto que viviam em Campinas no sítio de João Lopes da Silva.³⁶⁰ Passada uma década de sua chegada à escravaria de Vilella, Ignacio, com 25 anos de idade, ainda vivia na fazenda de Santa Maria, era solteiro e trabalhador da roça; já sua mãe, companheira no comércio interno, havia falecido. Alguns anos depois, em 1882, Ignacio, aos 34 anos, foi agraciado com a liberdade pela sua senhora Maria Josepha, graças aos bons serviços prestados. O escravo deveria trabalhar mais quatro anos para sua senhora, recebendo o ordenado de 240\$000 réis por ano e, ao fim desse período, estaria livre.³⁶¹

A maioria dos forasteiros que chegaram às comunidades de Vilella dividiu com outros escravos a experiência do desenraizamento e as incertezas, que os acompanhavam ao longo da viagem do comércio interno, haja vista que apenas 8,8% deles foram comercializados individualmente.³⁶² Nota-se, no quadro abaixo, que 43,4% dos forasteiros do senhor foram comercializados em grupos com mais de 20 escravos.

³⁶⁰ Registro de Meia Sisa, Livro 35, p. 11 verso. Fundo CRC, CMU/UNICAMP.

³⁶¹ Alforrias de escravos, Fichas de Peter Eisenberg, Pasta 28. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

³⁶² Registros de Meia Sisa de 1850- 1880. Livro 35. CRC/CMU, UNICAMP.

QUADRO 29: GRUPOS DE FORASTEIROS ADQUIRIDOS POR VILELLA, 1863-1864.

	Nº	%
1 forasteiro	10	8,8
2-5	17	15
6-10	8	7,1
11-20	29	25,7
Mais de 20	49	43,4
Total	113	100

Fonte: Registros de Meia Sisa de 1850-1880, Livro 35. Fundo: Coletoria de Rendas de Campinas. CMU/UNICAMP

Exemplo de um desses grupos foi aquele composto por 27 escravos (todos os homens), comprados de Inocencio Gomes da Silva e levados para a fazenda Santa Maria no ano de 1864.³⁶³ Esse, inclusive, foi o maior grupo de escravos negociados por Vilella naquele ano, que foi marcado por grandes transformações na escravaria do senhor.³⁶⁴ Entre aqueles 27 forasteiros estavam Januário - de 16 anos, filho de Anastácio e Marcolina, natural de Mogi das Cruzes e aprendiz de carpinteiro - e Candido - de 25 anos, solteiro, filho de Vicente, natural do Ceará e pedreiro de ofício. Essa dupla, poucos anos depois, se uniu à escrava Leocadia, recém-chegada do Paraná, para prestar um serviço deveras singular para o senhor Vilella.

Na noite do dia sete de setembro de 1867, os três escravos se envolveram na tentativa de assassinato da senhora Maria Leopoldina de Godoy, suposta amante de Vilella!³⁶⁵

³⁶³ Registros de Meia Sisa de 1850-1880, Livro 35. Fundo: Coletoria de Rendas de Campinas. CMU/UNICAMP.

³⁶⁴ Só naquele ano, 110 forasteiros chegaram às comunidades de Santa Maria, de Morro Alto e da Invernada.

³⁶⁵ Ao ser perguntado, quais os laços existentes entre a ofendida e o Comendador Vilella e se havia questões pelas quais se pudessem presumir ser o Comendador um dos participantes do delito praticado por seu escravo Januário, Dona Maria Teresa das Dores, a mãe da vítima “Respondeu que sua filha estava amasiada com o mesmo Comendador e (...) que a mesma sua filha queria abandonar a companhia do referido comendador e que

Em depoimento, a senhora Maria Leopoldina de Godoy contou que, na dita noite, levou um tiro de pistola quando estava no quintal de sua casa. A vítima acusava Januário de ser o autor do disparo, pois teria visto o réu atirar. Ademais, afirmava Maria Leopoldina, que existiam agravantes que sustentavam sua suspeita. Segundo a senhora, apesar de Januário residir em sua casa para servi-la, o escravo, nos últimos tempos, estava se tornando desobediente. Em virtude dessa insubordinação, dias antes ao atentado, mandou-o de volta ao sítio de seu senhor. Disse ainda que, todavia, passados alguns dias, o escravo retornou, pedindo que o aceitasse e prometendo esforçar-se e servi-la com obediência. Ela, “compadecendo-se daquelas ‘palavras’ deliberou-se (...) e então escreveu uma carta ao Comendador Vilella comunicando o que havia passado(...)”, aceitando Januário de volta em sua casa.³⁶⁶

Intrigante é que, de acordo com as testemunhas, os escravos teriam realizado tal crime exatamente a mando do seu senhor que, em troca, lhes prometera a liberdade. O pai da ofendida, por sua vez, corroborava tal versão. Disse, ele, ter ouvido de Januário, uma semana antes do crime, que este ainda não sabia se seria, ou não, liberto, dando a entender que o cativo detinha um meio de obter sua liberdade. O pai da vítima afirmava ainda ter certeza que o atentado contra sua filha fora ordenado por Francisco Teixeira Vilella.

Se de fato o plano fora articulado pelo Comendador, ele foi mais que malogrado. Não só a amante sobreviveu, mas o seu caso extraconjugal acabou por vir a público e ainda foram

este prometeu acabar com ela se aqui ficasse (em Campinas).” Outra testemunha confirmou o romance entre a vítima e o Comendador, era Antonio Teixeira Marinho, 31 anos, solteiro e primeira testemunha do processo, que ao ser questionado se sabia o que os escravos de Francisco Teixeira Vilella faziam na casa da ofendida, respondeu ser público que a ofendida era “amasia do referido Comendador Vilella e que seus escravos aí estavam em serviço da mesma ofendida. Mas, que o Comendador Vilella já não vivia bem com a ofendida e lhe ordenou que se retirasse para São Paulo e para isso lhe daria quatrocentos mil réis. No entanto, segue a testemunha, insistindo, a ofendida, em permanecer em Campinas, o mesmo comendador a ameaçou”. Fundo: Crimes de São Paulo, DOC 001, MR 0215. AEL/UNICAMP.

³⁶⁶Fundo: Crimes de São Paulo, DOC 001, MR 0215. AEL/UNICAMP.

reveladas possíveis características, no mínimo comprometedoras, das ações e da personalidade do Comendador.³⁶⁷ Para os escravos, que talvez tenham visto na confusão extraconjugal de Vilella uma oportunidade de conseguir a alforria, o desfecho do possível plano também foi frustrante. Januário, Candido e Leocádia não conseguiram sua liberdade. Anos mais tarde os escravos foram avaliados em inventário, no qual constam como ainda solteiros e sem redes de parentescos estabelecidas.³⁶⁸ Ao menos foram absolvidos da acusação de tentarem matar a senhora Maria Leopoldina.

Pois bem, naquele movimentado ano de 1864, em junho, os escravos Gregório e Estevão chegaram à fazenda de Santa Maria. Gregório, natural do Pernambuco e filho de Joaquim e Luiza, chegou à Campinas num grupo com mais 16 forasteiros, todos comprados do negociante Diogo Antonio de Souza Castro. Estevão (pernambucano de 18 anos e filho de Roza) também fora adquirido do comerciante Diogo Castro, mas, ao contrário de Gregório, foi negociado individualmente. Em comum, os escravos tinham a cidade natal e a experiência de terem sido dela arrancados. Compartilhavam, ainda, de terem desembocado, quase juntos, na fazenda de Vilella. Coincidência ou não, houve ainda mais uma comunhão: quatro anos após terem chegado à fazenda empreenderam, juntos, uma fuga e alguns crimes.

No início de 1868, os forasteiros fugiriam da fazenda Santa Maria, provavelmente aproveitando o furdúncio advindo da chegada de 186 novos moradores à comunidade (como veremos mais adiante). Os fugitivos foram encontrados em Jundiaí, na vila de Bethim de

³⁶⁷Foi perguntado à mãe da vítima se ela conhecia bem o caráter do Comendador Vilella, e se “o julga por seus antecedentes e costumes capaz de atentar contra a vida de alguém, empregando para isso escravos e capangas? A mãe da vítima responde que conhecia bem o caráter e costume do Comendador Vilella e o julgava capaz do atentado contra sua filha. Afirmava também que o mesmo já teria mandado atentar contra várias pessoas. Ademais a depoente contou que, quando morou na casa do comendador, viu este mandar o mulato Francisco, armado de uma garrucha, fazer esperar na porta de Caetano Jose da Silva Costa Pessoa, e completou listando outros casos em que o comendador mandou escravos ameaçar ou atentar contra outras pessoas. Fundo: Crimes de São Paulo, DOC 001, MR 0215. AEL/UNICAMP.

³⁶⁸Veremos anos mais tarde a escrava Leocadia conseguiu comprar sua alforria.

onde praticaram diversos roubos no sítio de Antonio Rodrigues da Silva. Ricardo Pereira Coutinho, que residia no sítio em questão, mandou que seu escravo Miguel e seu “camarada” Joaquim seguissem os vestígios dos ladrões a fim de prendê-los para evitar mais roubos. No dia 06 de abril daquele ano, Estevão e Gregório foram encontrados no mato. Ao serem intimados a se entregar, os forasteiros reagiram e desferiram facadas contra o escravo Miguel e contra o camarada Joaquim.³⁶⁹

Diante dos prejuízos causados pela morte de Miguel, “moço, sadio e sem vícios”, pelo qual tinham grade afeição, Ricardo Pereira Coutinho exigiu que o senhor Vilella o indenizasse em 2:500\$000 réis. Contudo, curiosamente, mesmo os criminosos tendo se entregado e confessado o crime, ambos foram absolvidos das acusações de homicídio e o Comendador não precisou desembolsar nenhum vintém.³⁷⁰ Assim como naquele crime contra Dona Maria Leopoldina, o Comendador Vilella saiu ileso do conflito judicial. Talvez por causa do prestígio político de seu pai e, além do seu próprio, contasse com a simpatia e condescendência das autoridades.

Também em junho de 1864, Jose, de 16 anos e natural de Rio Pardo, foi comprado por Vilella, juntamente com mais dezesseis escravos.³⁷¹ Durante nove anos, o forasteiro viveu no sítio da Areia Branca no município de Mogi Mirim. Contudo com a morte de seu senhor, em 1873, ele fora “mudado para Campinas”.³⁷² Tal situação demonstra que havia, para os escravos de Vilella, a possibilidade de serem transferidos de uma comunidade a outra. Isso

³⁶⁹Libelo Civil, 1º ofício, Processo 4022, CMU/UNICAMP.

³⁷⁰ Em 1873, Gregório e Estevão foram avaliados em 2:000\$000 e 2:100\$000 réis, respectivamente. Fontes: Libelo Civil, 1º ofício, Processo 4022, CMU/UNICAMP.

³⁷¹ Registros de Meia Sisa de 1850- 1880. Livro 35. CRC/CMU, UNICAMP.

³⁷²Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

representaria, para os forasteiros, a chance de um novo trauma, uma vez que seria necessário enfrentar novamente os obstáculos para adaptar-se a um novo ambiente.

Em abril de 1865, chegou à Santa Maria, o forasteiro Manoel, filho de Thomaz e Francisca, de 30 anos, natural do Pernambuco. Nem bem passaram oito anos, Manoel empreendeu fuga da fazenda Santa Maria, tendo como companheiro na empreitada o escravo Antonio.³⁷³ De acordo com o anúncio publicado no jornal a Gazeta de Notícias no dia 08 de fevereiro de 1874, Manoel quando fugira “tinha sinal de ferida na cara e na cabeça sinal de bordoadas” e, ao fugir, levou consigo uma grande faca.³⁷⁴ Antonio, seu companheiro, era oficial de pintor falava muito bem e também sabia um pouco de francês.

No mesmo grupo em que chegara Manoel estava também Manoel Rozario, de 18 anos, filho de Rozalia e natural de Maceió. Instiga o fato de, mais tarde, Manoel Razario ter se tornado o feitor da fazenda de Santa Maria ele continuava solteiro e sem estabelecer³⁷⁵ laços de compadrio com seus companheiros. Assim como Manoel do Rozario, até 1873 a maioria daqueles 113 forasteiros permanecia solteira e sem desenvolver laços de compadrio. Provavelmente somava-se ao fato de serem forasteiros, a tenra idade da maioria deles e a falta de algum ofício especializado, que pudesse atrair o interesse dos pais das crianças a serem batizadas.

É legítimo supor, portanto, que o grande número de escravos solteiros formasse o que se denominou “família *solitary*”. Essa família escrava, segundo Alida Metcalf, era composta por indivíduos que buscavam apoio um no outro e, no caso dos forasteiros, acreditamos que

³⁷³ Não conseguimos identificar se Antonio também era forasteiro, pois há 8 “Antonios” na lista de avaliação de 1873 e não informações suficientes para precisar qual entre eles era o escravo fugido.

³⁷⁴ Talvez esses sejam indícios de que o escravo estivesse sofrendo maus tratos na fazenda e tenha encontrado na fuga, um meio de dar um basta àquela situação.

³⁷⁵ Registros de Meia Sisa de 1850- 1880. Livro 35. CRC/CMU, UNICAMP.

a união podia auxiliar na adaptação ao novo cativeiro e amenizar a saudade dos entes queridos que ficaram para trás.

Com exceção de Manoel Rozario, Candido e Januário, não identificamos outros forasteiros com acesso a ofícios especializados que pudessem servir de parâmetro para inferirmos a respeito da correlação entre o privilégio de exercer trabalho especializado e as perspectivas de melhora nas condições de vida dos forasteiros. Tampouco foi possível identificar, entre os forasteiros, a influência de tais ofícios e o estabelecimento de laços de parentesco, fossem eles consanguíneos ou de solidariedade, com os escravos já residentes na comunidade. Mas podemos inferir que Vilella preferisse conceder o benefício dos trabalhos especializados aos escravos já residentes em suas comunidades.

Em 16 de agosto de 1869, Ignacio, o primeiro forasteiro a ser levado para a fazenda de Santa Maria, viu alguns de seus antigos companheiros, da época em que era propriedade de João Lopes da Silva, chegarem à propriedade. Foram 16 forasteiros, adquiridos de uma única vez do mesmo João Lopes. Por eles, o senhor Vilella pagou a quantia de 19:200\$000 reis.³⁷⁶ Esse grupo era composto por 10 homens e 6 mulheres entre os quais 9 eram africanos que possuíam idade superior à 30 anos. No mais, havia no grupo dois casais. Se para os escravos de João Lopes, serem negociados juntos com seus companheiros podia amenizar o trauma do comércio interno, para duas das escravas não houve alívio: Joana, de 11 anos, e a escrava (homônima) Joana, de 18 anos. Elas não permaneceram unidas aos companheiros, em vista de que não foram enviadas para a fazenda Santa Maria. Mas sim, para outra propriedade de Vilella, a comunidade Areia Branca.

³⁷⁶Livro de Escrituras de Campinas, 2º Cartório de Notas de Campinas, Livro 5, p. 24v-27v.

Seguindo o rastro dos escravos internamente comercializados para a propriedade do senhor Vilella, deparamo-nos com aquela lacuna nos registros de meia sisa no período entre 1870-1872. Todavia, foi possível identificar a chegada de alguns forasteiros às comunidades do senhor nesse período,³⁷⁷ quando adentraram a comunidade, no mínimo, oito escravos: Leoncio, João, Benedito, Nazario, Firmino, Elisbão, Silverinho e Florindo.

Se, por um lado, somente podemos supor que Nazario, Firmino, Elisbão e Silverinho tenham sido companheiros de viagem no comércio interno, por outro, podemos afirmar a respeito de outra experiência comungada pelos quatro: a da fuga, empreendida no dia 18 de setembro de 1872.³⁷⁸ Vale dizer que, com exceção de Elisbão, os forasteiros já estavam de volta à fazenda no ano de 1873, ocasião em que foram avaliados em conjunto com outros escravos.

No ano seguinte a essa fuga, mais precisamente em 25 de janeiro de 1873, evadiram-se outros três daqueles oito forasteiros chegados à fazenda Santa Maria, entre 1871 e 1872.³⁷⁹ Foram os jovens João (de 14 anos, semblante triste e que estava com ferro no pé), Benedito Gavião (que estava sob hipoteca ao senhor Gavião,³⁸⁰ tinha 20 anos, era natural de Minas e fora marcado com ferro em brasa) e Leoncio (de 16 anos, filho de Matilde e natural da Bahia).

³⁷⁷Informações obtidas através do cruzamento dos registros de meia sisa com a lista da avaliação do inventário do senhor Francisco Teixeira Vilella. É provável que outros escravos tenham sido adquiridos, mas não foi possível identifica-los.

³⁷⁸ Nazario tinha 25 anos e era filho de Thomazia, Firmino tinha de 22 anos e Elisbão tinha 28 anos. Eram, os três, naturais da Bahia. Silverinho, o mais novo do grupo, tinha 16 anos. Era filho de Damião e Severina, natural de Minas e pertencente a vila de São João das Formigas.

³⁷⁹ No dia 16 novembro de 1876 foi à vez de Florindo fugir da Fazenda de Santa Maria. O forasteiro era natural do Rio de Janeiro, filho de Joaquim e Maria, tinha aproximadamente 30 anos, era “bem apessoado, mas gostava de beber”. Diário de Campinas, 24 de novembro de 1876. AEL/UNICAMP.

³⁸⁰ Assim como forasteiro conhecido descrito como Benedito Gavião, outros 27 escravos estavam hipotecados para Gavião, sendo a grande maioria residente na Fazenda do Morro Alto, incluindo alguns forasteiros. Ademais, outros 280 escravos moradores da Fazenda de Santa Maria, também estavam hipotecados. Será que os escravos sabiam o que estava acontecendo? Será que esse fora mais elemento de incerteza e de angústia para os cativos que poderiam acabar nas mãos de credores a qualquer momento? Acreditamos que sim. Veremos a seguir que essa situação atingiu diretamente a vida de alguns escravos, especialmente de alguns forasteiros.

Acrescenta-se que, de acordo com o anúncio do senhor Vilella, Benedito costumava fugir para Ouro Fino e para Borda da Mata. Sem dúvida, essa não era a primeira vez que os escravos fugiam, como indicava o ferro no pé de João. O semblante triste de João e a tentativa de voltar para a terra natal de Benedito explicitam quão devastadora era a experiência do comércio interno para os forasteiros.³⁸¹

3.4. Os devotos de “Sinhara”.

Iniciemos a segunda etapa da investigação sobre os forasteiros comprados pelo senhor Vilella, aquela referente à compra registrada em 1868, de 186 escravos, adquiridos de uma só vez. O escrutínio dessa história nos permitirá conhecer uma experiência bastante peculiar da escravidão brasileira e do comércio interno. Tal peculiaridade, como nós veremos, não reside somente na grande dimensão de escravos negociados, mas também no fato de que todos os 186 cativos, antes, pertenciam a um mesmo grupo, a comunidade Capão Alto. As peculiaridades não param por aí, porém não vamos nos antecipar.

Voltemos um pouco no tempo para entender o que era a comunidade do Capão Alto. Localizada às margens do rio Iapó, a fazenda do Capão Alto surgiu de uma Sesmaria concedida à Família Taques de Almeida.³⁸² Em 1730, a propriedade foi doada à ordem dos Carmelitas, que ali criavam gados de corte para alimentar os padres. Fundou-se, então, um aldeamento e uma missão para salvar as almas dos índios Guarabirabas. Posteriormente, na fazenda Capão Alto, os carmelitas ergueram “a principal e mais bonita e muito elegante capela da redondeza”, a capela de Nossa senhora do Carmo.³⁸³ A paróquia de Castro teve,

³⁸¹Gazeta de notícias, 25 de janeiro de 1873, página 3. AEL/UNICAMP.

³⁸²Cadernos do Patrimônio. Fazenda Capão Alto. Secretaria de Estado da Cultura e Esporte. Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

³⁸³Livro do Tombo, n 3, folhas 233, 234 e 235. Cópia disponível no Museu do tropeiro na cidade Castro.

assim, nessa capela de Capão Alto, o “seu berço, seu princípio”,³⁸⁴ sendo marcada pela presença de tropeiros que ali passavam em direção à província de São Paulo.

IMAGEM 3: Ruínas da Capela de Nossa Senhora do Carmo, sob a qual há um cemitério de escravos.



Foto: Joice Oliveira, janeiro de 2013.

Após ser criada a paróquia de Castro, os carmelitas colocaram fim ao aldeamento e voltaram para São Paulo. Àquela altura, a fazenda do Capão Alto e as outras fazendas administradas pelos carmelitas já estavam cheias de escravos. É interessante notar, anos depois, a grande indignação do vigário local com o fato de os frades serem senhores de escravos. O padre, inclusive, indagou “Como os frades católicos podiam possuir escravos.... e o que ainda mais escravos de Nossa Senhora do Carmo!!? É o cúmulo!...barbaridade!... e desgraça... no meu fraco entender...Frades...com escravos!!! Credo...Cruz!”³⁸⁵

Ao saírem do município de Castro, os padres deixaram o escravo Inocencio incumbido de administrar as fazendas e outros cativos responsáveis por fiscalizar o trabalho

³⁸⁴ Livro do Tombo, n 3, folhas 233, 234 e 235. Cópia disponível no Museu do tropeiro na cidade Castro.

³⁸⁵ *Idem.*

de seus companheiros cativos. Por conta disso, dizia-se em Castro que os escravos no Capão Alto tinham criado uma comunidade independente, um quilombo, onde residiam em diversas senzalas e cultivavam alimentos básicos. Contavam que os cativos faziam trocas de alimentos, seja no centro de Castro, seja com os tropeiros que por ali passavam. Dizia-se ainda que viviam ali quase em estado de liberdade, sem a presença senhorial. Ademais, segundo o Vigário da Paróquia de Santa Anna, contava-se em Castro que os escravos do Capão Alto eram “muito humildes, obedientes e dóceis no trato com a gente” e eram muito devotos de Nossa Senhora do Carmo a quem chamavam a nossa de Sinhara.³⁸⁶ Em estudo sobre a trajetória do liberto Tito, Regina Xavier analisou a mistura da cultura africana com os ritos da Igreja Católica e observou os modos como os escravos vivenciavam a fé católica e a influência de suas tradições africanas. Para a autora:

A questão é que os escravos, em grande medida estrangeiros, possuíam uma tradição cultural imensamente complexa e diversificada, sobretudo se considerarmos a procedência variada desses indivíduos e a rica transformação de suas tradições originárias sofrida desde o processo de escravização.³⁸⁷

Os registros paroquiais revelam que apesar de não conviverem com um senhor, os escravos tinham autoridades responsáveis pela fiscalização do trabalho. Na década de 1840, por exemplo, havia um capataz na fazenda do Capão Alto. Era Pedro, e era ele o provável responsável pela disciplina do trabalho na fazenda.

³⁸⁶ Cadernos do Patrimônio. Fazenda Capão Alto. Secretaria de Estado da Cultura e Esporte. Coordenadoria do Patrimônio Cultural; Livro do Tombo, nº 3, folhas 233 verso, 234 e 234 v e 235. Cópia disponível no Museu do tropeiro na cidade Castro.

³⁸⁷ XAVIER, Regina Célia Lima. Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.115.

Ademais, os registros de batismo e casamento da Fazenda do Capão Alto demonstram que ao longo de mais de um século, formou-se uma comunidade bastante complexa. Entre os anos de 1796 e 1863, foram registrados 34 casamentos,³⁸⁸ e entre 1799 e 1857,³⁸⁹ foram batizadas 171 crianças,³⁹⁰ as quais garantiram a manutenção da comunidade. Observa-se, ainda, que os laços de compadrio se estendiam para além dos limites do Capão Alto, de modo que também eram estabelecidos com escravos da Fazenda Cunhaporanga e da Fazenda Vassoural, ambas igualmente pertencentes à ordem dos Carmelitas. Ademais, os registros de batismos revelam um grande número de escravos alforriados naquela comunidade.³⁹¹

Aliás, lá, em Capão Alto, não viviam somente escravos. Viviam também, como agregados, pessoas libertas e livres. Exemplo disso é que, no dia 16 de fevereiro de 1805, recebeu os santos óleos o forro Constantino, filho dos libertos Nicomedy e sua mulher Antonia, tendo como padrinhos Francisco Duarte e sua mulher Bibiana Rodrigues, todos forros e agregados da fazenda do Capão Alto.

³⁸⁸ O primeiro matrimônio registrado na paróquia de Castro foi de Boaventura e Christina, no dia 26 de julho de 1796. Fonte: Registros de Casamentos, 1796-1868. Paróquia de Santa' Anna. Castro, Paraná.

³⁸⁹ Não foi possível fazer a leitura dos registros de batismo para o intervalo entre 1857 a 1868.

³⁹⁰ Francisco nascido em 16 de novembro de 1799, filho de Mariano e Florença foi a primeira criança do Capão Alto batizado na paróquia. Fontes: Registros de Batismos, 1799-1857. Paróquia de Santa' Anna. Castro, Paraná.

³⁹¹ Tentei ter acesso aos registros de alforria na cidade de Castro. No entanto, foi preciso utilizar instrumentos legais, uma vez que o cartório não queria disponibilizar os arquivos. Mas, meu pedido de autorização judicial para consultar essa documentação foi negado.

IMAGEM 4: Ruínas de uma das senzalas, que existiam na fazenda.



Foto: Joice Oliveira, janeiro de 2013.

Até o ano de 1860 os escravos parecem ter vivido tranquilamente por ali. A comunidade da fazenda, então, era composta por 125 homens e 111 mulheres. Mais de 50% dos escravos eram, ainda, crianças (com idades de 0 a 14 anos). De acordo com Eduardo Pena, a grande presença de crianças e jovens na comunidade paranaense do Capão Alto é:

(...) reflexo direto de um perfil de população escrava adulta harmonizada entre os sexos, característico da região paranaense, que possibilitou até, em alguns momentos, um crescimento vegetativo da população cativa, de forma semelhante ao crescimento de uma população livre por reprodução natural.³⁹²

Mas essa aparente calma definitivamente findou quando José Bonifácio da Silva, mais tarde Barão de Carmelo, comprou a fazenda da ordem dos Carmelitas. Segundo a língua do povo, o Barão “adulava os frades, rezava e jejuava com eles, parando semanas inteiras no

³⁹²PENA, Eduardo. Op.cit. p. 175.

convento deles, de modo que conseguiu comprar o Capão Alto por uma ninharia.”³⁹³ Segundo o Vigário da Paróquia de Santa Anna, dizia-se pela cidade, que tanto foi uma “ninharia” a quantia paga por Capão Alto que, seguida a sua compra, José Bonifácio negociou o gado que lá estava por um valor três vezes maior ao da própria fazenda.³⁹⁴

Os escravos que ali viviam, por sua vez, foram comercializados pelos carmelitas com o negociante Bernardo Gavião. Segundo Spiller “há indícios, se não de um “conluio”, pelo menos de uma combinação prévia entre os comerciantes paulistas e frades carmelitas.” Haja vista que o contrato foi fechado de maneira apressada, mais precisamente em dezembro de 1863, poucos meses antes de o governo imperial intervir na administração dos carmelitas, o que revela o oportunismo não apenas dos Gaviões, como também dos próprios frades.³⁹⁵

A negociação aconteceu sem a licença necessária do governo imperial. Sabendo da irregularidade da transação, os comerciantes paulistas, para se protegerem de prejuízos futuros, estipularam a seguinte cláusula no contrato: “quando os arrendatários sejam forçados à entrega dos escravos por emancipação deles ou por outro qualquer motivo, serão restituídos aos arrendatários os arrendamentos recebidos pelo convento e pagará mais a multa de 50 contos de réis”.³⁹⁶ Pois bem, fechado o negócio com os carmelitas, a firma Gavião tratou de, urgentemente, vender os 236 escravos que ali viviam...

Logo que veio à tona a notícia de que haviam sido vendidos para a província de São Paulo, um grande pânico tomou os moradores da comunidade do Capão Alto. Os cativos, que consultavam Nossa Senhora do Carmo antes de tomar qualquer decisão, mandaram avisar

³⁹³Livro do Tombo, n° 3, folhas 233 verso, 234 e 234 v e 235. Cópia disponível no Museu do tropeiro na cidade Castro.

³⁹⁴ *Idem.*

³⁹⁵PENA, Eduardo. Op. Cit., p. 168.

³⁹⁶PENA, Eduardo. Op. Cit., p. 174.

aos comerciantes paulistas que só iriam se a Sinhara quissse, “se não, não”.³⁹⁷ Aconteceu que a Sinhara não quis e os escravos se recusaram a deixar a fazenda.

Num primeiro momento, os escravos utilizaram um argumento jurídico para se livrarem da venda. Pertinentemente, eles sabiam da necessidade do pagamento de impostos exigidos para a saída de escravos de uma província. O não pagamento dessas taxas pelos comerciantes paulistas foi utilizado, astutamente, como argumento para impedir a transferência. No entanto, tal estratégia não surtiu efeito. A solução encontrada pelos cativos, nessa situação, foi a de iniciarem uma revolta.

O sócio da firma Gavião, Camilo Gavião Peixoto, numa tentativa inócua de pacificar os escravos, passou então a presenteá-los para convencê-los a seguir rumo a São Paulo. Irredutíveis, os escravos se organizaram para um confronto armado com os negociantes e com a polícia. De acordo com as autoridades policiais:

(...) os negros haviam preparado um arsenal para a luta, que não tiveram tempo de usar, havendo a presença nas senzalas de um grande número de facas do serviço de Campo, espingarda e pistolas carregadas com bala, material suficiente para um estopim de grandes proporções.³⁹⁸

Contudo, a revolta não eclodiu. Os escravos foram controlados pela força policial e ficaram sob o poder da firma Gavião. O destino derradeiro da comunidade foi sua divisão em dois grupos. O primeiro deles, de 50 escravos, foi levado para trabalhar na construção da ferrovia que ligava a cidade de Jundiaí à de Campinas, obra financiada pela própria firma

³⁹⁷ Livro do Tombo, n° 3, páginas 233 verso, 234 e 234 v e 235. Cópia disponível no Museu do tropeiro na cidade Castro.

³⁹⁸PENA, Eduardo. *Op. Cit.* p. 176.

Bernardo Gavião & Gavião. O outro grupo, de 186 cativos, foi exatamente aquele vendido, de uma única vez, para o Comendador Francisco Teixeira Villela.

IMAGEM 5: Casa Grande da Fazenda do Capão Alto construída no ano de 1871, na cidade Castro, após a venda dos escravos.



Foto: Joice Oliveira, janeiro de 2013.

Assim, a primeira separação, dos membros da comunidade do Capão Alto aconteceu ainda em terras paranaenses, quando 12 mulheres e 38 homens foram levados para a estrada de ferro paulista. Nesse primeiro momento, laços familiares provavelmente se romperam e, sem dúvida, laços de solidariedade, constituídos ao longo de anos no Capão Alto, também foram desfeitos.³⁹⁹

A partir dessa transação, a vida dos escravos da comunidade do Capão Alto se transformou drasticamente, considerando que a comunidade, construída ao longo de mais de um século, se dissolvia. Os cativos que restaram na fazenda perderiam, então, os seus direitos conquistados e seriam submetidos a um regime de trabalho bastante distinto daquele

³⁹⁹PENA, Eduardo Spiller. Op.cit.

realizado na cidade de Castro, à medida que seriam submetidos ao julgo do árduo e fiscalizado trabalho na lavoura cafeeira.

**QUADRO 30: FORASTEIROS DA FAZENDA DO CAPÃO ALTO
COMPRADOS PELO COMENDADOR FRANCISCO TEIXEIRA VILELLA.**

Faixa Etária	Homem	Mulher	Total
0-4	10	15	25
5-9	19	09	28
10-14	17	17	34
15-19	05	06	11
20-24	11	03	14
25-29	03	06	09
30-34	06	10	16
35-39	01	04	05
40-44	05	11	16
45-49	02	08	10
50-54	06	08	14
55 ou + mais	02	02	04
Total	87	99	186

Fonte: Coletoria de Rendas de Campinas, Livro 43.
CMU/UNICAMP

O fato da maior parcela de cativos ter seguido junto para Campinas não significou o fim das separações. Antes, ao chegarem ao município, novos deslances ocorreram. A grande maioria dos escravos passou a residir na Fazenda de Santa Maria, mas outras pequenas parcelas foram levadas para a Fazenda do Morro Alto e para a Fazenda da Invernada. Apesar dessa dura dispersão, os forasteiros vindos do Capão Alto tinham, ao menos, uns aos outros para dividir as angústias do comércio interno e os desafios de se adaptar a uma nova realidade.

Ao chegarem às propriedades de Vilella, especialmente em Santa Maria e Morro Alto, os escravos se depararam com comunidades estabelecidas há alguns anos. Mas, note-se, a fazenda do Capão Alto era de formação ainda mais antiga, tendo surgido no século XVIII.

Assim sendo, estamos diante de um caso peculiar em que uma comunidade foi inserida em outras 3 comunidades.

Muitas questões surgiam diante desse curioso caso. Como esses forasteiros foram recebidos? Eles se integraram às comunidades já existentes? Eles se isolaram com seus companheiros do Paraná? Eles criaram laços verticais e horizontais? Eles conseguiram ofícios especializados e alforrias? Tentemos então, por alguma luz sobre essas questões.

3.5. A vida longe do Capão Alto.

No ano da morte do senhor Villela, contavam nas comunidades escravas 123 escravos procedentes de Capão Alto. Eram 54 mulheres, sendo 39 solteiras e 15 que eram ou já haviam sido casadas. Entre os 69 homens, apenas 9 eram casados ou viúvos. Com respeito aos casais de cativos formados ainda em Castro, inferimos que muitos deles vivessem em união consensual⁴⁰⁰ e, quando levados para Campinas, não possuíam o matrimônio reconhecido pela igreja. Um indício dessa situação é que, com exceção de um caso,⁴⁰¹ todas as crianças filhas de escravas procedentes de Capão Alto foram registradas em seus batismos como possuindo pai incógnito e mãe solteira. Ora, se o casamento dos escravos paranaenses não fora reconhecido pela igreja, então os filhos desses casais não tinham pais legítimos perante a lei. O mesmo ocorria quando da união, sem legitimação matrimonial, entre escravos de Castro e aqueles que, antes, já eram propriedade de Villela.

⁴⁰⁰ Acreditamos que 34 registros de batismos, os quais foram encontrados nos livros paroquiais de Castro, referentes ao período de mais de 100 anos, é um número muito baixo. Talvez, os escravos, nem sempre, legitimavam seus casamentos na Igreja Matriz, talvez o fizessem internamente sob as bênçãos da Sinhara na Capela do Capão Alto.

⁴⁰¹ Justina foi batizada em 30 de maio de oitocentos e setenta, seus pais eram Jordão e Porfíria ambos naturais do Paraná e seus padrinhos foram Rosa e Pedro. Fonte: Livros de Registros de Casamento da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Nossa Senhora da Cruz. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

Um exemplo foi o caso da forasteira Benta. No dia 01 de março de 1859, na Paróquia de Santana em Castro, Benta se casou com Ledoino, com quem teve ao menos dois filhos: Miguel e Joaquim Santa Anna. Anos depois a família foi separada. Ledoino provavelmente seguiu para o trabalho na Estrada de Ferro em Jundiáí, enquanto sua esposa e seus filhos foram levados à Campinas. Passados alguns anos vivendo na fazenda de Santa Maria, Benta conseguiu refazer sua vida e começar uma nova família. Ela conseguiu um companheiro com quem teve o pequeno Domingos, batizado em oito de maio de 1876, pelos padrinhos Urbano Pompeu de Camargo e Dona Carlota Miquelina de Abreu Rangel.⁴⁰²

Por meio dos registros de batismos, conseguimos afirmar que 24 crianças, filhas de escravas procedentes de Castro nasceram nas propriedades do senhor Vilella.⁴⁰³ Como vimos anteriormente, a análise desses registros de batismo pode nos revelar fatores importantes do processo de adaptação e construção de laços de solidariedade entre os forasteiros, sobretudo no que diz respeito ao compadrio. Vejamos o que eles nos contam a esse respeito.

QUADRO 31: CONDIÇÃO DOS PADRINHOS DOS FILHOS E FILHAS DAS ESCRAVAS PROCEDENTES DO CAPÃO ALTO, 1868-1879.

Padrinhos	Nº
Livres	13
Escravos de Vilella	8
Escravo de Vilella + Escravo de outro	2
Escravo de Vilella +Liberto	1
Total	24

Fonte: Livros de registros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Santa Cruz, 1850-1880. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

⁴⁰²Registros de Casamentos, 1796-1868. Paróquia de Santana. Castro, Paraná.

⁴⁰³ Esse número pode ser maior, tanto pela possibilidade de muitas crianças terem morrido antes de serem batizadas e também porque em alguns casos não conseguimos precisar se a mãe das crianças era procedente do Capão Alto.

Observamos que os forasteiros do Capão Alto estabeleceram mais laços verticais do que horizontais de compadrio. Dentre as 24⁴⁰⁴ crianças batizadas 13 foram apadrinhadas por padrinho e madrinha livres (entre eles, José Lopes da Silva, anteriormente mencionado). Para outras 8 crianças, seus pais escolheram padrinhos entre os cativos do senhor Villela e com quem conviviam na Comunidade. Por fim, apenas Gabriel, filho de Francisca e de pai incógnito, teve como padrinho um escravo de outro senhor.⁴⁰⁵

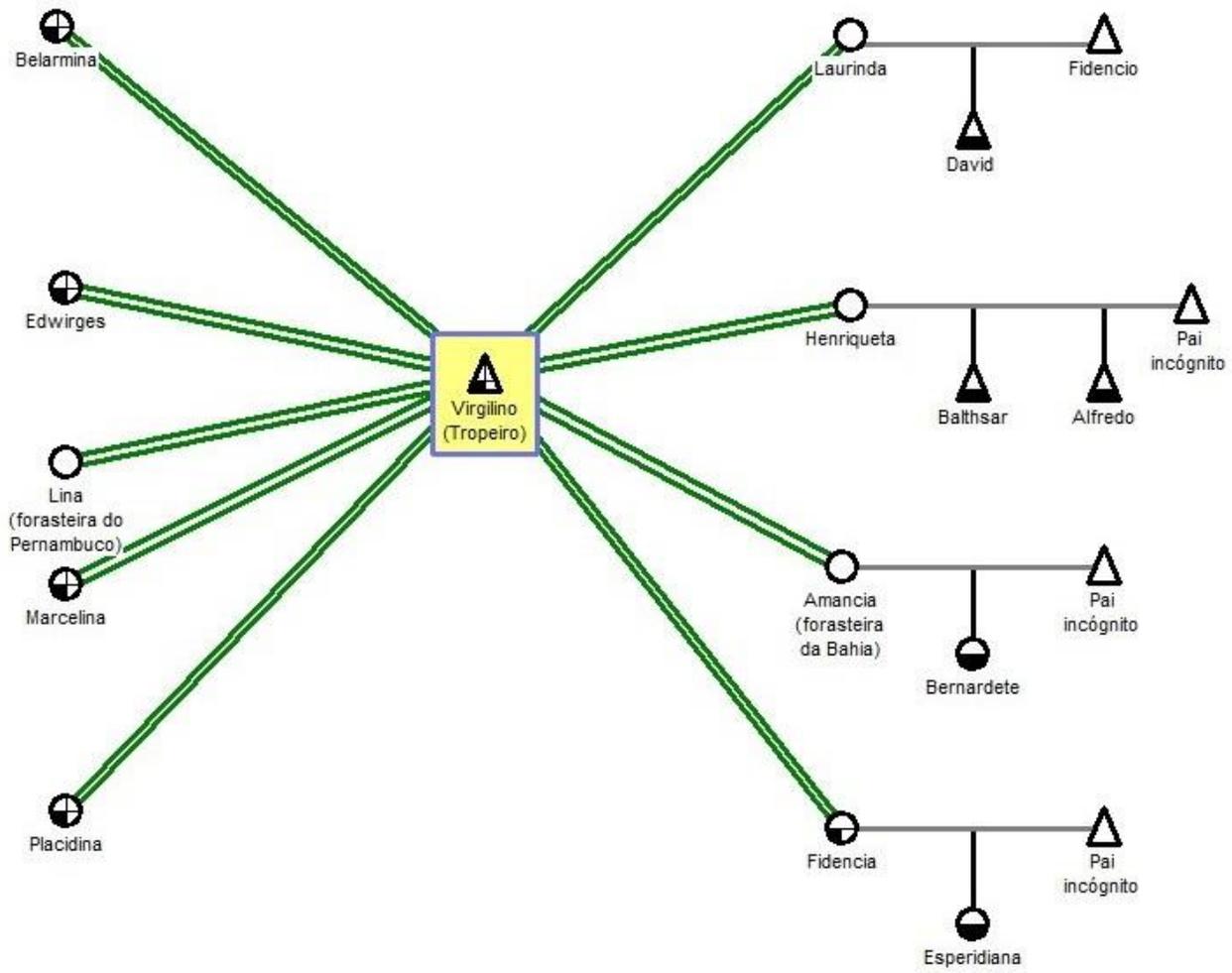
A escrava Sebastianna é um exemplo bastante elucidativo do processo de integração à nova comunidade. Proveniente do Capão Alto, ela batizou seu primeiro filho, Paulino, em 1874, e para padrinhos escolheu Virgilino e Edwirges, ambos eram seus companheiros de Castro. Dois anos depois, batizou sua filha Elena, para quem escolheu padrinhos livres: João Lopes da Silva e Dona Maria do Rozário Silveira. E em 1878, quando batizou sua filha Lucilia, escolheu os escravos Valeriano, seu companheiro do Capão Alto, e Maria Joaquina, uma cearense que vivia na fazenda de Santa Maria.

Tal qual o escravo Valeriano, verificamos que os forasteiros do Capão Alto também foram chamados para apadrinhar. Por exemplo, entre 1874-1877, Virgilino, tropeiro, batizou cinco crianças, através das quais reforçou laços com a companheira do Paraná e criou novas redes de solidariedade. Sobretudo, como nota-se na figura abaixo, Virgilino estreitou os vínculos com seus companheiros do Capão Alto. Talvez essa tenha sido uma estratégia dos forasteiros de Castro para enfrentarem o novo cativo.

⁴⁰⁴Não foi possível identificar a naturalidade de dois casais de padrinhos.

⁴⁰⁵Foram escolhidos para padrinho Maria, escrava de Villela e Sancho escravo de Domingos Vieira Pasario.

IMAGEM 6: Laços de compadrio do forasteiro Virgílio, 1874-1877.



⊕ ▲ Escravos procedentes do Capão Alto.

● ▲ Crianças batizadas por Virgílio.

▲ ○ Laço de compadrio.

Ademais, outro caso que chama a atenção é do batismo da ingênua Maria, em doze de abril de 1872, cujos padrinhos eram os libertos Marcelino, de 26 anos, e Cecília, de 40 anos, ambos de Castro. Maria era filha de Emília, escrava de aproximadamente 30 anos, que era dita solteira e procedente de Capão Alto. O intrigante é que, segundo o registro de batismo, o casal de padrinhos em menos de quatro anos após a sua chegada à escravaria de Vilella teria conseguido sua liberdade.⁴⁰⁶ Façamos uso, portanto, de tal ensejo para investigar outros casos de liberdades conquistadas pelos cativos do Capão Alto, quando sob o julgo do Comendador.⁴⁰⁷

Para iniciar, retomemos aquele incidente contra a suposta amante do senhor Vilella. A escrava Leocádia, ré no processo, tinha idade aproximada de 18 anos, era solteira, natural do Paraná e filha de Isabel. As pistas desse processo revelam-nos que, pouco depois de ser desenraizada de sua comunidade no município de Castro, Leocádia foi, mais uma vez, afastada de seus companheiros, pois foi destinada ao trabalho na casa da senhora Maria Leopoldina.⁴⁰⁸

Lembremos que, ao longo daquele processo, houve a hipótese do senhor Vilella ter prometido a alforria a Januário, Candido e Leocádia em troca de matarem a dita amante. Se tal promessa ocorrera, não o sabemos, mas é fato que naquele momento os forasteiros não

⁴⁰⁶ Não conseguimos localizar as cartas de alforria do casal.

⁴⁰⁷ Livros de registros de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Paróquia de Santa Cruz, 1850-1880. Cúria Metropolitana de Campinas. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

⁴⁰⁸ Além de Leocádia, Belarmina, de 25 anos e natural do Paraná, também exercia o serviço doméstico na casa de Leopoldina. Como Leocádia, a escrava também fora separada de seu companheiro quando levada a servir a amante do Comendador. Pelo que consta, Belarmina foi testemunha no processo que averiguava aquela acusação de tentativa de homicídio. Fundo: Crimes de São Paulo, DOC 001, MR 0215. AEL/UNICAMP.

receberam a alforria. Entretanto, ao menos para Leocádia, a liberdade chegou pouco tempo depois.

Em 1873 a forasteira, no alto dos seus 20 anos, comprou sua carta de alforria pelo valor de 1:200\$000 réis.⁴⁰⁹ Leocádia passara a viver como forra no município de Campinas e anos mais tarde ajudou sua irmã Ursulina a conseguir a alforria. Aconteceu em 1875, a forasteira Ursulina (irmã de Leocádia) de 45 anos, oriunda da fazenda do Capão Alto, iniciou um processo contra sua senhora, Maria da Conceição Vilella, e seus filhos, requerendo sua liberdade através da compra com pecúlio.

A escrava alegava ter um pecúlio 200\$000 réis, “em quanto calcula valer sua pessoa já velha e doentia”. No entanto, sua senhora e os herdeiros não pretendiam conceder-lhe a alforria por esse preço. A princípio, os senhores exigiam o pagamento de 300\$000 réis, provavelmente imaginando que a escrava era incapaz de levantar tamanha monta de recursos. Todavia, diante da disponibilidade da escrava em realizar o depósito exigido, a senhora e seus herdeiros lançaram mão do mesmo artifício, que seria utilizado anos depois no caso da escrava Rita: questionam a procedência do pecúlio oferecido.⁴¹⁰ A tal questionamento, a forasteira responde:

(...) ter o acumulado [o pecúlio] em virtude de seu trabalho e de doações pequenas que lhe fizeram algumas pessoas, tendo recebido algum dinheiro de sua mãe que lhe mandou da província do Paraná e também de sua irmã, forra existente nessa cidade, que se a quantia exibida for insuficiente para completar o preço da indenização do seu justo valor, tenciona obter o que faltar, pedindo ou por empréstimo a alegue que se queira confiar para depois de liberta pagar, ou

⁴⁰⁹Alforrias de escravos, Fichas de Peter Eisenberg, Pasta 2, ficha n°544. Fundo Peter Eisenberg, AEL/UNICAMP.

⁴¹⁰Ação de Manumissão, 2ºofício, processo 1669, TJC/CMU, UNICAMP.

empenhando-se com sua irmã Leocádia do Carmo que lhe forneça a quantia precisa (...).⁴¹¹

Uma vez que a escrava conseguiu provar a “boa” procedência de seus recursos, seus proprietários empreendem nova estratégia, passando a argumentar que a quantia oferecida pela escrava era muito pequena. Segundo Dona Maria Josepha, a forasteira não era doentia e também não tinha idade avançada como alegava, por isso exigia 1:200\$000 réis pela carta de alforria. Para resolver mais essa pendenga, realizou-se um exame médico, a partir do qual, identificou-se que a escrava sofria de uma série de enfermidades e já estava muito fraca. Por fim, o valor da escrava foi arbitrado em 650:000 réis.⁴¹² Ursulina realizou o pagamento e recebeu sua carta de alforria.

A história da escrava Ursulina é impressionante. Através dela, podemos perceber a união de uma família escrava que, mesmo separada pelo comércio interno, foi capaz de criar meios para se comunicar, para preservar os laços e para se ajudar a se livrarem do jugo da escravidão. Todavia, muitas questões surgem da declaração da forasteira para provar a legitimidade do seu pecúlio. A mais intrigante delas é: de que modo Ursulina recebia o dinheiro de sua mãe? Acreditamos que Ursulina contava com solidariedade de seu companheiro Virgilino, aquele forasteiro que encontramos há pouco batizando cinco crianças. Virgilino exercia o ofício de tropeiro na comunidade de Santa Maria, o que deve tê-lo permitido manter contato com seus companheiros, os quais ficaram no Paraná e assim levava notícias e encomendas de um canto a outro.

⁴¹¹Ação de Manumissão, 2º ofício, processo 1669, TJC/CMU, UNICAMP.

⁴¹²Ação de Manumissão, 2º ofício, processo 1669, TJC/CMU, UNICAMP.

Assim como Virgilino, o forasteiro Florencio também exercia seu ofício para além das cercas das fazendas.⁴¹³ É plausível pensar que os trabalhos fora do alcance dos olhos do senhor fossem destinados a escravos de confiança, uma vez que era preciso ter a certeza de que o escravo retornaria à fazenda após o trabalho. Sendo assim, é possível inferir que Virgilino e Fortunato, que residiam há a cerca de quatro anos nas comunidades de Vilella, tenham conquistado a credibilidade do senhor e ou do feitor. Ademais, tais ocupações poderiam possibilitar para esses escravos maiores chances de realizar trabalhos externos e remunerados, o que poderia contribuir para a compra de sua alforria, ou a de algum familiar. Além disso, como vimos na trajetória de Ursulina, esses ofícios podiam ser essenciais para a manutenção de redes de solidariedades entre os cativos.⁴¹⁴

A adaptação à nova vida nas comunidades de Vilella deve ter sido bastante difícil para os escravos do Capão Alto. Apesar de terem alguns de seus familiares e companheiros por perto, foi preciso acostumar-se a uma nova rotina de labuta e a um novo cativoiro.⁴¹⁵ Ademais, ao serem levados para Campinas, foram forçados a deixar para trás mais de um século de história, um modo de vida próprio e centenas de entes queridos com quem compartilhavam o cotidiano na Comunidade do Capão Alto. Tanto para aqueles que seguiram para a estrada de ferro de Jundiaí, quanto para aqueles que chegaram à Campinas, o trauma do desenraizamento e a violência do comércio interno devem ter sido devastadores. Todavia

⁴¹³ Descrito na avaliação como escravo de serviço externo. Inventário *post mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359, CMU/UNICAMP.

⁴¹⁴ Além de Virgilino e Florencio, apenas 10 forasteiros do Capão tiveram acesso a ofícios especializados. Eram 6 mulheres dedicadas ao serviço doméstico e ao trabalho de cozinheira e 4 homens, que trabalhavam como tropeiro, carapina e em serviços fora da fazenda.

⁴¹⁵ Amancio e Ladislao buscaram na fuga uma maneira de livrar-se daquela nova realidade a que foram submetidos, ao passo que seis anos após a chegada, os cativos fugiram da fazenda de Santa Maria.

ao seguir a trajetória de alguns desses indivíduos vimos que, de maneiras diversas, eles criaram meios para superar e para recomeçar.

3.6. A música na experiência escrava.

Não podemos findar a história das comunidades do Comendador Vilella sem mencionarmos um aspecto um tanto inusitado da experiência dos escravos que viviam na comunidade de Santa Maria. Lá havia uma banda musical formada por cativos! Um anúncio no almanaque, intitulado “Musica de Pretos”, relata que o Comendador Francisco Teixeira Villela organizou em sua “notável fazenda de Santa Maria” uma banda de música toda formada por seus escravos:

Já por duas vezes a banda veio à Campinas para se apresentar captando sempre imenso interesse já pela sua originalidade, já pelos progressos alcançados em um tempo muito curto, pois executam com saliente pericia e muita justeza peças lindas e difíceis.⁴¹⁶

De acordo com Lenita Nogueira a banda era composta apenas por cativos da fazenda do Comendador Francisco Teixeira Vilella e dirigida pelo maestro Sabino Antonio da Silva, proveniente do Rio de Janeiro e especialmente convidado para assumir o grupo. Segundo a autora, os escravos-músicos se apresentaram algumas vezes em Campinas, onde despertavam bastante interesse pela sua originalidade.⁴¹⁷

No dia, 11 de agosto de 1872, a banda realizou duas apresentações nas cerimônias de inauguração do trecho da estrada de ferro, que ligou Campinas a Jundiáí, uma durante a

⁴¹⁶Almanak da Província de São Paulo para 1873, Ed. fac-similar. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 1985. p.46.

⁴¹⁷ NOGUEIRA, Lenita Waldige. Música em Campinas nos últimos anos do Império. Campinas: Editora da Unicamp, CMU, 2001.

cerimônia oficial e outra numa reunião para convidados à noite.⁴¹⁸ Curiosamente, a mesma obra em que parte da Comunidade do Capão Alto trabalhara.⁴¹⁹

Os músicos garantiam a Vilella sua presença nos principais eventos da cidade, ao mesmo tempo em que construía para o senhor a imagem de um homem benemérito, que permitia aos seus escravos o exercício da atividade musical. Era, portanto sem dúvida um fator de prestígio. Além disso, parece que a música era muito presente na vida de Vilella, tanto que o Comendador era amigo de Carlos Gomes, grande músico e compositor Campineiro. A amizade entre os dois é claramente demonstrada nas quatro quadriglias que Carlos Gomes criou e dedicou “ao amigo F. Teixeira Villela. (Campinas)”.⁴²⁰ Ao estudar o inventário de Vilella e de seu pai, Robert Slenes observou que cada quadriglia se referia a uma das fazendas que pertencia a Vilella ou que pertenceram a seu pai: Quadriglia do Saltinho, Quadriglia Santa Maria, Quadriglia Morro Alto e Quadriglia Santa Maria.⁴²¹

Para os escravos, o contato com a música e o exercício de tocar na banda podiam ser um momento de lazer e de fuga da árdua rotina de trabalho. Sobre essa perspectiva, Maria Luiza Páteo argumenta que o fato de aprender um instrumento musical representava, para o cativo, uma melhoria tanto em seu status, diferenciando-o do escravo comum, quanto no que diz respeito ao tipo de ofício, uma vez que o trabalho junto às bandas era substancialmente mais leve do que o das lavouras.⁴²² Segundo a autora, a atividade musical criava um ambiente

⁴¹⁸ *Idem.*

⁴¹⁹ A princípio cogitamos a possibilidade de os escravos oriundos do Capão Alto serem músicos e terem levado tal atividade para Campinas. Mas não há registros em Castro sobre isso. Ademais, a memória local, que é bastante rica das histórias do Capão Alto, também não menciona atividades musicais naquela comunidade.

⁴²⁰ Em reunião com o professor Robert Slenes, ele compartilhou essa preciosa informação comigo. Além de ter me chamado à atenção para o nome Gavião, escrito ao lado dos nomes de alguns escravos, informação que me conduziu à pesquisa em Castro. Ver Anexo II.

⁴²¹ <http://www.fsantamaria.com.br/> Site indisponível.

⁴²² PÁTEO, Maria Luisa de Freitas Duarte do – “*Bandas de música e cotidiano urbano*”. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Antropologia Social. Dissertação de Mestrado, 1997.

de intersecção, em que o cativo não seria visto apenas como mão de obra braçal, mas também podia levar à subsequente valorização do escravo músico e, até mesmo, a questionamentos mais profundos quanto ao próprio sistema escravagista.⁴²³

É curioso e ao mesmo tempo muito frustrante, mas parece que a banda do Comendador não deixou muitos vestígios. Não há, por exemplo, menção alguma à banda no inventário. Por isso, muitas perguntas ficam sem resposta: quem eram os escravos envolvidos na banda? Quais eram os critérios necessários para participar? Será que os forasteiros tinham acesso à atividade? Qual era o envolvimento da comunidade escrava nessa atividade? E como ela poderia ter influenciado na experiência desses escravos?

Não temos respostas para essas questões. Podemos, por enquanto, apenas imaginar que a banda pode ter tido um impacto positivo na vida dos escravos do Comendador e, para os forasteiros que chegavam à fazenda de Santa Maria, a música poderia ser um alento frente ao trauma do comércio interno.

⁴²³Carlos Gomes também faz parte da história da Fazenda Santa Maria.

IMAGEM 7: Partitura da Quadriglia de Carlos Gomes, em homenagem a Francisco Teixeira Villela.

QUADRIGLIA

Ao amigo F. Teixeira Villela
(de Campinas)

CAXOEIRA

A. Carlos Gomes

The image displays a musical score for the piece 'Caxoeira' from the 'Quadriglia' by Carlos Gomes. The score is written for piano and voice. It begins with a treble clef, a key signature of two sharps (F# and C#), and a 2/4 time signature. The piano part is marked with a forte dynamic (*sfz*) and includes various articulations such as accents and slurs. The vocal line is marked with a first ending ('1a.') and features a variety of note values and rests. The score is organized into five systems, with measure numbers 5, 10, 14, and 17 indicated at the beginning of their respective systems. The overall structure is that of a short, expressive piece.

QUADRIGLIA - CAXOEIRA

2

21

sfz FIM

25

29

sfz

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mês de junho de 1864, Gregorio de 20 anos, filho de Joaquim e Luiza, natural da província de Pernambuco, foi vendido por Diogo Antonio de Souza Castro para o senhor Francisco Teixeira Vilella. Juntamente com outros 16 escravos, Gregório foi levado para a Fazenda Santa Maria, onde passou a trabalhar na lavoura cafeeira. Quem era Gregório? Quando chegou à Campinas? O que o comércio interno significou para ele? Como ele reagiu ao processo de desenraizamento? Como foi sua vida no novo cativeiro? Ele conseguiu se adaptar, se inserir na nova comunidade? Quais as experiências vividas por ele no novo cativeiro? Indagações como essas motivaram e conduziram esse trabalho, cujo objetivo é investigar a trajetória de dezenas de escravos “Gregórios” submetidos ao comércio interno e que se tornaram forasteiros no município de Campinas.

A procura dessas respostas, tratamos cada escravo como um indivíduo único levado para outro cativeiro, cuja vida foi desestruturada e que precisou lidar com uma nova comunidade, com novas relações de trabalho e com novas oportunidades de vida. Antes de ir para os arquivos em busca de nossos personagens, foi preciso entender a lógica dessa atividade econômica e, para isso, buscamos suporte nos estudos historiográficos já realizados sobre o comércio interno no Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX. A partir desses estudos, conhecemos a dimensão do impacto dessa atividade nos setores econômicos e políticos do Império brasileiro; descobrimos os milhares de indivíduos deslocados de uma localidade para outra; encontramos africanos retornando aos tumbeiros e crioulos submetidos ao doloroso processo, pelo qual passaram milhões de africanos ao longo do tráfico atlântico.

Diante da multidão de forasteiros residentes em Campinas e distribuídos nas centenas de propriedades, o primeiro passo foi selecionar os cenários onde iríamos buscar as histórias

aqui relatadas. A escolha dessas propriedades partiu de outros importantes estudos, lembrando que a comunidade de Felipe Antonio Franco fora estudada parcialmente por Robert Slenes, em que o autor concentrou sua análise entre os anos de 1872-1875 observando os índices de fuga dos escravos e cotejando com a comunidade de Francisco Egidio de Sousa Aranha(filho); a comunidade de Sousa Aranha também foi analisada, de maneira menos detida, pela pesquisadora Cristiany Rocha, em que a historiadora buscou compreender a organização de famílias escravas ao longo do tempo; e, por fim, o estudo das comunidades de Vilella e conseqüentemente da comunidade do Capão Alto, teve como ponto de partida o trabalho de Eduardo Pena, que investigou parte do episódio de compra dos escravos residentes em Castro.

No presente estudo, buscamos ampliar a análise realizada por esses historiadores e compreender a trajetória dos forasteiros que tiveram aquelas comunidades como destino, para tanto consideramos que o processo de adaptação dos cativos procedentes do comércio interno poderia se dar de maneira diferente em fazendas recém-formadas e em fazendas estabelecidas de longa data. A situação dos forasteiros era bastante difícil em ambos os casos, cada qual com suas peculiaridades. Nas fazendas já estabelecidas, ou seja, naquelas em que a comunidade escrava se constituirá ao longo de muitos anos, os laços de parentesco e solidariedade entre os escravos, as possibilidades de o forasteiro conseguir se integrar eram pequenas, principalmente devido à discriminação dos escravos campineiros em relação aos forasteiros. Nas propriedades de formação recente, por sua vez, havia poucos núcleos familiares e a maioria da escravaria era composta por homens adultos e solteiros, de modo que eram pequenas as chances para os cativos procedentes do comércio interno de constituir famílias e criar uma rede de parentesco.

Sendo assim, escolhemos três propriedades distintas: duas delas de formação antiga e uma com poucos anos de história. Nos três casos, iniciamos os estudos a partir dos proprietários, mapeando suas trajetórias de vida e observando como as suas escolhas interferiram na vida dos cativos e na configuração da comunidade escrava. Nessa análise, perscrutamos também a história dos grupos de cativos existentes naquela propriedade antes da chegada dos forasteiros. A intenção é compreender a configuração do grupo no qual os forasteiros foram inseridos e, dessa maneira, comparar a trajetória dos escravos já residentes com a vivência dos forasteiros.

Compreendidas as características das propriedades e das comunidades nelas estabelecidas, iniciamos nossa busca por forasteiros e por suas experiências. Para tanto, reconstituímos micro-histórias, realizadas através do cruzamento do método da ligação nominativa de fontes, que possibilitaram seguir indivíduos ao longo do tempo e em séries documentais distintas. Nessa empreitada para compreender a experiência desses forasteiros no novo cativo em Campinas, observamos, principalmente, as possibilidades desses forasteiros de se inserirem na nova comunidade através dos laços familiares (casamento e compadrio), dos laços de solidariedade, através das relações de trabalho e das possibilidades de conseguir a alforria.

Nossa primeira parada foi no Sítio do Saltinho, propriedade de Anna Rufina de Almeida e Felipe Antonio Franco, cuja fundação data de 1814. Tratava-se de uma comunidade desenvolvida ao longo de décadas, cujo crescimento ocorria, majoritariamente, pela reprodução natural e onde se formaram muitos laços de parentesco e de solidariedade. Entre 1856 e 1878, adentraram aquela comunidade pelo menos 29 forasteiros vindos de

diferentes lugares do Império brasileiro, os quais eram, em sua maioria, homens jovens e solteiros.

No Saltinho, os forasteiros tiveram vivências bastante diferentes. Alguns conseguiram se casar e estabelecer laços de compadrio, como foi o caso de Jeremias, natural de Itú, que se casou com Benedita e apadrinhou 5 crianças. Raimundo, também conseguiu reconstruir sua vida, casou-se, teve filhos, estabeleceu laços verticais e horizontais, além de se tornar feitor do sítio. A grande maioria permaneceu solteira sem desenvolver laços de parentesco. Para esses solitários, os laços de amizade foram o alento para superar o desenraizamento e recomeçar suas vidas no cativeiro.

Do sítio do Saltinho fomos para o Sítio de São Pedro, onde encontramos um jovem e inexperiente senhor formando sua escravaria majoritariamente por forasteiros. Naquela comunidade constituída quase que exclusivamente por homens, constatamos a ausência de laços de parentesco, mas identificamos muitos laços de solidariedade e de amizade, laços esses que uniram os escravos nas fugas e nas estratégias para resistir às agruras do novo cativeiro.

Entre tantas ocorrências que envolveram a experiência dos forasteiros no novo cativeiro, houve inclusive o envenenamento de Francisco Egidio. Após esse fato, vale notar que o senhor mudou sua estratégia de compras no mercado interno, passando então a adquirir mulheres. Não foi possível saber quais as transformações na comunidade de São Pedro após a chegada daquelas forasteiras, pois o senhor Egidio faleceu em seguida. Todavia, além da reflexão sobre uma comunidade formada majoritariamente por homens, este caso suscitou questionamentos sobre a condição da mulher escrava, em especial sobre aquelas que foram levadas para um ambiente substancialmente masculino.

Por fim, investigamos a trajetória de alguns dos forasteiros levados para diferentes comunidades escravas do senhor Francisco Teixeira Vilella. Foram mais de 300 escravos comprados por Vilella em uma década. Esses cativos, apesar de pertencerem ao mesmo senhor, não necessariamente pertenciam à mesma comunidade, haja vista a existência de 5 propriedades distintas. Nesse trajetória, nos deparamos com um caso peculiar na história do comércio interno de escravos em Campinas: a compra de 186 escravos, de um única vez, pelo Comendador Francisco Teixeira Vilella. Mais instigante ainda foi o fato desses cativos pertencerem à mesma comunidade: Comunidade de Capão Alto, na cidade de Castro, no Paraná. O fato nos chamou muita atenção, tanto pela proporção da compra, como por estarmos diante do deslocamento de uma comunidade inteira que fora inserida em outra grande comunidade.

Antes de adquirir parte da Comunidade do Capão Alto, o comendador Vilella já tinha uma escravaria numerosa e herdada de seu pai, formada ao longo de décadas. Do mesmo modo, a comunidade do Capão Alto também era uma escravaria de formação antiga, existente desde o século XVIII. Conhecemos a trajetória dessa peculiar comunidade estabelecida na cidade de Castro, levada para Campinas, em 1868. Observamos que o processo de inserção dessa comunidade foi lento e que, a princípio, mantiveram seus laços apenas com seus antigos companheiros e com pessoas livres. Depois, passaram a se relacionar com os escravos campineiros. Alguns desses forasteiros paranaenses conseguiram, inclusive, reconstruir suas vidas, adquirir melhores condições e, uns ainda, alcançaram a liberdade.

Ao fim desse trabalho, apesar de identificarmos alguns traços comuns na trajetória dos forasteiros no novo cativo, ressaltamos a heterogeneidade da experiência daqueles deslocados pelo comércio interno. Cada um dos cativos negociados e levados para a cidade

de Campinas possuía sua própria história e vivenciou o novo cativo de forma distinta. Confiamos que a pesquisa sobre a vivência desses forasteiros ajudará a traçar parte da história do comércio interno e da experiência cativa, centrada na trajetória do escravo como um sujeito capaz de resistir e agir, tanto para influenciar o seu próprio destino, quanto para transformar o sistema escravista.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias manuscritas e impressas:

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH (AEL)

Fundo crimes de São Paulo

- DOC 002, MR 0239.
- DOC 001, MR 0215.

Fundo Peter Eisenberg

- Livros de Casamento de escravos e livres das Paróquias de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Cruz, Município de Campinas, 1800-1888.
- Livros de Batismos de escravos e livres das Paróquias de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Cruz, Município de Campinas, 1850-1888.
- Fichas de registros de alforrias em Campinas, 1810 - 1887.
- Lista de Habitantes da Vila de São Carlos, 1817-1835.

Periódicos

- Diário de Campinas.
- Gazeta de Notícias.

ACERVO PESSOAL PROFESSOR ROBERT SLENES

Fichas de registros de alforrias na cidade de Campinas.

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP. (CMU)

Fundo Tribunal de Justiça de Campinas (TJC)

- Testamento de Antonio Teixeira Camargo, 1º ofício, Processo 09752.

- Inventário *post-mortem* de Antonio Teixeira Camargo, 3º ofício, Processo 6684.
- [Interdictum uti possidetis](#), 2º Ofício, Processo 1466.
- Inventário *post-mortem* de Dona Anna Rufina de Almeida, 3º Ofício, Processo 7256.
- Traslado de Justificação civil, 1º ofício, Processo 3132.
- Libelo Civil, 1º Ofício, Processo 3710.
- Inventário *post-mortem* de Felipe Antonio Franco, 3º ofício, processo 7507
- Inventário *post-mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha, 3º ofício, processo 07266.
- Inventário *post-mortem* de Dona Maria Luzia de Sousa Aranha, Viscondessa de Campinas, 3º ofício, processo 7359, 2 vols., 1879.
- Inventário *post-mortem* do senhor Francisco Egidio de Sousa Aranha(filho), 1º ofício, processo 01859.
- Testamento de Francisco Egidio de Sousa Aranha, 1861/C-1/541 – 9942.
- Inventário *Post mortem* de Antonio Manoel Teixeira, 1º ofício, 2899.
- Testamento de Antonio Manoel Teixeira. 1º Ofício, processo 9817.
- Processo de Desobediência civil, 1º ofício, Processo 2872.
- Inventário *post-mortem* do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1º ofício, processo 4359.
- Ação de Manumissão. 2º ofício, Processo 1879.
- Libelo Civil, 1º ofício, Processo 4022.

Fundo Coletoria de Rendas de Campinas.

- Livros de registro de meia sisa da cidade de Campinas (livros 39, 42, 43, 46, 49, 51, 52, 53, 54 e 57).
- Cartório de Registro de Título e Documentos, S3, IH, L11 1868-1875 - Inscrição Especial de Hipotecas.

PRIMEIRO CARTÓRIO DE CAMPINAS

- Livros de escrituras no período entre 1865-1880.

SEGUNDO CARTÓRIO DE CAMPINAS.

- Livros de escrituras no período entre 1865-1880.

MUSEU DO TROPEIRO DE CASTRO

- Livro do Tombo nº3.
- Cadernos do Patrimônio. Fazenda Capão Alto. Secretaria de Estado da Cultura e Esporte. Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

Bibliografia:

ALGRANTI, Leila. *O feitor Ausente, estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

ALVES, Máira Chinelatto. “Quando falha o controle. Crimes de escravos contra senhores.” Campinas, 1840/1870. Dissertação em História. Campinas: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a Formação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

AZEVEDO, Elciene, et al. *Trabalhadores na cidade: Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*, São Paulo: Annablume, 2004.

BARICKMAN, B.J. “Até a véspera: O trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881).” *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n.21-22, p. 177-238, 1998-1999.

BLASSINGAME, John W. *The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South*. Edição revisada e ampliada, Oxford University Press, 1979.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Força da escravidão - ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____ *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1985.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 4ªed, 1998.

- CURTIN, Philip. *The Slave Trade: A Census*. University of Wisconsin Press, 1972.
- EISENBERG Peter. *Homens esquecidos : escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.
- GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FERRAZ. Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: Formas e frequência da alforria em campinas no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, Campinas: UNICAMP, 2010.
- FERREIRA, Ricardo. *Senhores de poucos escravos, cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “*Catirina, minha Nêga, tão querendo te vende...*” *Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881)*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011.
- FLAUSINO, Camila. “Nêgocios da escravidão: Tráfico interno de escravos interno de escravos em Mariana, 1850-1886.” Dissertação (Mestrado em História) Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. “Crianças escravas, crianças dos escravos”. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- FRANÇOIA, Juarez. “Senhores de escravos: trajetória e solidariedade no oeste paulista, 1845/1880”. Dissertação de mestrado em história, Campinas: UNICAMP, 2010.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista*. 2009. Tese de Doutorado em História, Campinas: UNICAMP, 2009.

GINZBURG, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GRAHAM, Richard, “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, nº 27, pp. 121-160, 2002.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros*. São Paulo: Boi Tempo, 2000.

KAYE, Anthony. *Joining Places. Slave Neighborhoods in the Old South*. Carolina do Norte: The University North Carolina Press, 2007.

KLEIN, Herbert S. “The internal slave trade in nineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852.” *The Hispanic American Historical Review*, vol. 51, n. 4, Nov. 1971.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Blowin' In The Wind: Thompson e A Experiência Negra No Brasil.” *Projeto História*, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995.

_____. “Processos crimes: o universo das relações pessoais” in *Anais do Museu paulista*, São Paulo, v.34, 1984.

LARA, Silvia H. “Trabalhadores escravos”. In *Trabalhadores* N.1 Campinas: Fundo de Assistência à cultura , 1989.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-História italiana: Escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. São Paulo, Edusp: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACFARLANE, Alan. *Reconstructing historical communities*. Cambridge University Press, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

METCALF, Alida. "Women and Means: Women and Family Property in Colonial Brazil." *Journal of Social History*, Vol. 24, No. 2, pp. 277-298, 1990.

METCALF, Alida. *Family and frontier in colonial Brazil. Santana de Parnaíba, 1580-1822*. University of Texas Press, Austin, 2005.

MINTZ, Sidney & PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas Universidade Candido Mendes, 2003.

MOTTA, José Flávio. "Escravidão aqui, dali e de mais além, o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)." Tese de Livre Docência em História, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

NEVES, Erivaldo, “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto do sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista.” *Revista Afro - Ásia*, Salvador, nº 24, 2000.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Bauru: Edusc, 2005.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: Um estudo comparativo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Fio da Vida. *Tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima- BA (1860-1920)*, São Paulo: Annablume, 2009.

PIROLA. Ricardo Figueiredo, *Senzala Insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011

PRIORE, Mary Del. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”. In: ____ (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

Pupo, C. M. de M. *Campinas Município do Império*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1983.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a História do levante de Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____ “Nós achamos em campo a tratar da liberdade: Resistência negra no Brasil oitocentista”. In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000) formação: histórias* / Carlos Guilherme Mota (org) SP: Ed. Senac. São Paulo, 2000.

_____ *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. “Família Teixeira Vilela e o padrão de riqueza e de endividamento. Campinas, São Paulo, 1850-1873.” *Texto para Discussão*, FEA, USP, 2012.

ROCHA, Cristiany Miranda. *História de Famílias Escravas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

_____ “Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno, Campinas, século XIX”. Tese de Doutorado em História, Campinas: UNICAMP, 2004.

SANTOS, Martha. “Engendering Slavery: Slave Women and Labor in the Hinterlands of Northeast Brazil: Ceará, 1813-1884”. *BRASA*, Urbana/ Champaign, 2012.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. “Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888.” Dissertação de Mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 2006.

_____ “Escravos do sul vendidos em Campinas: cativos, negociantes e o comércio interno de escravos entre as províncias do sul do Brasil e um município paulista (década de 1870).” *4º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*. Curitiba, 13 a 15 de maio 2009.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. “Comércio de escravos do sul para o sudeste, 1850-1888: economias microregionais, redes de negociantes e experiência cativa”. Doutorado em História, Campinas: UNICAMP, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, 1995.

SLENES, Robert. SLENES, Robert. The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888. Tese de Doutorado em História, Stanford: Stanford University, 1976.

_____ *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____ “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience and the Politics of a Peculiar Market. In: JOHNSON, Walter (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, 325-370.

_____ “*Malungu, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta do Brasil”, *Revista USP*, São Paulo, Vol. 12, 1992.

SCHWART, Stuart. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SPILLER, Eduardo. “Burlas à Lei e revolta escrava no tráfico interno no Brasil Meridional, século XIX”. In LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil: Ensaio de história Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

STEIN, STANLEY. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STEVENSON, Brenda. *Life in Black and White: Family and Community in the Slave South*. Oxford University Press, 1996.

THOMPSON, E.P. “Economia Moral da multidão” in *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ “Folclore, antropologia e história social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

XAVIER, Regina Celia. *Religiosidade e escravidão no século XIX: Mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.